



Ewerton Domingos Tuma Martins

**Aspectos da pesca artesanal nas comunidades de Bacuriteua,
Camará e Sossego em Marapanim (PA): mudanças e continuidades**

Dissertação de Mestrado

**Belém, Pará
2024**



Ewerton Domingos Tuma Martins

**Aspectos da pesca artesanal nas comunidades de Bacuriteua, Camará e
Sossego em Marapanim (PA): mudanças e continuidades**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar.

Dedico esta pesquisa a Deus em todas as suas formas; dedico ainda aos orixás, caboclos e caboclas do meu carrego e para além dele e para toda a espiritualidade diversa. Axé, Amém, Namastê! Dedico também às comunidades estudadas e ao município de Marapanim, terra de meu coração e alma. Dedico ainda ao meu pai que me ensinou valores; e à minha mãe, meu amor eterno, que das alturas nunca deixou de olhar por mim desde sua partida quando eu tinha somente 17 anos de idade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu cupincha o orixá Exú, Laroyê;

Ao meu pai, Edson C. Vilar Martins, que desde muito cedo me ensinou a ter valores como o de não querer o que não me pertence e respeitar as “coisas” das outras pessoas;

À minha mãe Tereza Tuma Martins, minha luz eterna, meu amor infindável, que sempre me incentivou em vida e que após seu desencarne, continua me incentivando;

À toda a minha família paterna e materna sem distinções, principalmente aos parentes da Região do Salgado marapaniense.

À minha namorada/companheira Michelly Silva Machado, pelas descobertas antropológicas que fluem nas nossas conversas sem fazer força e pelo seu incentivo, que normalmente busco dar a meus alunos e, às vezes, me falta por eu ser de um tempo em que ser periférico era um defeito;

À minha orientadora, dra. Edna Ferreira Alencar, por todos os ensinamentos que levo e levarei para toda a minha vida e por descortinar tudo o que eu não conseguia ver;

Às incríveis contribuições de pessoas incríveis: dra. Maria Cristina Maneschy, dra. Liza Bilhalva Martins da Silva, dra. Luceni Hellebrandt e dr. Helbert Medeiros Prado;

Ao meu PPG (PPGA-IFCH-UFPA), sua coordenação, a todos os professores e professoras que fazem deste um grande curso e ao sr. Antonio Carlos Villas, muito mais que um profissional;

À minha turma de Mestrado 2022, pela experiência compartilhada;

Agradecimentos especiais ao meu amigo/irmão Fábio -Natalino- Negrão (em memória), sua esposa e família por todo o apoio em Marapanim na minha chegada; Aldeni Ferreira (Muruci) e à professora Deise; a Amado Pinheiro Negrão (o Boi) e à tia Ciné (em memória); a Caíto e Nara; a Nazareno, a Nenca, a Javan, à Marília e Marcinho; à professora Lidiane Galvão e Bio; à minha tia Maria José Ferreira Assunção (em memória); a Wilsinho e Dibu, à Chiquita e Avelino, ao professor Pedro Paixão (Pedrinho); a seu Santo; à tia Rosa e Buião; a seu Sibá, João e à professora Mira; ao diretor e professor Ronilson França; à Elizane Brito; a Luiz Gutemberg (em memória); a Benedito Cunha de Melo; aos amigos Clécio e família e Abdon Carvalho e família; a SEMED local; a Del Velasco e a todos os professores e professoras de Marapanim na árdua luta da educação;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudos que custeou os gastos dessa pesquisa;

A todos, todas e todes que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa em especial, à professora Lourdes Gonçalves Furtado, que até hoje permeia a memória local do Salgado marapaniense.

*“Bacuriteua, verde calma, sonhos que guardei pra ti. Bacuri,
goiabeira, Camará e campo em flor, miriti, vem palmeira, vem
pra beira onde eu for, corre na capoeira, vento forte no curral,
traduzir é irreal”. (Tekko Martins)*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de
Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T925a Tuma Martins, Ewerton Domingos.
Aspectos da pesca artesanal nas comunidades de Bacuriteua,
Camará e Sossego em Marapanim (PA) : mudanças e continuidades
/ Ewerton Domingos Tuma Martins. — 2024.
151 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Edna Ferreira Alencar Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Antropologia, Belém, 2024.

1. Amazônia. 2. Pesca artesanal. 3. Marapanim/PA. 4.
Mudanças. 5. Continuidades. I. Título.

CDD 301



Ewerton Domingos Tuma Martins

Aspectos da pesca artesanal nas comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossogo em Marapanim (PA): mudanças e continuidades

Dissertação de Mestrado

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Cristina Maneschy – Examinadora Externa – PPGSA/UFPA

Profa. Dra. Luceni Hellebrandt – Examinadora Externa – UFPR

Profa. Dra. Liza Bilhalva Martins da Silva – Examinadora Externa Suplente – UFPEL/NECO-FURG

Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado – Examinador Titular Interno – PPGA/UFPA

Prof. Dr. Flávio B. Barros – Examinador Interno Suplente – PPGA/UFPA

Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar – Orientadora – PPGA/UFPA

**Belém, 18 de março
2024**

RESUMO

Este estudo visou desvelar aspectos da pesca artesanal praticada por pescadores e pescadoras artesanais que habitam três comunidades pesqueiras situadas no município de Marapanim, região costeira do estado do Pará. O objetivo foi identificar processos que resultaram em mudanças nessa atividade, identificando estratégias de resiliência que permitem a continuidade nas práticas pesqueiras. Para isso, busquei identificar as características dos territórios pesqueiros, os tipos de ambientes onde são realizadas as pescas, as principais técnicas utilizadas no passado e quais têm continuidade no presente; os fatores que contribuíram para mudanças e as estratégias adotadas pelos(as) pescadores(as) para dar continuidade a essa atividade. A análise utilizou conceitos como tradição, modernização e mudança, e dialoga com referenciais teóricos que debatem sobre mudança, continuidade e as injunções na atividade de pesca. A metodologia utilizada consistiu na realização de pesquisa para obter informações de caráter qualitativo, com a utilização de técnicas da etnografia que incluíram a observação participante em colaboração com pescadores(as) de três comunidades, tomadas como referência para o estudo de caso: Bacuriteua, Camará e Sossego. Além disso, uma incursão a campo entre os meses de julho a agosto de 2022 foi realizada, e ainda, entrevistas pela rede social WhatsApp e ligações telefônicas. Ressalta-se que esta etapa a distância se estendeu de agosto de 2023 a fevereiro de 2024. A pesquisa identificou tensões entre a pesca em escala industrial e artesanal na atividade pesqueira local. Os resultados alcançados apontam que mudanças no ambiente, como o aterramento de rios, a pressão da pesca em escala comercial afetou os estoques das espécies-alvo da pesca artesanal, tornando ineficientes técnicas de captura fixa, como os currais; e a dificuldade de realizar a pesca em áreas distantes das praias e no estuário afeta a capacidade de produção e, consequentemente, a renda dos(as) pescadores(as). Nesse sentido, como uma das estratégias de resiliência, a pesquisa identificou a criação da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no município de Marapanim.

Palavras-chave: Amazônia. Pesca artesanal. Marapanim/PA. Mudanças. Continuidades.

ABSTRACT

This study aimed to reveal aspects of artisanal fishing practiced by artisanal fishermen and women who live in three fishing communities located in the municipality of Marapanim, coastal region of the state of Pará. The objective was to identify processes that resulted in changes in this activity, identifying resilience strategies that allow continuity in fishing practices. To this end, we sought to identify the characteristics of fishing territories, the types of environments where fishing is carried out, the main techniques used in the past and which are continued in the present; the factors that contributed to changes and the strategies adopted by fishermen to continue this activity. The analysis used concepts such as tradition, modernization and change, and dialogues with theoretical references that debate change, continuity and injunctions in fishing activities. The methodology used consisted of carrying out research to obtain qualitative information, using ethnographic techniques that included participant observation in collaboration with fishermen from three communities, taken as reference for the case study: Bacuriteua, Camará and Quiet. In addition, a field trip was carried out between July and August 2022, as well as interviews via the social network WhatsApp and telephone calls. It is noteworthy that this remote stage extended from August 2023 to February 2024. The research identified tensions between fishing on an industrial and artisanal scale in local fishing activity. The results achieved indicate that changes in the environment such as the filling of rivers and pressure from fishing on a commercial scale affected the stocks of target species for artisanal fishing, making fixed capture techniques, such as corrals, inefficient; and the difficulty of fishing in areas far from beaches and in the estuary affects production capacity and, consequently, the income of fishermen. In this sense, as one of the resilience strategies, the research identified the creation of the Mestre Lucindo Marine Extractive Reserve, in the municipality of Marapanim.

Keywords: Amazon. Artisanal fishing. Marapanim/PA. Changes. Continuities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Marapanim (PA). Adaptado pelo autor.....	21
Figura 2 - Territórios pesqueiros do Salgado marapaniense e comunidades estudadas. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).....	23
Figura 3 - Restaurante Ponto de Equilíbrio e a Igreja de São Benedito em Bacuriteua. Foto: Michelly Machado (2022).....	24
Figura 4 - Piscina de água natural em Balneário Ucuuba – Bacuriteua. Foto: Michelly Machado (2020).....	25
Figura 5 – Praia do Lembe, comunidade de Camará. Foto: Michelly Machado (2020).....	26
Figura 6 - Porto do Sossego, local de acesso à Praia do Bora. Foto: Michelly Machado (2022).....	28
Figura 7 - Espaço do grupo de mulheres Erva Vida. Foto: Michelly Machado (2022).....	29
Figura 8 - Conversas sobre Bacuriteua e suas singularidades . Foto: Ewerton Tuma Martins (2018).	37
Figura 9 - Pesca, afetos e solidariedade na pandemia. Foto: Ewerton Tuma Martins (2020).	39
Figura 10 - Preparação do sarnambi. Foto: Ewerton Tuma Martins (2020).	40
Figura 11 - Retorno de atividades ancestrais. Foto: Ewerton Tuma Martins (2021).....	40
Figura 12 - Maré de lance no manguezal em Bacuriteua. Foto: Ewerton Tuma Martins (2021).	44
Figura 13 - Final de conversa informal com Amado Negrão. Foto: Arquivo pessoal (2018).	51
Figura 14 - Modelo ilustrativo de rede de arrasto. Fonte: Cota 2017.	55
Figura 15 - Arrasto com rede de popa. Fonte: Cota 2017.....	56
Figura 16 - Loteamento do Condomínio Ondas do Atlântico	63
Figura 17 - Abertura de estrada na área de fábrica de gelo. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022). ..	64
Figura 18 - Ampliação da Orla de Marudá. Foto: Michelly Machado (2022).....	66
Figura 19 - Praia do Lembe, comunidade de Camará. Foto: Michelly Machado (2019).	67
Figura 20 - Construção adentrando área de manguezal em Marapanim. Fonte: Frame de filme tirado de Do Canto (2022).....	69
Figura 21 - Região do Salgado marapaniense e áreas estuarinas. Fonte: Google Earth, 2023. Adaptadas pelo autor.....	71
Figura 22 - Representação de um estuário e seus setores. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023), adaptado de Silva (2000).....	74
Figura 23 - Divisões simplificadas de um estuário. Adaptado pelo autor.	74
Figura 24 - Curral caçoeira do sr. Sebastião Lima. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).	78
Figura 25 - Sr. Sebastião Lima despescando curral. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	78
Figura 26 - Sr. Sebastião preparando a saída para o curral. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022). ..	81
Figura 27 - À esquerda, o curral do sr. Sebastião; à direita, o do sr. João. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	82
Figura 28 – Ilustração de Curral Caçoeira a partir de observação. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).....	85
Figura 29 - Esquema de curral caçoeira visto de cima. Fonte: Maneschy (1993).	86
Figura 30 - Curral caçoeira desenhado por Wilson Jr. Foto: Ewerton Tuma Martins (2023).	87
Figura 31 - Imagem ilustrativa de pesca de escora. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).	89
Figura 32 - Imagem ilustrativa de pesca de rabiadeira. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).	92
Figura 33 - Antigo gadanho de extração de sarnambi, aprox. 20 a 25 cm. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	94
Figura 34 - Gadanho atual com corpo em PVC e aprox. 20 a 25 cm. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).	95

Figura 35 - Gadanho atual com corpo em alumínio e aprox. 20 a 25 cm. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	96
Figura 36 - Turu sendo extraído de tronco de mangueiro. Fonte: https://todososfatos.com.br/turu-uma-iguaria-exotica-do-mangue/	98
Figura 37 - Sr. Santo e o gancho de captura do caranguejo-uçá. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	100
Figura 38 - Ilustração feita a partir dos relatos do sr. Santo. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2022).....	101
Figura 39 - Porto do Cuba – Sossego. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).	103
Figura 40 - Rabetas no Porto do Cuba. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	104
Figura 41 - Bote no Porto do Cuba. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).....	104
Figura 42 - Entrada para área de reprodução em Sossego. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022)...	114
Figura 43 - Placa da RESEX-MARML, portinho do Sossego. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).	118
Figura 44 - Área da RESEX-MAR Mestre Lucindo – Marapanim/PA. Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor (2023).	122
Figura 45 - Área da RESEX-MAR Mestre Lucindo - Marapanim/PA. Fonte: Ponte <i>et al.</i> (2020).	123
Figura 46 - Ação de monitoramento do pescado na Praia do Lembe – Camará. Fonte: Santos (2021).	125
Figura 47 - Convite para inauguração da sede da AUREMLUC em 2024. Foto: Arquivo pessoal do autor (2024).....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de interlocutores(as) – comunidade de Bacuriteua.....	33
Quadro 2 - Lista de interlocutores(as) - comunidade de Camará	33
Quadro 3 - Lista de interlocutores – comunidade do Sossego.....	34
Quadro 4 - Localidade dos(as) pescadores(as), rios onde pescam e suas técnicas. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2024).....	70
Quadro 5 - Sazonalidade do pescado em áreas do estudo de acordo com interlocutores. Fonte: Ferreira (2022), Lima (2024), Paixão (2024), Saraiva (2024).	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
OBJETIVOS	17
Gerais e Específicos	17
ESTUDOS CENTRAIS SOBRE O TEMA E JUSTIFICATIVA	18
LÓCUS DA PESQUISA.....	20
Comunidade de Bacuriteua	23
Comunidade de Camará	25
Comunidade do Sossego	27
Os rios das comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego	30
METODOLOGIA	31
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA	31
TRABALHO DE CAMPO	32
CAMINHOS DA PESQUISA	36
1. PESCA ARTESANAL NA REGIÃO COSTEIRA DO PARÁ.....	46
1.1. A história da pesca na região costeira do Pará e em Marapanim.....	50
1.2. O processo de modernização da pesca e as comunidades piscatórias.....	54
1.3. A marginalização da pesca artesanal na região do Salgado marapaniense.....	59
1.4. Apropriação dos territórios de pesca, um advento da modernização.....	61
2. A PESCA EM BACURITEUA, CAMARÁ E SOSSEGO	70
2.1. Mudanças nas práticas pesqueiras e suas consequências.....	75
2.2. Pesca de curral em Camará	76
2.3. Pesca artesanal na Praia do Crispim	89
2.3.1. Pesca de escora.....	89
2.3.2. Pesca de rabiadeira.....	91
2.4. Captura do pescado no rio São José.....	93
2.5. Extração de sarnambi	93
2.6. A extração do turu.....	97
2.7. A catação do caranguejo-uçá com o gancho	99
2.8. A pesca em embarcações no Sossego	102
2.9. Mulheres antes, durante e depois da captura do recurso pesqueiro	106
3. TÉCNICAS DE PESCA PREJUDICIAIS AO MEIO AMBIENTE	111
3.1. Narrativas sobre a pesca de arrasto próximo ao litoral marapaniense	111
3.2. Pesca nos poços e/ou igarapés	113
3.3. A extração de mel de abelha nos manguezais.....	117
4. ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE DA PESCA.....	118
4.1. A criação da RESEX-MAR Mestre Lucindo	118
4.2. Múltiplas ocupações para complementação de renda	128
4.2.1. Ocupações impulsionadas pela alta temporada.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXOS	149
ANEXO I - Questionário aplicado a pescadores e pescadoras	150
ANEXO II - Questionário aplicado à participante da AUREMLUC.....	151

INTRODUÇÃO

A pesca é uma das atividades mais antigas da humanidade, e ocorre desde que os grupos humanos passaram a diversificar suas práticas alimentares em busca de proteína (Santos 2009). Na Amazônia brasileira, a pesca para autoconsumo era uma importante fonte de proteína, mas no período colonial algumas áreas denominadas de Pesqueiros Reais foram exploradas pelo governo colonial para a geração de renda.

Os Pesqueiros Reais eram administrados pela Fazenda Real e/ou por missões religiosas (Furtado 1981) e localizavam-se em áreas desde o atual estado do Amazonas até a Ilha de Marajó, voltados para a exploração de pescados, como o peixe-boi, a tartaruga, a tainha e a gurijuba, cuja produção estava destinada à alimentação das tropas portuguesas e à comercialização (Furtado 1981). Portanto, a pesca, historicamente, tem sido um dos “recursos naturais importantes para a manutenção das populações humanas”, em especial, dos povos originários (Santos & Santos 2005: 1).

A atividade pesqueira realizada na área costeira do Pará remete aos povos indígenas que habitavam a região (Furtado 1987). Na definição local, a “região do Salgado marapaniense” e/ou “Salgado marapaniense” é referente à parte do município de Marapanim (PA) que tem maior influência do Oceano Atlântico por ser geograficamente mais próxima ao mar que a “microárea da água doce” (Furtado 1978), sendo essa definição local adotada para este estudo.

A pesca que é realizada na região do Salgado marapaniense por pescadores(as) artesanais utiliza diferentes técnicas, o que inclui a pesca por armadilhas fixas, como currais de pesca e rabiadeiras, a pesca de linha de mão, a pesca de rede de nylon com a utilização de embarcações de pequeno porte como botes e rabetas. Há também outros tipos de pesca realizadas nas áreas de florestas de mangue, como a extração do sarnambi (*Lucina pectinata*), extração do turu (*Neoteredo reynei*) e a catação do caranguejo-uçá (*Ucides cordatos*)¹.

Nas comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego², *locus* desta pesquisa, a pesca é uma atividade que atravessou o tempo e hoje garante alimentos, renda e a subsistência das famílias. As comunidades estão localizadas em um ecossistema costeiro com uma rica biodiversidade marinha,

¹ Curral de pesca: cerco de madeira.

Rabiadeira: rede de nylon submersa.

Pesca de linha de mão: linha de nylon com peso e anzol.

Caranguejo-uçá: crustáceo comestível encontrado em manguezais.

Sarnambi: molusco comestível extraído de formações rochosas em área estuarina.

² Nesta dissertação adoto o termo comunidade do Sossego, pois assim os(as) pescadores(as) denominam a sua localidade. Contudo, é importante mencionar que a Prefeitura de Marapanim denomina o local de bairro do Sossego, sendo também apresentado na literatura local como bairro-comunidade.

onde predomina florestas de manguezais, estuários, igarapés³ e praias banhadas diretamente pelo Oceano Atlântico. A importância socioambiental e ecológica das florestas de mangue do manguezal está relacionada ao seu papel como berçário e habitat de uma variedade de espécies, como moluscos e pescados, que migram para o oceano ao atingirem a idade adulta; também contribuindo para a redução da emissão de CO₂ na atmosfera, a prevenção de inundações e a erosão costeira. As raízes aéreas do mangue retêm nutrientes e controlam substâncias poluidoras melhorando as condições da água do mar.

Conforme Furtado (1978), a região do Salgado marapaniense é formada por áreas pesqueiras onde as comunidades locais tradicionalmente praticam a pesca artesanal e outras atividades ligadas à exploração de recursos pesqueiros, a qual, ao longo do tempo, os(as) pescadores(as) têm repassado seus saberes e técnicas de pesca. Sendo assim, a pesca possui grande importância nas dinâmicas socioculturais e econômicas que constituem esse território pesqueiro. Para Nogueira (2005), a definição de territórios de pesca está além da definição física, pois fatores fundamentais, como as relações sociais horizontais de quem habita esse espaço, precisam ser levadas em consideração. Adiante serão vistos outros autores discorrendo sobre o mesmo conceito, como Alencar (2004), Little (2018) e Maldonado (2000).

O presente estudo trata sobre mudanças na atividade pesqueira artesanal numa região da zona costeira Norte do Brasil, situada no município de Marapanim (PA). O objetivo é apresentar aspectos da atividade de pesca artesanal que incluem a captura de diversas espécies em ambiente marinho e estuarino, o extrativismo de moluscos e crustáceos nas florestas de mangue, as principais técnicas de pesca e os agentes envolvidos. Ao mesmo tempo, identificar mudanças e fatores a elas associadas e estratégias locais de continuidade da atividade pesqueira artesanal nessa região.

A pesquisa foi realizada nas comunidades Bacuriteua, Camará e Sossego, situadas no município paraense de Marapanim, bem como na Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, uma Unidade de Conservação de uso direto (Brasil 2000), criada em 2014 no referido município, com um território de aproximadamente 26 mil hectares, sendo uma UC de uso direto gerida pelo governo federal⁴. Essas comunidades possuem como característica comum a realização do extrativismo de diversos recursos de origem animal e vegetal, além da agricultura, como apontado no estudo socioambiental referente à proposta de criação de Resex Marinha no município de Marapanim (Brasil

³ Na região amazônica, igarapés são popularmente conhecidos por serem cursos de água doce estreitos e pouco profundos que correm pelo interior das matas. Na região do Salgado marapaniense, além dessa definição, os igarapés também são conhecidos por serem áreas de reprodução de espécies no ambiente estuarino.

⁴ A RESEX MARML foi decretada por meio do instrumento DSN 14010-DEC 10/10/2014.

2014).

Para demonstrar aspectos da pesca artesanal nessa região é importante compreender a relação entre os(as) pescadores(as) e o meio ambiente costeiro marinho, destacando as condições de realização da pesca artesanal com a utilização de pequenas embarcações, técnicas e materiais de pesca com baixa capacidade de impacto sobre os recursos pesqueiros; e o modo como os conhecimentos sobre a ecologia das espécies e dinâmicas do ambiente são acionados para decidir sobre a realização dessa atividade em diferentes ambientes em busca do pescado. Isso é importante, uma vez que esses trabalhadores convivem de maneira desigual com práticas de pesca realizadas pela frota pesqueira industrial, que utiliza grandes embarcações e tecnologia de identificação de cardumes, de captura e armazenamento e geralmente atuando em águas distantes da costa.

Importante ressaltar que as atividades de pesca na região estudada são desenvolvidas em áreas situadas próximas da costa marítima, com o uso de canoas a remo e a motor conhecidas localmente como rabetas ou botes e demais embarcações classificadas como sendo de pequeno porte em que os pescadores realizam viagens curtas, geralmente voltando no mesmo dia para terra firme. Pescadores embarcados que “vivem da pesca no estuário da Lagoa do Patos no Rio Grande do Sul” (Adomilli 2010: 9) passam semanas, no que chamam de mar de fora, em atividade de pesca industrial. Nesse sentido, a atividade mais próxima desse tipo de pesca na comunidade do Sossego é a realizada por botes que passam em média uma semana fora da sua área estuarina em atividade de pesca na Baía de Marapanim.

Na percepção dos(as) pescadores(as) de Bacuriteua, Camará e Sossego existe uma disputa desigual entre a pesca artesanal e a industrial, alguns interlocutores associam a pesca industrial de arrasto às grandes redes de supermercados que mantêm nas águas daquela região barcos de pesca de grande porte, responsáveis pelo abastecimento de pescado para si (Negrão 2022; Pinheiro 2022). Essa situação torna o mercado da pesca e o acesso aos recursos pesqueiros em condições desiguais para os (as) pescadores(as) artesanais que competem com os grandes empresários vinculados à indústria pesqueira da região, cuja produção se destina à exportação, também destacam-se alguns impactos sociais e ambientais relacionados ao avanço da atividade turística com a ocupação de parcela do território para a construção de infraestrutura de recepção de turistas e o avanço sobre as florestas de mangue.

Diante desse contexto, esta pesquisa partiu de uma pergunta norteadora principal: quais fatores – sociais, econômicos e ambientais – afetaram a pesca artesanal e o território pesqueiro trazendo mudanças para essa atividade? Como questões secundárias, busquei identificar quais mudanças que

mais afetaram essa pesca e as estratégias desenvolvidas pelos moradores das comunidades para dar continuidade ao seu modo de vida. Nesse sentido, ressalto que a criação da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (RESEX MARML) é uma ação importante que visou garantir o direito de permanecer no território, mas não é suficiente para resolver problemas históricos causados pela pesca predatória realizada nessa região.

A pesca realizada pela frota pesqueira industrial em áreas próximas à costa e no estuário com uso de técnicas que impactam o meio ambiente costeiro, como a técnica de pesca de arrasto, afeta a capacidade de reprodução das espécies, reduz os estoques de espécies que são capturadas pelos(as) pescadores(as) artesanais, esse é apenas um dos fatores de mudança nessa atividade. Também considero outros fatores de mudanças, segundo demonstrado em pesquisas realizadas na região: a abertura da estrada de acesso a Marapanim, a rodovia Castanhal-Curuçá e a pesca industrial.

Portanto, considero que a pesca artesanal não se restringe à produção para comercialização, mas envolve saberes, técnicas e práticas de captura, e uma relação particular com o ambiente no qual seus praticantes vivem. Argumento esse que serve para entender as mudanças ocorridas na atividade pesqueira e as estratégias de continuidade da pesca nas comunidades estudadas, sendo fundamental analisar as práticas, as percepções das pessoas sobre as mudanças, ou seja, baseei-me no que dizem e fazem as populações tradicionais locais para garantir sua sobrevivência (Gow 2006).

OBJETIVOS

Gerais e Específicos

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo visa apresentar aspectos da atividade de pesca artesanal na região do Salgado marapaniense, município de Marapanim (PA) destacando as mudanças nesta atividade e os fatores a elas associados, assim como apresentar as estratégias dos(as) pescadores(as) locais para a continuidade da pesca nessa região. Assim, os objetivos específicos incluem descrever as principais técnicas de pesca tradicionais nas comunidades Bacuriteua, Camará e Sossego; identificando a cadeia produtiva da pesca artesanal e os principais agentes (homens, mulheres; atividades, locais de pesca, comercialização, entre outros) e a forma de organização dos(as) pescadores(as) como fator que garante a continuidade de técnicas de pesca através da partilha de saberes tradicionais locais e entendendo as estratégias para essa continuidade. Por fim, pretende descrever os processos de modernização da atividade piscatória.

ESTUDOS CENTRAIS SOBRE O TEMA E JUSTIFICATIVA

Historicamente, a pesca artesanal constituiu uma série de conhecimentos teórico-práticos baseados em experiências reais das comunidades piscatórias. Esses conhecimentos repassados através do tempo configuraram-se em uma importante coleção de saberes “fundamentais para a conservação da biodiversidade nos ambientes litorâneos” (Ramirez, Molina, Hanazaki, 2007: 102).

Na análise do contexto da pesca desenvolvida na região litorânea de Marapanim é importante apontar aspectos do ambiente, os territórios, os agentes envolvidos, as técnicas, a sustentabilidade ou os tipos de impactos dessas práticas sobre o ambiente no que se refere à capacidade de garantir a renovação dos estoques pesqueiros ou práticas que causam impactos em decorrência dos processos de modernização da pesca industrial no referido município.

Conforme Diegues (1983, 1999) e Silva (2023), a pesca de arrasto tem sido uma das atividades que mais causam danos à pesca artesanal. No litoral marapaniense, segundo os interlocutores deste estudo, a pesca de arrasto está associada à destruição do ecossistema marinho e à redução das espécies que não possuem características adequadas para a comercialização. Os impactos associados a essas atividades incidem na subsistência das comunidades pesqueiras locais, nas práticas comerciais das pequenas comunidades e na renovação das espécies marinhas.

Estudos realizados sobre a pesca artesanal na região costeira do Pará, bem como na região litorânea do Salgado marapaniense desde os anos 1980 já chamavam a atenção para mudanças que estavam ocorrendo na pesca artesanal dessa região. Destaco aqui os seguintes artigos de Lourdes Furtado: “Aspectos históricos e econômicos do município de Marapanim/PA”, de 1978; “Atividade de pesca-de-linha na comunidade de Tamaruteua, de 1982; “Currallistas e redeiros de Marudá”, de 1987; e “Formas de utilização dos manguezais no litoral do estado do Pará: caso de Marapanim e São Caetano de Odivelas”, de 2006.

Os estudos de Furtado (1978, 1982, 1987, 2006) são importantes para esta pesquisa, pois a autora se debruça sobre aspectos econômicos de algumas comunidades da região do Salgado, tais como Vista Alegre do Pará, Araticum-Miri, Paixão e Porto Alegre. A autora enfatiza a coleta de caranguejos e mexilhões nas comunidades, na qual o manguezal é o centro produtor da atividade coletora. As localidades citadas compartilham com o *locus* desta pesquisa a atividade da pesca artesanal. Assim, as informações levantadas pela autora, ao lado dos relatos dos(as) pescadores(as) interlocutores(as) deste estudo permitem compreender o cenário da pesca e os instrumentos de

trabalho dessa modalidade na década de 1970-1980⁵.

Também serão utilizados o relatório técnico “Estudo bioecológico, manejo e industrialização, com reciclagem de resíduos de crustáceos e moluscos, oriundos de manguezais da microrregião de Marapanim, PA” (Mello *et al.* 1999) e o artigo “Perfil socioeconômico dos tiradores de caranguejo-uçá nos manguezais de Marapanim, Pará-Brasil” (Mello *et al.* 2006), e o artigo de Borcem *et al.* (2011), “A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil”.

Os estudos de Maneschy (1988) também são importantes para esta pesquisa, pois ela se dedicou à análise das comunidades pesqueiras no litoral paraense para compreender as mudanças após a abertura da fronteira amazônica nos anos 1970. Sua pesquisa no município de Bragança (PA), destacando as comunidades de pesca artesanal em vilas de pescadores da cidade considera os conceitos de subordinação indireta ao capital, mercado urbano industrial, expropriação e proletarianização. Atualmente, ela tem se dedicado também aos estudos sobre conservação ambiental, uso de meios naturais em comum como a criação das Reservas Extrativistas Marinhas e discussões sobre gênero e empoderamento das pescadoras.

Como foi levantado por Alencar (2018) e Maneschy (2012), as mulheres fazem parte diretamente da cadeia de comercialização da pesca nos municípios e comunidades amazônicas, uma vez que participam das mais variadas atividades econômicas locais. Outrossim, elas também estão envolvidas nos projetos de manejo de recursos pesqueiros, como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, no Amazonas (Alencar 2018). Acerca do envolvimento das mulheres com projetos de manejo nas comunidades estudadas posso citar os projetos ligados à RESEX-MAR Mestre Lucindo, como a Associação de Usuários da RESEX-MAR Mestre Lucindo (AUREMLUC) com forte participação das mulheres como Elizane Brito, e que será abordado nos subcapítulos 4.1 e 2.9, referente à participação das mulheres na pesca.

Os estudos das autoras citadas têm em comum as perspectivas dos pescadores e pescadoras das comunidades estudadas, desvelando as formas de como essas pessoas entendem o mundo pela relação entre os seres humanos e a natureza; ou do ambiente estuarino com as comunidades pesqueiras da região amazônica. Logo, revelam a importância dos saberes das comunidades de pesca no sentido

⁵ A pesquisadora Lourdes Furtado despertou o seu interesse pelas comunidades piscatórias ainda na condição de estagiária. A partir de 1970, iniciou suas pesquisas antropológicas sobre a pesca artesanal no território paraense. Conforme entrevista concedida à revista Coletiva, o marco para iniciar seus estudos sobre áreas da Amazônia foi a leitura da obra “Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos”, de Charles Wagley, um antropólogo estadunidense que permaneceu muito tempo no Brasil a partir de 1939. Do estudo surgiram questionamentos para comparações entre a comunidade descrita por Wagley e as comunidades em outras áreas da Amazônia (Ramalho 2020). Assim, para conhecer as especificidades sociais e ambientais locais, a autora dedicou-se aos estudos da região do Salgado marapaniense e de outras localidades.

de suas práticas não serem tão predatórias e destrutivas ao ecossistema costeiro como a pesca industrial.

As pesquisas sobre a pesca em Marapanim estão ligadas a diversas áreas de estudo, tais como Agricultura, Agronomia, Biologia, Geografia, Geologia, Meio Ambiente, Sociologia, dentre outras. Estudos na perspectiva da Antropologia Social, em sua maioria, foram realizados por Furtado (1978, 1982, 1987) na microárea praiana, equivalente à região do Salgado marapaniense, como prevê esta dissertação.

Nesse sentido, este trabalho torna-se relevante para a área da Antropologia Social e no campo da Antropologia da Pesca no município de Marapanim, por atualizar informações sobre atividade de pesca na região por um olhar socioantropológico de um pesquisador descendente de pescadores(as) marapanienses e atualmente morador da localidade de Bacuriteua.

Esta dissertação é um estudo interdisciplinar sobre as perceptivas dos extrativistas que habitam e sobrevivem da pesca artesanal por meio dos conhecimentos ancestrais sobre o uso dos recursos naturais. Aqui busquei a compreensão da diversidade sociocultural dos povos amazônicos e o retorno da pesquisa para as comunidades do Salgado em forma de publicações, oficinas de formação e contribuições para a gestão da pesca no município. Por isso, levei esses debates para as salas de aula por meio de oficinas de “formações para docentes”, alinhando as ações e reflexões deste estudo ao Documento Curricular Municipal (DCM) que aponta novos caminhos para a regionalização de temas curriculares, sobretudo na disciplina de Estudos Amazônicos (Prefeitura de Marapanim 2019).

Assim, o presente estudo está pautado nas práticas econômicas, sociais e dos saberes daqueles que constroem seu modo de vida a partir da pesca (Diegues 2004). Portanto, visou contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema a partir das comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego, desvelando mudanças ao longo do seu processo de acesso direto à capital do estado do Pará. Para tanto, também analiso as diferentes formas e organizações sociais com ênfase nas agências, saberes e narrativas dos(as) pescadores(as) artesanais.

LÓCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada nas comunidades Bacuriteua, Camará e Sossego, situadas na porção Norte do município de Marapanim, região do Salgado, estado do Pará. A escolha das três comunidades como *lócus* da pesquisa deu-se a partir da necessidade de realizar um estudo mais abrangente geograficamente a partir de comunidades que têm aspectos variados no trabalho com a pesca, podendo assim ampliar discussões sobre tais aspectos perceptíveis como as mudanças nas

dinâmicas locais. Ainda o fato de ser morador da comunidade de Bacuriteua foi importante para otimizar o tempo de trabalho de campo presencial. Ter sido docente da rede municipal de ensino nas comunidades de Camará e Sossego também facilitaram o acesso a essas comunidades.

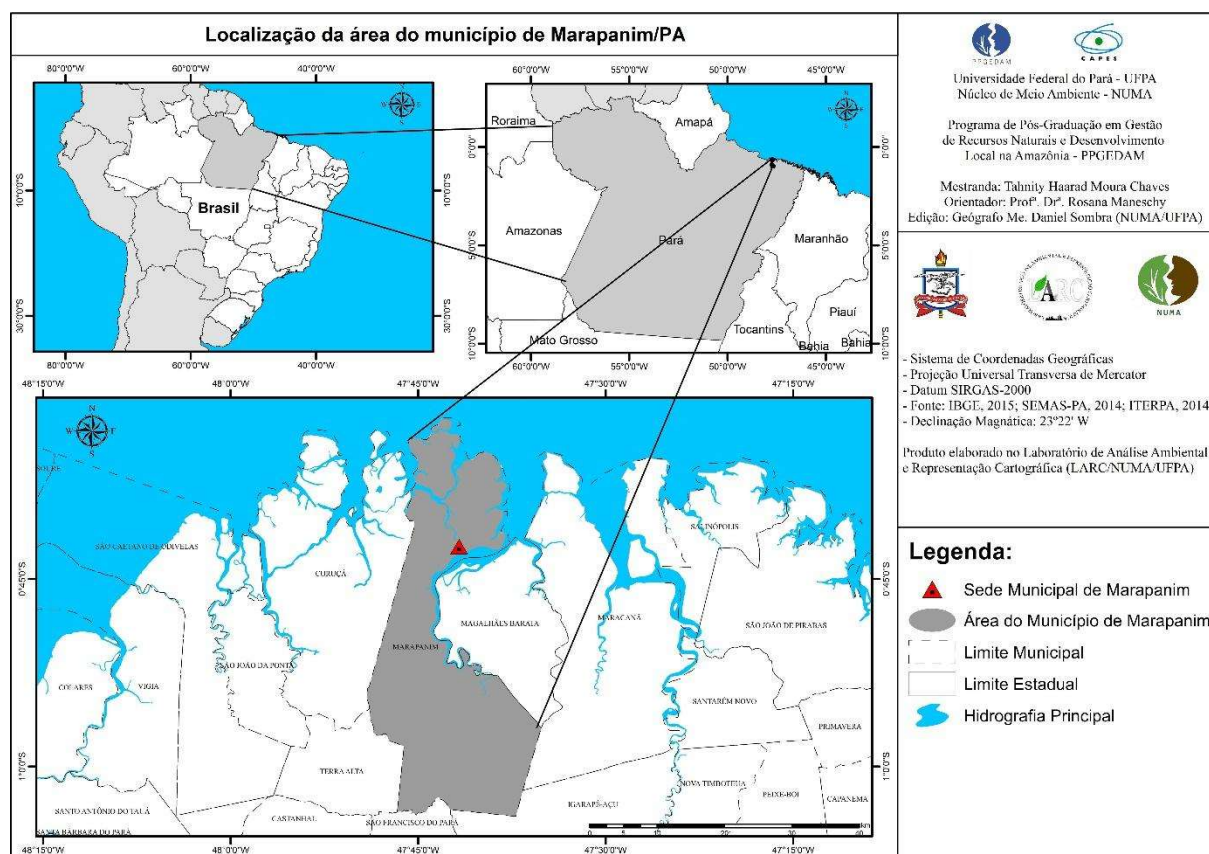


Figura 1 - Localização do município de Marapanim (PA). Adaptado pelo autor.⁶

A população da cidade de Marapanim é de aproximadamente 26.471 pessoas, conforme o Censo IBGE 2022. Localizada na região litorânea do estado do Pará, a distância entre Marapanim e Belém, capital do estado, é de 170 km. O acesso a Marapanim, a partir de Belém, é realizado através da rodovia BR-316 até o município de Castanhal, a partir deste ponto, através das rodovias PA-136 e PA-138. A área na qual estão situadas as comunidades onde a pesquisa foi desenvolvida possui cerca de 120 km².

Marapanim é um topônimo indígena, de origem do tronco linguístico tupi, morfologicamente é formado pelas unidades léxicas *mará* ou *mbará* ‘mar’ e *panim* ou *panami* ‘pequenas mariposas’, que significa ‘borboletinhas d’água’ ou ‘borboletinhas do mar’ (Monteiro 2011: 76). De acordo com Conceição (1995) e Monteiro (2011), essa denominação é oriunda dos indígenas locais, os quais

⁶ Fonte: www.numa.ufpa.br/index.php/mapasitem72-marapanim-pa-localizacao.

nomeavam “o rio que ali corria, cujas margens abrigava grande número de pequenas borboletas”. Essa explicação é adotada pelo IBGE (2010) e pela Prefeitura Municipal de Marapanim.

O município faz fronteira com os municípios paraenses de Curuçá, Terra Alta, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Maracanã e Magalhães Barata. É formado pela sede, a qual possui características de um pequeno centro urbano pela presença de aparelhos do Estado, como a Prefeitura, Hospital Municipal, agência de correios e outros órgãos públicos e de serviços, como bancos públicos. Cerca de 18 comunidades do município estão situadas na RESEX MARML, uma Unidade de Conservação de Uso Direto (Brasil 2000), criada em 2014, com aproximadamente 26 mil hectares, conforme será discutido no capítulo 4. Seus moradores têm na pesca e na extração de outros recursos oriundos da natureza sua principal fonte de subsistência (Brasil 2014).

Marapanim é dividido por duas microáreas que se distinguem por suas características ambientais e as atividades econômicas, sendo uma situada no litoral e outra na região mais central, mas cortada por rios. Na década de 1970, Furtado (1978: 3) denominou essas duas áreas de “microrregião da Água Doce” e “microárea praiana”. Para os marapanienses, essa distinção é feita respectivamente pelas denominações “região da água doce de Marapanim”, ou “água doce”, e “região do Salgado marapaniense” ou “Salgado”. Nesta dissertação utilizo o termo Região do Salgado marapaniense, como meus interlocutores e interlocutoras identificam a sua região.

A região costeira de Marapanim tem como características a existência da “maior extensão de manguezais bem conservados do Brasil na região Norte” (Júnior *et al.* 2021: 121) e a existência de praias, como Marudá, Crispim, Bora e Lembe as quais são muito frequentadas por moradores da capital Belém e de outras cidades próximas, às vezes, tendo uma segunda residência na região.

A economia de Marapanim contribui com cerca de 1/4 da produção estadual de pescado no Pará (Santos 2004). No município, a pesca artesanal é uma das atividades fundamentais para o comércio e a sobrevivência das comunidades, na sede há duas fábricas de gelo, ou seja, a cidade está profundamente ligada à pesca.

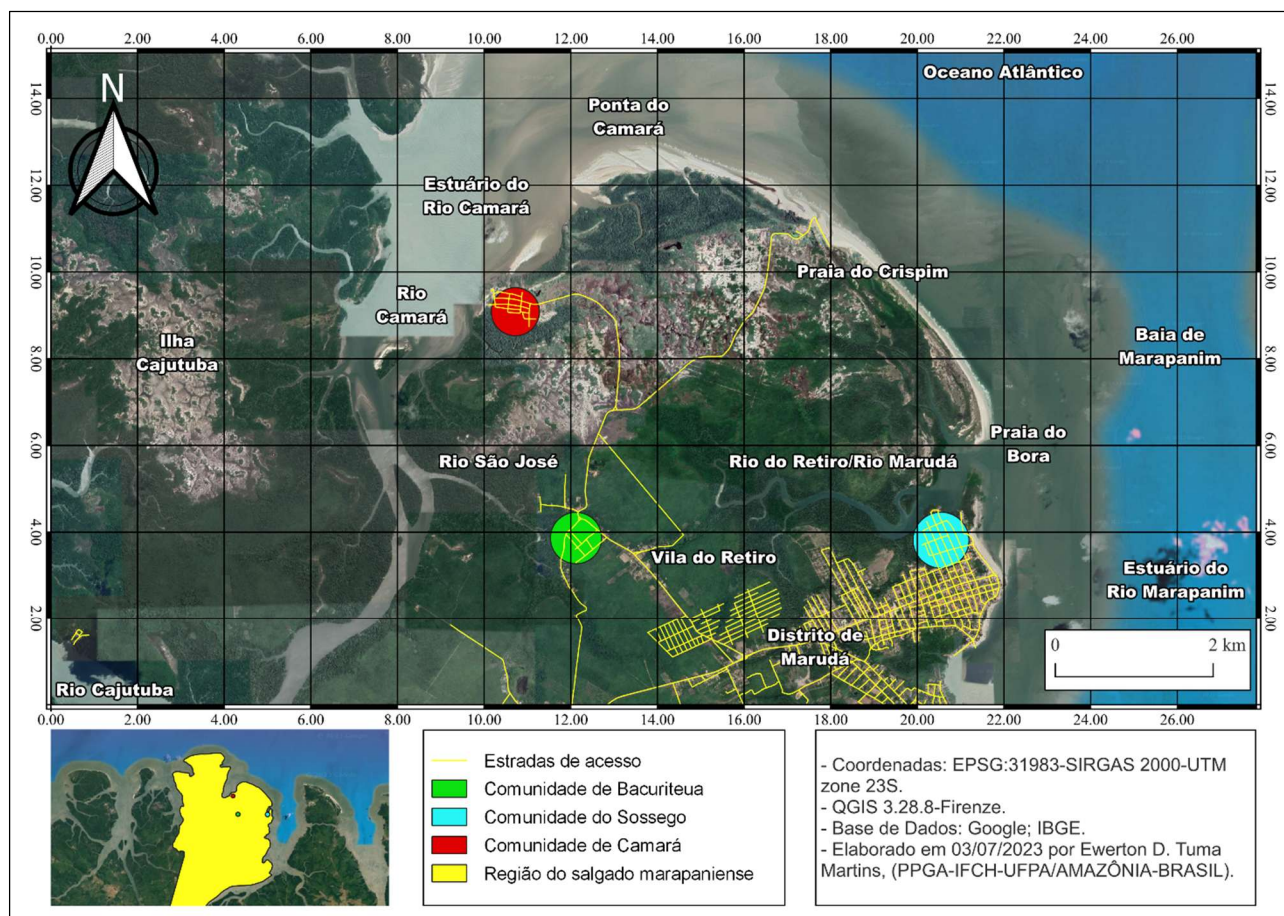


Figura 2 - Territórios pesqueiros do Salgado marapaniense e comunidades estudadas. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).

A figura 2 é um mapa elaborado em parceria com alguns interlocutores a partir do mapeamento dos rios das comunidades, como será destacado no tópico referente à metodologia, ele apresenta as rotas traçadas e ilustra as áreas de atuação dos(as) pescadores(as) de Bacuriteua, Camará, Sossego, assim como de outras localidades vizinhas. Além da participação dos interlocutores, as camadas de dados do mapa foram elaboradas também a partir da base de dados do satélite Google, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de pesquisa bibliográfica. Para a localização da “Ponta do Camará” e da “Baía de Marapanim” usamos Corrêa e Simões (1971) como referência e, por fim, para a identificação do “Estuário do rio Marapanim” tomamos como base, Júnior *et al.* (2021).

Comunidade de Bacuriteua

A comunidade de Bacuriteua tem o seu acesso pela rodovia PA-138, localiza-se a uma distância de aproximadamente 170 km da capital do estado do Pará. De acordo com a sua Associação

de Moradores, existem aproximadamente 57 famílias residentes no local. A localidade possui um rio, denominado São José, apresenta uma rua principal asfaltada que liga Marapanim à Praia do Crispim e a do Lembe, nela localizam-se dois igarapés: Biroska e Ucuuba. O igarapé do rio Grande encontra-se no terreno São José, mais afastado da estrada, próximo à área de mata. Esses espaços servem para o lazer dos moradores e para o comércio, são conhecidos como igarapés do “tira sal”. Ainda no entorno da estrada é possível encontrar um trevo, no qual localizam-se uma praça, a Igreja de São Benedito (padroeiro da localidade) e um restaurante.



Figura 3 - Restaurante Ponto de Equilíbrio e a Igreja de São Benedito em Bacuriteua. Foto: Michelly Machado (2022).

A localidade possui uma única escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Elias Negrão, localizada na rua Alcides Pinheiro. Ao ingressarem no fundamental maior, as crianças normalmente continuam os estudos em Marudá na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Tereza Braga Teixeira ou na sede do município em Marapanim. O ensino médio é ofertado apenas em Marapanim, portanto, os discentes precisam se deslocar para escolas da sede do município, o que dificulta a continuidade do ensino pela distância do centro e pela falta de transporte público.

Em Bacuriteua, animais como caranguejos, siris, turus e sarnambis são retirados do manguezal; e os pescados do rio São José e da Praia do Crispim por alguns pescadores e pescadoras, também ocorre a extração de frutos para consumo e comercialização *in natura* ou beneficiado, sob a forma de polpa, como o bacuri (*Platonia insignis*), encontrado nas áreas que circundam os manguezais, sendo que sua safra ocorre de janeiro a março. Além desses produtos, os moradores da comunidade fazem a extração do mel de abelha, também dos manguezais.

De acordo com os(as) pescadores(as) e Brasil (2014), as áreas de matas fornecem a madeira para a construção das casas; as folhas das palmeiras são usadas para confecção dos cofos (cesto oval),

as madeiras são para os currais e armadilhas para pesca, sendo duas práticas pesqueiras em desaparecimento, bem como a agricultura.

No verão, algumas famílias prestam serviços aos turistas, como turismo, limpeza (diarista) e cozinha, outrossim, montam pequenos comércios para vender comidas típicas, bebidas ou transformam os espaços de residência em estacionamento para o acesso ao igarapé do rio Grande, utilizado como balneário durante o verão.

Outra dinâmica de algumas famílias de Bacuriteua é a criação/arrendamento de bares e restaurantes ao longo da estrada que liga à Praia de Crispim. Muitos igarapés foram incorporados a esses espaços, como a Biroska e o Ucuuba. São outras fontes de renda que movimentam o comércio local, sobretudo no verão ou nos finais de semana. A venda de alimentos está fundamentada nos frutos do mar, como peixes (dourada e gó), camarões, mexilhões, caranguejos e o turu, uma das atrações dos bares/restaurantes de Bacuriteua.



Figura 4 - Piscina de água natural em Balneário Ucuuba – Bacuriteua. Foto: Michelly Machado (2020).

Comunidade de Camará

A comunidade de Camará fica situada na porção Norte do município de Marapanim, e tem seu acesso por uma estrada que liga o centro da cidade de Marapanim à Praia do Crispim. A localidade possui uma única escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Eneida Pinto Lisboa, localizada à rua Jader Barbalho, S/N, na Vila de Camará. Para cursar o ensino fundamental maior, os alunos precisam se deslocar para Marudá ou para Marapanim. Para cursar o ensino médio precisam

se deslocar à sede, em Marapanim, único local em que se oferta a etapa. A distância da sede municipal associada à dificuldade de transporte para chegar a esses lugares, dificultam o acesso à educação dos alunos das comunidades, conforme (Borcem *et al.* 2011).

Estima-se que, na atualidade, aproximadamente 800 famílias residem em Camará (Semed, 2024). A comunidade abriga a Praia do Lembe, destino de muitos turistas, sobretudo na alta temporada de julho a agosto, no período do verão amazônico. No passado, apenas os moradores da Vila e de Marapanim frequentavam o lugar para o banho, atividades de lazer e a pesca, e a praia também servia de apoio aos pescadores(as). A praia é formada por uma grande faixa de areia, quando a maré enche se torna uma espécie de ilha e assim as barracas, mesas e cadeiras ficam submersas até a maré baixar.

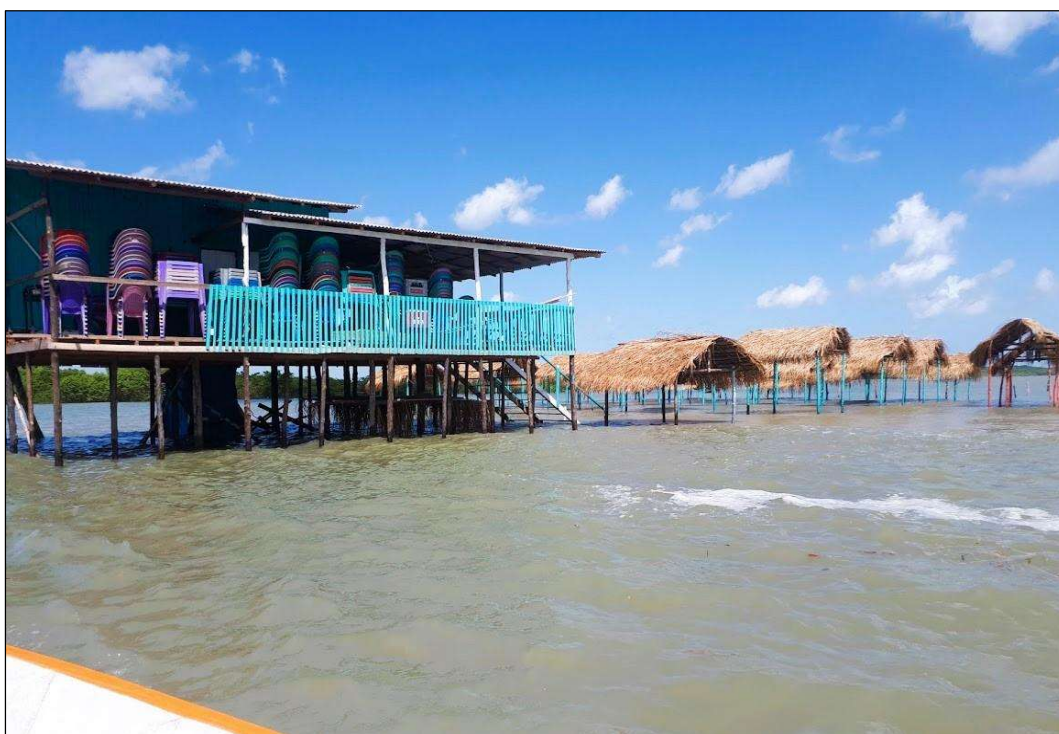


Figura 5 – Praia do Lembe, comunidade de Camará. Foto: Michelly Machado (2020).

Conforme Santos *et al.* (2020), o fluxo turístico não tem sido acompanhado por técnicas de planejamento, o que tem ocasionado problemas que colocam em risco a biodiversidade local e a pesca artesanal, isso ocorre pela falta de saneamento e a ocupação precária da praia por meio de bares e restaurantes, os quais não possuem esgoto ou tratamento adequado do lixo.

As casas da comunidade são de alvenaria e de madeira. De acordo com Costa *et al.* (2020),

nos quintais os moradores têm fogões a lenha, o jirau⁷ e em alguns casos um pequeno depósito para guardar o material de pesca, como redes de pesca e materiais para a extração de moluscos e crustáceos. O espaço de socialização mais utilizado pelos(as) pescadores(as) e moradores(as) é a igreja matriz da vila, as festividades e eventos normalmente ocorrem no entorno ou em frente à igreja, local de acesso à Praia do Lembe, sendo um dos espaços em que ocorre a comercialização do pescado e frequentada por veranistas e compradores de pescado.

Como mencionado, a principal atividade da comunidade de Camará desde o seu processo de formação é a pesca, a qual destaca-se a pesca de curral⁸. Nessa comunidade, os(as) pescadores(as) são residentes do local, a atividade de pesca foi aprendida ainda na infância e posteriormente foram repassadas de geração a geração.

Além da pesca, uma pluralidade de atividades produtivas é realizada pelos(as) pescadores(as), como “a extração de frutos, sementes, óleos, resinas, mel, cipó, cascas, raízes, madeira e a caça” (Costa *et al.* 2020: 285), embora a prática esteja desaparecendo, algumas famílias praticam agricultura, plantando mandioca no roçado.

Na comunidade de Camará, as espécies de pescados com safra mais extensa são o bandeirado e a corvina (Costa *et al.* 2020). Na localidade há presença dos atravessadores e, normalmente, a produção é repassada a eles de forma imediata (Borcem *et al.* 2011). Na vila atualmente não há uma cooperativa, o que poderia fortalecer a relação de comercialização do pescado.

O pescado capturado pelos(as) pescadores(as) de Camará é comercializado na própria comunidade, nos restaurantes de Marudá, Marapanim e para Belém. A comercialização do pescado é feita pelos(as) próprios(as) pescadores(as) ainda no Porto do Camará, diretamente aos marreteiros (Costa *et al.* 2020).

Comunidade do Sossego

A comunidade fica localizada no distrito de Marudá, no município de Marapanim, a 160 km

⁷ Bancada de madeira usada para lavar louças, beneficiar pescado e atividades culinárias. Pode ter pia ou vasilha com água para manuseio de alimentos. Normalmente ficam do lado de fora da cozinha, sendo essa extensão coberta e sem paredes. Os jiraus podem também ser encontrados nos quintais e a céu aberto. O caráter de distância entre ele e a cozinha principal é de manter a cozinha limpa de restos de peixes, frangos, dentre outros. Atualmente, casas de alvenaria mantêm seu jirau de madeira, porém muitas já os constroem também em alvenaria.

⁸ A pesca de curral consiste na construção de uma armadilha de grandes proporções composta basicamente por duas partes em madeira: as guias para a entrada do peixe na armadilha e o local onde os peixes ficam presos. A armadilha é fixada em faixas de terra no estuário na maré baixa. Durante as marés cheias, esses currais são cobertos pelas águas e quando o pescado entra na armadilha não consegue sair. Após a maré baixar, o(a) pescador(a) adentra na armadilha para retirar as espécies capturadas.

da capital Belém. Embora essa comunidade seja mencionada pela Prefeitura de Marapanim como bairro do Sossego, seus moradores e pescadores denominam a localidade de comunidade, pelo apreço ao local, pelas relações de pertencimento, de solidariedade e pela vida em comum, e assim será mencionada neste estudo.

Conforme pesquisa socioambiental referente à proposta de criação de reserva extrativista marinha no município de Marapanim realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio] (Brasil 2014), cabe destacar que no distrito de Marudá existe a denominação de bairros-comunidades para nomear “áreas de moradias tratadas como bairros pela prefeitura e denominadas de comunidade pelos moradores” (Brasil 2014: 9). Ainda segundo a pesquisa, no Sossego, em 2014, existiam 86 famílias, porém os interlocutores dessa comunidade acreditam que esse número atualmente é de aproximadamente 150 famílias. O Sossego apresenta uma rua principal asfaltada onde localiza-se um pequeno centro comercial, essa via pública termina em uma praia que recebe muitos turistas durante o mês de julho e agosto, a Praia do Bora.

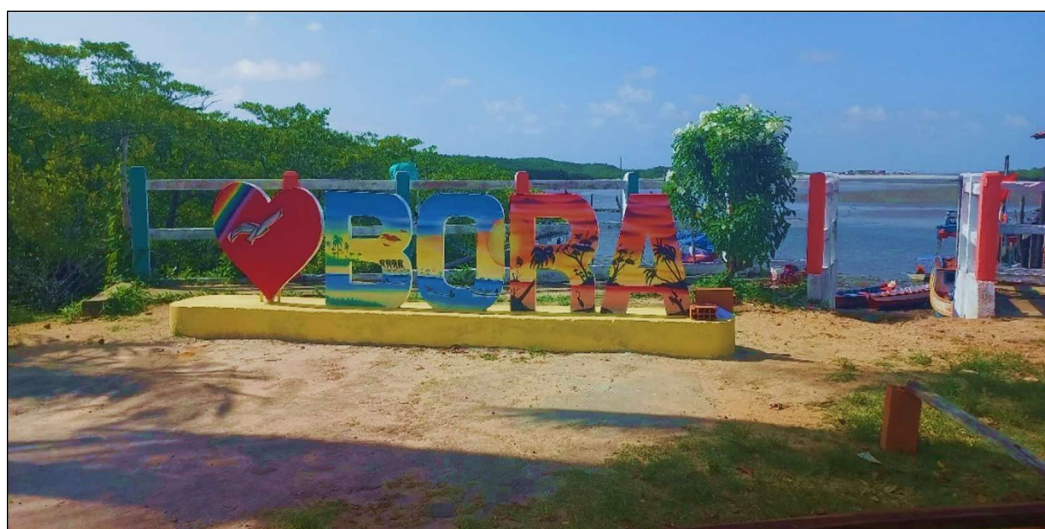


Figura 6 - Porto do Sossego, local de acesso à Praia do Bora. Foto: Michelly Machado (2022).

A localidade possui uma única escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Eliofer Alves da Costa, localizada na travessa Liberdade, distrito de Marudá. Ao concluírem as séries iniciais, os discentes normalmente ingressam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Tereza Braga Teixeira. Para cursar o ensino médio precisam se deslocar para Marapanim.

Nessa comunidade predomina a pesca embarcada em bote e de rabeta, a qual será descrita no capítulo 3. As espécies capturadas são utilizadas para o consumo próprio das famílias e para comercialização. A agricultura não é mais praticada, essa ausência é justificada pelos pescadores pelo

processo de urbanização local, como a venda dos terrenos aos turistas ou comerciantes. No Sossego, os pescadores relatam a redução e inconstância do pescado, por isso as pessoas vêm se afastando dessa atividade e buscando alternativas de sobrevivência há pelo menos três décadas.

Além da pesca, as mulheres participam do Grupo de Mulheres Erva Vida. Atualmente, o grupo não possui muitas atividades, porém é destinado principalmente à confecção de artesanato e à produção de remédios artesanais, derivados de plantas medicinais, como garrafadas, tinturas, xaropes e pomadas, “parte cultivadas no horto, parte adquiridas através de coleta em quintais de vizinhos, e parte adquirida em Belém” (Flor 2014: 34).



Figura 7 - Espaço do grupo de mulheres Erva Vida. Foto: Michelly Machado (2022).

A baixa rentabilidade do grupo de mulheres Erva Vida tem ocasionado a evasão das mulheres na associação, principalmente no período mais chuvoso, fora da alta temporada. Conforme Flor (2014: 36), as remanescentes da associação e pescadoras, além de atuarem nas tarefas do grupo, “prestam serviços terceirizados na forma de diaristas, desenvolvendo atividades complementares de renda como: caseiras de veranistas, faxineiras e cozinheiras nos períodos de férias e feriados”.

Em comum, as comunidades estudadas pescam nas áreas das Unidades de Conservação (UC) e em áreas vizinhas (Brasil 2014). Além da pesca, existe uma diversidade de atividades realizada pelos pescadores e pescadoras, como serviços de diarista, pedreiro, cozinha, limpeza de terreno, venda de frutos, extração de mel e de madeira, a caça e, em alguns casos, os roçados.

As localidades situam-se em áreas cercadas por manguezais. Os manguezais, além de berçário

para peixes, são habitat de espécies, como mexilhões, camarões, ostras, turus, caranguejos (Brasil 2014). Essa região também possui lagos/igarapés de água doce, os quais proporcionam áreas de lazer e potencializam o turismo local por meio de bares e restaurantes localizados em áreas próximas aos igarapés.

Destaca-se a proximidade das comunidades estudadas com as praias de Marudá, do Crispim, do Lembe e do Bora. A Praia do Crispim configura-se como um importante território de pesca que é partilhado por moradores da vila de Bacuriteua, os rios que atravessam as comunidades têm a pesca artesanal como uma atividade de grande relevância desenvolvida por seus moradores (Brasil 2014).

Os rios das comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego

A proximidade das comunidades com áreas estuarinas (Figura 2) incide em diferentes formas das atividades de pesca que são realizadas pelos moradores. Além disso, as três localidades são cercadas por florestas de mangue, o que contribui para que o extrativismo de moluscos e crustáceos seja uma atividade importante para sua subsistência e comercialização. Destaco a ‘tiração’ de moluscos como turu (*Neoteredo reynei*) e sarnambi (*Lucina pectinata*) (Brasil 2014).

Quanto à utilização do espaço para atividades de pesca, a comunidade de Bacuriteua faz uso frequente do rio São José; já Camará faz uso do rio Camará; e em Sossego o rio do Retiro é o utilizado. O rio Camará, com suas ‘croas’ à frente da vila de Camará, corresponde ao território de pesca dessa comunidade. Seus(as) pescadores(as) trabalham com a pesca de curral no baixo estuário. Outrossim, praticam ainda a pesca em embarcações de pequeno porte, todavia a pesca de curral é a mais recorrente. Os(as) pescadores(as) artesanais da comunidade de Camará atuam em grande parte na pesca de curral no rio Camará, mas também possuem atividades de pesca em embarcações de pequeno porte (Brasil 2009)⁹.

Vale ressaltar que o termo “croa” é uma denominação local para faixa de areia que fica aparente na maré baixa no rio Camará e demais rios dos estuários de Marapanim e onde são construídos os currais de pesca:

⁹ De acordo com o parágrafo 1º, inciso I da lei 11.959/2009, as embarcações de pequeno porte são aquelas que possuem Arqueação Bruta (AB) igual ou menor que 20 (vinte). Para efeito informativo, a Arqueação Bruta é a medida do volume total de uma embarcação, segundo Casarini (2011): “para se obter o valor de Arqueação Bruta, se toma as medidas (comprimento x largura x altura) de todos os compartimentos fechados [...]. Exemplo 1: qual AB possui o Navio de pesquisas (N/Pq) *Orion* (Brasil 1977), que após os cálculos de medida de volume de todos os compartimentos fechados, se obteve 433 m³? $AB = 433/2,83 = 153$ ”.

Dessa forma, o estuário do rio Marapanim pode ser compreendido como um ambiente sedimentar costeiro dominado por maré, devido sua morfologia estar muito associada com a amplitude de maré formando barras arenosas longitudinais e planícies de maré. (Júnior *et al.* 2021: 2154).

O rio São José corresponde ao território de pesca da comunidade de Bacuriteua. Seus pescadores e pescadoras praticam pesca de linha de mão e com redes menos extensas¹⁰ próximo à área de confluência com o rio Camará, perímetro equivalente ao médio estuário. Segundo o sr. Caíto, pescador local (em entrevista feita em 2022), esse perímetro se distancia das áreas de reprodução e fica próximo às ‘croas’ rochosas onde se pratica a extração de sarnambi. A proximidade entre as áreas de pesca e as croas rochosas possibilita a realização de duas atividades num único dia: captura do pescado e a ‘tiração’ do sarnambi. Os(as) pescadores(as) artesanais da comunidade de Bacuriteua realizam a pesca no rio São José usando linha de mão e rede de pesca; no rio Camará onde realizam a pesca com uso de currais, já na Praia do Crispim são feitas as pescas de escora e rabiadeira. O rio do Retiro corresponde ao território de pesca da comunidade do Sossego, seus pescadores praticam a pesca em embarcações de pequeno porte na área referente ao baixo estuário e no mar fora dos limites da Baía de Marapanim, conforme descrição detalhada desses tipos de pesca no capítulo 3.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa está dividida em dois momentos distintos, a saber: i) pesquisa bibliográfica e documental e ii) pesquisa etnográfica como prática de experimentação e experiência, propriamente dita, para a obtenção de dados qualitativos.

Para a pesquisa bibliográfica e documental foi feita uma revisão da literatura sobre o tema e elaboração do estado da arte do tema em análise;

Já a pesquisa etnográfica, como prática de experimentação/experiência para a obtenção de dados qualitativos, usei a observação participante das atividades, a realização de entrevistas (formais e informais) e conversas, tudo orientado por um roteiro prévio (ver Anexos) conforme descrito nas etapas abaixo:

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA

Houve o aprofundamento teórico realizado por meio da leitura de dissertações, livros e artigos,

¹⁰ Se comparada a extensão das redes usadas na Praia do Crispim para a pesca de escora e rabiadeira.

usando principalmente os estudos dos seguintes autores: nas considerações sobre as práticas pesqueiras artesanais no Brasil e a importância dos especialistas das comunidades (Cordell 1989, 2000); a respeito da modernização da pesca e os pressupostos de tradição e modernidade (Adams 2000); sobre pesca artesanal e industrial e o avanço das tecnologias usadas nas nesta atividade (Diegues 1983, 1995, 1999, 2004); sobre os conceitos de tradição e modernidade (Maldonado 1994, 2000); acerca da Antropologia da Pesca e dos conflitos nesta área de estudo (Adomilli 2010); sobre territorialidade/território (Alencar 2003, 2018); sobre as práticas de pesca na região de Marapanim (Furtado 1978, 1982, 1987), com base nesse último repertório faço um levantamento sobre a modernização da pesca nas atividades de pesca que são desenvolvidas na região costeira de Marapanim.

Para isso, destaco a abertura da estrada de acesso de Marapanim, com a estrada Castanhall-Curuçá, e o processo de industrialização da pesca com o incentivo da superexploração dos estoques pesqueiros desde a década de 1970, o que prejudicou os(as) pescadores(as) artesanais locais que sobrevivem destes recursos.

TRABALHO DE CAMPO

Para a obtenção de informações sobre atividades de pesca realizei uma incursão a campo nas comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego, de julho a agosto de 2022. Essa parte da pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e por meio de observação participante nas atividades de pesca. A pesquisa de campo foi estendida até julho de 2023 por meio de entrevistas via rede social WhatsApp. Esse recurso foi mais usado do meio para o final da pesquisa, quando em alguns momentos tive que passar períodos em Belém (Capital). Na ocasião, já havia o contato de grande parte dos(as) pescadores(as), todos registrados durante o processo de campo. Na modalidade digital, a interação aconteceu por mensagens de texto, gravações de áudio e ligações telefônicas. Para tal, enviava mensagem pela manhã e aguardava a resposta dos(as) pescadores(as), o que normalmente acontecia no turno da tarde, após o almoço, quando estavam em suas casas ou com acesso à internet. Vale ressaltar que informações que detinha de 2018 a 2021, foram analisadas em termos antropológicos, após meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFGA) em 2022.

A abordagem a distância flexibilizou as interações com os(as) interlocutores(as), pois ao lerem a mensagem me faziam uma chamada rápida, ‘davam um toque’, para que eu pudesse retornar, assim quando estavam disponíveis conversávamos sobre a pesquisa e outros assuntos que Hine *et al.* (2020:

3), no artigo “A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana”, destaca: “a copresença do pesquisador com o cenário pode levar a etnógrafa a desenvolver uma solidariedade com os participantes: o contato próximo necessita de uma relação amigável e torna difícil manter uma postura distante”.

A interação digital estreitou ainda mais os laços com os(as) pescadores(as), pois passamos a nos contatar com mais frequência, sendo comum o recebimento de mensagens de bom dia, boa noite, bom trabalho e boa semana. Além disso, foi também possível acompanhar algumas dinâmicas da pesca através dos relatos em áudio, como a pesca no período de inverno, com a cheia dos rios.

Destaco ainda que algumas informações datam de antes do período de campo, pois fazem parte de meu acervo pessoal. O estudo contou com 14 interlocutores(as) principais de faixas etárias distintas, 11 homens e três mulheres, a saber:

Quadro 1 - Lista de interlocutores(as) – comunidade de Bacuriteua

N.	Nome	Idade
1	Amado Pinheiro Negrão	97 anos
2	Caíto	48 anos
3	Interlocutor 1 ¹¹	Aprox. 40 anos
4	Javan Leão	31 anos
5	Lidiane Galvão	32 anos
6	Maria José Ferreira Assunção	85 anos
7	Márcio Negrão (Marcinho)	35 anos
8	Wilson Pinheiro (Wilsinho)	Aprox. 47 anos
9	Wilson Júnior Silva Saraiva	20 anos
Total: 9 interlocutores(as)		

Quadro 2 - Lista de interlocutores(as) - comunidade de Camará

N.	Nome	Idade
1	Dona Rosa	Aprox. 70 anos
2	Sebastião Lima (Seu Sibá)	75 anos
Total: 2 interlocutores(as)		

¹¹ O interlocutor 1 prefere que seu nome não seja divulgado.

Quadro 3 - Lista de interlocutores – comunidade do Sossego

N.	Nome	Idade
1	Aldeni Ferreira (Muruci)	Aprox. 37 anos
2	Benedito Cunha de Melo (Bené)	61 anos
3	Pedro Paixão (Pedrinho)	51 anos
Total: 3 interlocutores		

Existe uma considerável diferença no número de interlocutores(as) por comunidade, esse fato se deu pelo período de incursão a campo ter sido ainda no período de controle da pandemia da Covid-19. Algumas comunidades do Salgado marapaniense ainda mantinham certo cuidado quanto às questões pandêmicas e ainda havia receio em receber pessoas vindas da capital, o que era o meu caso, haja vista, ter estado o primeiro semestre de 2022 em Belém para cursar o mestrado em Antropologia. A condição de morador da vila de Bacuriteua e por ter uma maior aproximação com as pessoas dessa comunidade, me possibilitou ter um número maior de interlocutores(as) nela. Além desse fato, o número de mulheres é igualmente reduzido por ser um pesquisador homem, o que causava um certo desconforto em muitos maridos e companheiros, o que de certa forma dificultou tal acesso por diversas vezes.

John Cordell (2000:5) ressalta a importância da participação dos “especialistas da comunidade” nos trabalhos de pesquisa, esse diálogo permite alcançar informações da realidade das comunidades. Sobre os especialistas locais, no âmbito da pesca artesanal, cada comunidade estudada possui atividades piscatórias diferenciadas umas das outras, o que gera para esta pesquisa uma variedade de informações sobre a atividade e sobre os espaços geográficos locais.

Durante a pesquisa de campo, procurei conhecer as dinâmicas da pesca local, ouvir relatos sobre a histórias de vida de alguns de meus interlocutores(as), como do sr. Sebastião Lima. Destaco a importância de utilizar as narrativas como importante fonte de informações para compreender processos de mudanças na pesca. Segundo Queiroz (2008: 55), as narrativas orais permitem verificar informações do grupo a partir de relatos individuais, pois, “o indivíduo é um fenômeno social”.

Para descrever as principais técnicas de pesca utilizadas pelos meus interlocutores(as) busquei identificar a cadeia produtiva da pesca artesanal e as estratégias para garantir a continuidade de técnicas de pesca. Assim, participei de algumas atividades de pesca, acompanhando os moradores em suas atividades: observei a confecção de um gancho para a captura do caranguejo-uçá; a despesca de curral na comunidade de Camará; a pesca de escora; e a pesca de rabiadeira, realizada com pescadores

de Bacuriteua na Praia de Crispim. É importante salientar que Camará e Crispim são importantes pontos de prática de pesca artesanal que atende a diversas comunidades.

As entrevistas aconteceram em diferentes lugares, pois dependia da disponibilidade dos interlocutores(as) deste estudo. Assim, os encontros ocorreram na residência dos entrevistados, a qual as conversas eram acompanhadas de café preto e coco seco e, às vezes, de peixe assado com farinha. Espaços públicos das localidades também foram usados para as entrevistas, como na escola da comunidade do Retiro, local em que dois de meus interlocutores trabalhavam no turno da noite; no trapiche do Porto do Cuba no Sossego, onde meu interlocutor descansava após o almoço, e em alguns comércios locais que são espaços de encontro e socialização entre os(as) pescadores(as).

Neste trabalho destaco as contribuições dos interlocutores(as) da pesquisa que permitiram o acesso às informações sobre a localização e tipos de atividades realizadas nos rios, igarapés e/ou territórios de pesca, como foi destacado na figura 2, sobre os rios São José, Camará e rio do Retiro. A confecção do mapa da região do Salgado marapaniense com enfoque nas comunidades estudadas contou com os interlocutores Wilson Pinheiro e Caíto, que ajudaram na identificação da localização do rio São José (afluente do rio Camará).

Já o professor Pedro Paixão colaborou na identificação do rio do Retiro e no reconhecimento do percurso do rio Camará que termina às margens da vila de Vista Alegre, onde encontra-se com o rio Cajutuba. Essas são localizações importantes reunidas em um único mapa (figura 2), normalmente, essas especificidades são encontradas de forma separada nas bibliografias locais. Outrossim, também houve a identificação dos rios São José e rio do Retiro, cursos d'água não mencionados na cartografia do Salgado marapaniense.

Além das identificações dos rios, os pescadores colaboraram na descrição dos caminhos para os currais e suas características. Os pescadores sentiram-se comprometidos com as informações partilhadas, considerando o entendimento atrelado à conservação ambiental em defesa do meio ambiente marinho. Nesse sentido, foi possível observar a relação de trabalho dos(as) pescadores(as) com o manguezal e as áreas de pesca. O acesso a essas informações ocorreu, sobretudo no acompanhamento das atividades de pesca e pela minha proximidade com os pescadores. Além da proximidade com as dinâmicas do Salgado marapaniense, pois meus antepassados eram pescadores(as)/agricultores(as) da região, um dos fatores que me levaram à escolha da temática de pesquisa, como será detalhado no próximo item.

CAMINHOS DA PESQUISA

Neste tópico apresento os caminhos que levaram à escolha do tema dessa pesquisa realizada por um pesquisador e, atualmente, morador do município de Marapanim (PA). Descrevo sobre o momento em que meu “instinto etnográfico” foi acionado (Peirano 2014: 378) e os atravessamentos desta pesquisa e da escrita científica, ilustro algumas passagens de minha trajetória em Bacuriteua com *prints* de arquivos de *stories* do Instagram que foram publicados em diferentes períodos.

O exercício descrito nos “caminhos da pesquisa” foi fundamentado nos estudos de Bourdieu (2003) sobre o processo de objetivação de experiências subjetivas. Para o autor, a presença do pesquisador em campo deve se distanciar do fazer etnográfico como mero exercício autoral sobre a alteridade. Ele destaca ainda as possibilidades da experiência em campo, a qual este exercício pode resultar em conhecimentos científicos com base na objetificação da subjetividade do pesquisador.

A objetivação participante se encarrega de explorar não a “experiência vivida” do sujeito do conhecimento, mas as condições sociais de possibilidade - e, dessa forma, os efeitos e limites dessa experiência e, mais precisamente, do próprio ato de objetivação. Visa objetivar a relação subjetiva com o próprio objeto, o que, longe de levar a um subjetivismo relativista e mais ou menos anticientífico, é uma das condições da objetividade científica genuína (Bourdieu 2003: 282).

Começo ressaltando sobre minhas raízes com as comunidades Bacuriteua e Camará. Sou filho e neto de pescadores(as) do Salgado marapaniense. Meus avós paternos foram um dos primeiros moradores de Camará, posteriormente mudaram-se para Bacuriteua. Meu avô paterno foi um pescador muito conhecido na atual comunidade de Camará; meu pai aprendeu o ofício ainda na infância e até hoje lembra das atividades de pesca desenvolvidas quando morava na comunidade. Embora meu pai exercesse o ofício de pescador, ele teve que se mudar para Belém em busca de outras oportunidades de vida. Apesar da mudança, sua casa continuou erguida na comunidade.

Nasci em Belém, porém sempre passei temporadas na comunidade de meu pai, Bacuriteua, parte de minha família continuava morando ali. Em 2018, me mudei para a comunidade e passei a morar na residência que foi de meus pais. Meu interesse pela temática regional inicia-se antes do meu estabelecimento em Marapanim. Na adolescência e início da fase adulta, o contato com o ecossistema costeiro me motivou a compor e interpretar músicas sobre esta realidade. Nesse sentido, como músico e compositor, grande parte de minhas composições versava sobre questões socioambientais e a relação entre natureza e os seres humanos no Salgado marapaniense, como as composições: “Alegria: saudade de um canto” (2001), “Curupira Blues” (2004) e “Bacuriteua” (2002), sendo essa última muito reconhecida e apreciada pelos moradores da região por sua temática familiar. Seu tema e

melodia me rendeu o prêmio Aclamação População no IV Festival de Música Brasileira, em Belém, no ano de 2022. A mesma composição recebeu o convite para ser o hino do time Bacuriteua Futebol Club.

No ano de 2018, fui morar em Marapanim (PA). Todavia, desta vez, não voltava a passeio, mas a trabalho para exercer atividade docente na Secretaria Municipal de Educação. A mudança proporcionou o reencontro com as paisagens, parentes e amigos da juventude. Na ocasião, curiosidades sobre o passado da família me impulsionaram a buscar informações sócio-históricas sobre a comunidade.

Em visita aos amigos, vizinhos e parentes da comunidade, sobretudo os mais antigos, conversávamos sobre os primeiros moradores, os graus de parentesco de meu avô, os descendentes das famílias Vilar e Negrão, as construções dos trapiches, as espécies de fauna e flora, as atividades extrativistas, a abertura das rodovias de acesso a Marapanim (PA) e as mudanças no ambiente de manguezal, esses registros foram feitos em áudio e vídeo. Alguns relatos desta dissertação são datados desse período, como as interlocuções de Amado Pinheiro Negrão e Maria José Ferreira Assunção. Naquela época não seguia um roteiro preestabelecido e não sabia ao certo o que faria com aquelas informações, a princípio, buscava sanar minhas curiosidades, mas com o tempo percebi a importância desses registros, pois muitos daqueles moradores faleceram na pandemia, como a sra. Maria José (Figura 8, à direita).



Figura 8 - Conversas sobre Bacuriteua e suas singularidades¹². Foto: Ewerton Tuma Martins (2018).

¹² À esquerda, Antônio Carlos Pinto Marques; e à direita, Maria José Ferreira Assunção, na vila de Bacuriteua.

A esse respeito, Bruner (1986) destaca a importância da história e da oralidade, pois as narrativas do passado são histórias que já foram recontadas, reescritas e ressignificadas de diversas formas. Assim, ao descrevê-las, recontamos essas histórias conforme nossas interpretações. Nesse sentido, devemos nos reconhecer em um mundo de sociedades contadas e recontadas, a qual as entrelinhas dos fatos desvelam singularidades, agências e resistências.

Queiroz (2008) reforça a importância da oralidade ante ao fato de que um indivíduo pode desvelar informações indispensáveis sobre sua sociedade a partir da sua história, a partir das suas experiências:

Todo o fenômeno social é total dizia Marcel Mauss nas décadas de 20. O indivíduo é também um fenômeno social. Aspectos importantes de sua sociedade e do seu grupo, comportamento e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através da sua história (Queiroz 2008: 55).

As informações dos antigos moradores foram levantadas pela oralidade. Essa modalidade é uma das mais antigas formas de transmissão de conhecimento entre quem narra e quem ouve. O que quero enfatizar é a importância desses relatos por gerar informações sobre comportamentos e práticas da comunidade ao longo do tempo. Além desses registros, outras situações motivaram o meu interesse em escrever sobre a região.

As atividades docentes, a partir de 2018, me conduziram a observar mais atentamente as práticas sociais, educacionais e políticas da minha e de outras comunidades próximas. Também percebi a falta de popularização e acesso às pesquisas científicas sobre o município e a ausência dos agentes locais (pescadores(as), quilombolas, agricultores(as), entre outros) nos materiais escolares. Essas reflexões se intensificaram quando fui redator da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), tendo que regionalizar os conteúdos para atender às orientações do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Municipal de Educação de Marapanim (SEMED).

Com a pandemia da covid-19, durante o *lockdown*, para garantir a minha sobrevivência, realizei junto a algumas pessoas da comunidade atividades de pesca, como a pesca de linha de mão, a pesca de escora, ‘tiração’ de turu e sarnambi. Retomei atividades que estavam guardadas na minha memória de infância, junto ao meu pai, pescando. E essas práticas foram intensificadas para sobreviver durante o *lockdown*.



Figura 9 - Pesca, afetos e solidariedade na pandemia. Foto: Ewerton Tuma Martins (2020).

As imagens 9, 10 e 11 foram resgatadas do arquivo de *stories* do meu Instagram. Esses *prints* ilustram o meu cotidiano em Bacuriteua no contexto de isolamento social, quando costumava compartilhar minhas vivências pelas redes sociais e me comunicar com a família. Na ocasião, a comercialização do pescado foi drasticamente reduzida, pois os mercados e feiras estavam fechados e as vias de acesso ao município estavam fechadas. Nós, da comunidade, utilizamos a pesca artesanal para nossa subsistência. Como ainda era incipiente em algumas práticas, pude contar com a solidariedade de meus familiares e amigos, acompanhava os pescadores em suas atividades na beira-mar e ajudava no que era preciso, no final dividíamos o pescado, como o bagre, a gó e a pratiqueira. Esse é outro aspecto das comunidades: as territorialidades de afetos e solidariedade, as famílias se ajudavam e compartilhavam os recursos oriundos da natureza.

Outro exemplo foi quando acompanhei uma catação de sarnambi com parentes e vizinhos. Saíamos de canoa a remo por um subafluente do rio São José, que corta a floresta de mangue situada atrás das casas da Vila de Bacuriteua, até chegar a uma formação rochosa na confluência dos rios São José e rio Camará, nesse local é executada a extração do marisco. Ao mesmo tempo em que estava ali para complementar minha dieta alimentar, me mantinha atento às formas de se desenvolver a atividade e sempre que podia perguntava sobre as outras formas de realização da coleta e as ferramentas adaptadas de trabalho. Ao final, estava ali catando sarnambis, conversando e refletindo sobre a prática.



Figura 10 - Preparação do sarnambi. Foto: Ewerton Tuma Martins (2020).

Embora não me coloque na posição de nascido na comunidade, mas como um descendente de pescadores(as), que foi morar na comunidade e passou a viver o cotidiano local, destaco o meu instinto etnográfico na busca de informações que estavam nas entrelinhas das conversas sobre nossa realidade. Para Geertz (1978), interpretar devidamente as entrelinhas viabiliza que o etnógrafo, além da possibilidade de uma comunicação direta com seu interlocutor, traduza determinada informação de forma coerente na construção de uma descrição mais apurada. Esse exercício foi gradativamente realizado ao longo desta pesquisa.



Figura 11 - Retorno de atividades ancestrais. Foto: Ewerton Tuma Martins (2021).

Outra situação observada nesse período foi o retorno às atividades de pesca de uma parcela dos moradores locais, como de Bacuriteua, que estavam afastados dessas atividades, pois ocupavam cargos na Prefeitura ou realizavam serviços no comércio. Sem renda, essas pessoas, assim como eu, retornaram às atividades extrativistas para sobreviver. Essa circunstância reforça a importância dos saberes tradicionais e da variabilidade de funções do marapaniense, que mantém vivo os conhecimentos sobre os territórios de pesca.

No município de Marapanim, nos dias atuais, muitas vilas da microárea praiana são constituídas por pessoas com atividades laborais diversas, dentre elas taxistas, mototaxistas, DJs, pedreiros e ajudantes, comerciantes com estabelecimento fixo, vendedores de porta em porta, professores, serventes de escola, agente de saúde, técnico de enfermagem, vendedores de loja, reparadores de casas de veraneio e aposentados. Neste último caso observa-se que essas aposentadorias correspondem a atividades laborais tradicionais, como a pesca, agricultura e extração de mariscos e que foram viabilizadas pela Colônia de Pescadores (Z-6) de Marapanim, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Notei que com o passar dos anos houve um significativo afastamento das atividades tradicionais e as novas gerações apresentam um desconhecimento ou pouco conhecimento sobre essa tradicionalidade.

Foi ainda na pandemia que aproveitei o recesso sem remuneração para participar de seminários e congressos on-line, passando a transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar (Da Matta 1985). Em 2020, escrevi meu primeiro artigo sobre a região, intitulado “Os desafios da implementação da lei 10639/2003 em escolas públicas do município de Marapanim”, no qual reflito sobre os desafios e as experiências exitosas do ensino de História e da cultura afro-brasileira em escolas públicas do município de Marapanim (Tuma Martins 2021).

Em meados daquele ano, com a experiência do artigo, fui incentivado por pessoas próximas a escrever um projeto sobre a região, assim, comecei a elaborar o projeto de pesquisa. O processo para ingresso na pós-graduação não foi fácil, sobretudo para mim, que estava afastado da Academia e tive que atualizar as leituras sobre o tema da minha pesquisa. Outrossim, ajustar o projeto à linguagem acadêmica foi um dos maiores desafios, sem esquecer da prova de língua estrangeira e a necessidade de atualização do currículo Lattes, dentre vários processos de seleção, em 2021, fui aprovado em dois cursos de pós-graduação, na ampla concorrência, optando por aquele com ênfase em Antropologia. Minha comunidade, amigos e familiares ficaram radiantes pela conquista e, assim, iniciei minha jornada na Academia e na formação em Antropologia.

Refletir do ponto de vista acadêmico sobre questões ligadas à pesca na região do Salgado

marapaniense situou-me em uma posição na qual posso contribuir à comunidade onde moro. Pelas leituras realizadas ao longo do curso, foi possível estudar outras localidades ligadas à prática piscatória, as quais passam por situações próximas a Marapanim, como conflitos e transformações na pesca. Assim, expressar minhas ponderações sobre os fazeres das pessoas da região e seus conhecimentos contribuiu para distanciar classificações pejorativas e valorizar os saberes dos(as) pescadores(as).

Embora tivesse noção da importância do lugar onde moro, uma área de proteção ambiental, a Antropologia motivou-me a pensar sobre as transformações antrópicas nas florestas e estratégias de sobrevivência nos estuários marapanienses. Ao me distanciar da comunidade para cumprir as disciplinas obrigatórias do curso, pude olhar a mim mesmo e pensar por outros prismas o *locus* da pesquisa. Entendo que em um estudo socioantropológico em um espaço familiar, por mais próximo que pareça, sempre haverá momentos de estranhamento e subjetividades no campo e na escrita científica.

Sobre a organização do trabalho antropológico, Da Matta (1985) designa três fases para descrevê-lo: o teórico-intelectual; o período prático; e a etapa pessoal/existencial. No meu caso, antes da fase teórico-intelectual, tive alguns gatilhos que despertaram o meu instinto etnográfico: acerca do período prático, embora seja morador da comunidade que ao mesmo tempo é o meu *locus* de pesquisa, a observação participante só ocorreu quando tive contato com as leituras antropológicas. Sobre a última fase, a da etapa pessoal/existencial, Da Matta (1985) ressalta sobre o *anthropological blues*, compara a pesquisa ao ritmo musical, sendo ela recheada de emoções, sensações, vivências e experiências. A escala pentatônica mencionada pelo autor é uma escala musical de notas harmônicas e o “blue note” é uma nota musical inserida nessa escala para criar a escala de *blues*, dando a ele um toque melancólico/diferenciado na harmonia.

O *blues*, em seus primórdios, possuía como característica marcante: o lamento de pessoas afrodescendentes escravizadas que trabalhavam nas plantações de algodão; a melodia harmoniosa era uma forma de confortar seus corações. Analogamente, no caráter subjetivo do campo, ou no *blues* antropológico, vivemos, sentimos dores e alegrias e, no final, compartilhamos essas emoções seja na escrita científica, nos diários de campo ou na transmissão de nossas pesquisas. A esse respeito, Lima (1997) acentua:

A aceitação de que a especificidade do saber antropológico, entendida como crítica permanente de nossas categorias de análise organizadas em nossa produção intelectual, faz-se indissociada e a partir de nossas próprias experiências culturais, emocionais e intelectuais, sempre presentes em nossa tradição de estudos comparativos. Essa perspectiva, somente possível quando se exercita a tolerância com a diferença, aprendida por reconhecê-la inevitavelmente em nós mesmos, deverá ser nosso guia por esses, sem dúvida, árduos caminhos (Lima 1997: 53).

Para Behar (1996), as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa e do pesquisador sempre se encontram na subjetividade do campo, as emoções estão sempre lá. As marcas dessas vivências são registradas nos detalhes da composição dos arranjos textuais, como na narrativa desta seção.

Nessa perspectiva, as informações de minha pesquisa seja aquelas obtidas antes ou depois de iniciar o curso em Antropologia foram gradativamente analisadas conforme o amadurecimento de minhas leituras e escrita etnográfica. Assim, analiso o que meus interlocutores(as) falam sobre sua experiência individual ou em grupo, interessado também em sua história de vida. Nas conversas, os pescadores e pescadoras, a maioria, narra situações e momentos importantes de sua vida. Por mais que eu parta de uma elicitación com um roteiro prévio, as conversas delineiam momentos de emoção, reflexão e/ou exaltação.

Certa vez, ao acompanhar um interlocutor de aproximadamente 47 anos em uma atividade de pesca na praia, perguntei-lhe sobre a pesca de linha de mão¹³ realizada antigamente no rio São José, nas marés de morta e marés de lance¹⁴. Para tratar desse tipo de pesca, ele contou sobre como começou a pescar, lembrou do “tempo que o peixe era farto”, mas que hoje em dia estava escasso e como isso afetava sua vida. O tempo de fartura descrito por esse interlocutor equivale à década de 1980 e 1990, os dias atuais são considerados “de baixa” na quantidade dos pescados capturados na pesca de linha de mão e nas demais atividades de pesca.

¹³ Pesca realizada somente com linha de nylon, peso, anzol e isca – sem o uso de vara – em que o(a) pescador(a) segura diretamente a linha com a mão permitindo-o sentir o peixe em contato com a isca tendo que puxar em um movimento rápido para completar a captura por meio da físga.

¹⁴ “Marés de morta” e “marés de lance”, respectivamente, são termos usados pelos(as) interlocutores(as) deste estudo para identificar as marés de baixo volume de água que ocorrem fora do período lunar e as de grande volume de água que sofrem influência dos períodos lunares cobrindo totalmente o solo do manguezal, que normalmente é visível.



Figura 12 - Maré de lance no manguezal em Bacuriteua. Foto: Ewerton Tuma Martins (2021).

Nas informações levantadas é possível perceber o ponto de vista de cada um de meus interlocutores(as) sobre os assuntos de conservação ambiental, degradação das áreas de mangue, tipos de pesca e redução de espécies de peixes e moluscos, como será abordado no capítulo 2. É importante compartilhar que as preocupações e indignações levantadas por eles também me afetam significativamente. Dessa forma, mudar-me para a região do Salgado marapaniense, trabalhar como docente e viver o cotidiano do município contribuiu fundamentalmente para a realização desta pesquisa.

Este texto está estruturado em cinco capítulos. Uma introdução, em que são apresentadas as bases da pesquisa, incluindo os procedimentos metodológicos, a descrição das localidades estudadas e aspectos sociais. No capítulo 2 são apresentadas considerações sobre a pesca em zonas costeiras do Pará, ampliando as discussões para outras regiões do Brasil no âmbito da pesca artesanal embasados em pesquisas antropológicas. Serão discutidos aspectos da história e o estabelecimento desse tipo de pesca na região litorânea do município de Marapanim (PA), sua marginalização¹⁵ e importância para as comunidades que dela sobrevivem, ainda versará sobre a modernização das práticas pesqueiras e seus impactos sobre as comunidades piscatórias e o meio ambiente.

No capítulo 3 são descritas as atividades artesanais praticadas pelas comunidades estudadas e

¹⁵ Conforme os relatos dos(as) interlocutores(as) da pesquisa, o termo faz referência ao preconceito atribuído aos pescadores(as) pelos seus saberes, formas de se expressar, suas técnicas de trabalho, entre outros. A marginalização se constitui no desmerecimento ou desqualificação de trabalhadores/sujeitos pelas noções de desenvolvimento e civilidade.

que têm um impacto muito menor ao meio ambiente, uma vez que se preocupam com a renovação dos recursos pesqueiros por necessitarem deles para sua sobrevivência. Em contraposição, esse capítulo também apresenta práticas de pesca que prejudicam o meio ambiente estuarino, como a pesca em grande escala, que não considera a renovação das espécies e outras atividades degradantes ao meio ambiente e que atingem direta e negativamente as comunidades dos(as) pescadores(as).

No quarto capítulo apresento as estratégias desenvolvidas pelos moradores das comunidades estudadas para dar continuidade às atividades da pesca artesanal, como a organização dos comitês das comunidades para iniciar o processo de reivindicação de criação de uma Reserva Extrativista, que levou aproximadamente 13 anos se para concretizar com a criação da RESEX-MAR Mestre Lucindo (DSN 14010 - DEC 10/10/2014). Além disso, serão apresentadas outras formas de resiliência que levam à continuidade da atividade de pesca nas comunidades.

Assim, será destacado os principais tipos de atividades pesqueiras, como a pesca industrial e a pesca artesanal, desvelando as singularidades dessas atividades e os impactos antrópicos na região do estuário do município de Marapanim. Para isso, discuto os conceitos de modernidade e tradicionalidade na atividade pesqueira local. Os resultados alcançados apontam para mudanças que ocorreram no ambiente marinho que afetam os estoques das espécies-alvo, como a pratinha (*Mugil gaimardianus*) e a pescada gó (*Macrodon ancylodon*), os modos de acesso e extração dos recursos pesqueiros e, conseqüentemente, a renda dos(as) pescadores(as).

1. PESCA ARTESANAL NA REGIÃO COSTEIRA DO PARÁ

O presente capítulo tem o intuito de apresentar breves considerações sobre a história da pesca e alguns aspectos da pesca artesanal desenvolvida na região costeira do Pará. Não obstante amplio as discussões sobre a pesca para outras regiões a fim de apontar pontos em comum no processo de mudança que tem ocorrido na atividade pesqueira artesanal desde os anos 1970.

Destacarei também a marginalização da pesca artesanal, que consiste no preconceito sofrido pelos(as) pescadores(as) artesanais em relação ao seu vocabulário, saberes tradicionais, à lama do corpo ao retornar da pesca, dentre outras práticas depreciativas, considerando relatos dos interlocutores(as) da pesquisa. Abordo a importância da pesca para os(as) pescadores(as), a modernização da pesca e sua relação com a pesca artesanal e ainda contextualizações sobre as dinâmicas da pesca em Marapanim e sua relação com os processos de modernização que alteraram o cotidiano desse município, dialogando com as memórias dos interlocutores(as) sobre os tempos em que os recursos pesqueiros eram mais abundantes e, por fim, apresento um panorama desses recursos nos dias de hoje.

É importante mencionar que o termo pesca é utilizado aqui em seu sentido mais amplo, portanto, não remete apenas à captura de peixes. A definição de pesca artesanal conforme a Lei 11.959/2009 inclui todos os “recursos pesqueiros”, como “animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração. Abrange o estudo ou pesquisa da pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura” (Brasil 2009). Essa lei, a partir das lutas dos movimentos sociais neste âmbito, incluiu em seu texto “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (Brasil 2009:1), o que viabilizou o reconhecimento do trabalho realizado em terra por muitas mulheres e assim propiciando o acesso dessas mulheres a recursos da previdência social.

O Governo Federal, por meio do Departamento de Saúde Animal e Insumos Pecuários (DSA), define o termo pescado como “qualquer espécie animal resultante da atividade pesqueira, incluindo peixes, crustáceos, répteis hidróbios, anfíbios, moluscos e equinodermos com a finalidade de consumo humano” (Brasil 2021: 4). Para os(as) interlocutores(as) desse estudo e demais pessoas contatadas na região do Salgado marapaniense, a expressão pesca se relaciona à captura de peixes e siris, o termo ‘tirar’ é aplicado à captura de caranguejos, turus e sarnambis. Para esse estudo, a pesca artesanal praticada na região estudada contempla todas essas particularidades.

A pesca é uma das atividades mais antigas da humanidade, é estudada no Brasil, sobretudo a partir da Antropologia na década de 1940. Diegues (1999: 362), ao remontar a historicidade das

“comunidades piscatórias” no litoral brasileiro destaca a utilização dessa prática pelos povos indígenas muito antes do Brasil ter sido colonizado. A partir de informações encontradas em sítios arqueológicos, o autor ressalta que ao longo de todo o litoral brasileiro há evidências do consumo dos indígenas de “peixes, crustáceos e moluscos” (Diegues 1999: 361) como parte importante de sua dieta alimentar. Assim sendo, os recursos pesqueiros configuravam-se como importante parte da alimentação dos povos indígenas ao longo dos séculos (Diegues 1999).

Nesta dissertação tomo como marco temporal dos estudos antropológicos sobre a pesca no Brasil a primeira metade do século XX, quando os primeiros estudos sobre o tema foram realizados por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros: Ciacchi (2007) considera Gioconda Mussolini como a pioneira nesse tipo de estudo a partir da década de 1940, quando realizou pesquisas com comunidades caiçaras do litoral Norte paulista (Ciacchi 2007). Para Ciacchi (2007), o trabalho de Gioconda Mussolini deu início a uma série de trabalhos relacionados a uma Antropologia da Pesca que ainda hoje trilha o caminho do fortalecimento enquanto campo de pesquisa.

A exemplo disso, tem-se a trajetória de Antonio Carlos Diegues, que teve do mestrado ao seu doutoramento a orientação de Fernando Mourão, pesquisador que foi aluno de Gioconda Mussolini. Diegues aprofunda o trabalho sobre a pesca principalmente na obra intitulada “Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar” (1983). Ainda Adomilli (2010) destaca a importância da Antropologia da Pesca por meio do grau de sua complexidade. Nesse sentido, estudar comunidades piscatórias situa esta dissertação no campo da Antropologia da Pesca.

Diegues (1983, 1995) e Maldonado (1994) caracterizaram a atividade de pesca no Brasil com base no tipo de tecnologia utilizada: i) pesca artesanal na qual são utilizados materiais e técnicas mais simples; e ii) a pesca industrial, considerada mais moderna porque utiliza “tecnologia de ponta” nas embarcações as quais possuem autonomia para passar várias semanas no mar e que é ligada diretamente ao mercado e a relações de trabalho marcadas pela exploração de mão de obra de antigos pescadores artesanais.

De acordo com a Lei 11959/2009 (a Lei da Pesca), pesca artesanal é aquela praticada “diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (Brasil 2009), já recursos pesqueiros seriam “os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura” (Brasil 2009).

Conforme Diegues (1983, 1995), a pesca artesanal realizada por comunidades pesqueiras é

orientada por conhecimentos e técnicas repassadas de uma geração a outra, com baixo impacto sobre o ambiente. Logo, a modernização como o avanço das tecnologias usadas nas atividades de pesca e entendida como de maior impacto ambiental estando associada à pesca em escala comercial e industrial que se consolidou nos anos 1970 e 1980 por meio de uma política pública de incentivo fiscal federal e estadual à prática (Dias Neto 2010), uma “Gestão Pesqueira” que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o “conjunto de normas e ações que visam regular a atividade pesqueira num país ou numa região”¹⁶.

Estudos contemporâneos sobre a atividade pesqueira no Brasil destacam fatores políticos e econômicos como responsáveis por mudança nessa atividade, destacando as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado brasileiro e seus impactos sobre a pesca artesanal e incentivo da pesca industrial pelas empresas conforme os planos desenvolvimentistas nacionais:

Os impasses determinados tanto pelas mudanças sistemáticas advindas do processo de industrialização pesqueira em suas consequências predatórias, quanto pela gama de fatores advindos dos impactos ambientais que afetam o patrimônio marítimo, e por fim, considerando as transformações nas formas de vida do mundo moderno com novas demandas de consumo e sentidos, designam os níveis de complexidade (...) nos estudos etnográficos de uma antropologia marítima (Adomilli 2010: 90).

Os incentivos fiscais do governo federal fizeram parte de uma política nacional de modernização da pesca em escala comercial visando incentivar a indústria pesqueira nacional a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) por meio da Lei Delegada n. 10, de 11 de outubro de 1962 (Brasil 1985), como resultado de uma trajetória de institucionalização e regulamentação das atividades pesqueiras no Brasil. O objetivo era a formação de uma sólida base industrial para gerar avanços técnicos em vários segmentos da economia brasileira (Goularti Filho 2021).

De acordo com Goularti Filho (2021), a Sudepe deixou lacunas quanto ao incentivo destinado à pesca artesanal e o apoio às comunidades pesqueiras. Nos planos nacionais de desenvolvimento da pesca elaborados pela Superintendência, grande parte das ações e incentivos (sobretudo financeiro) estava voltada à pesca industrial. No período pós-1964, no governo militar, os interesses dos empresários foram privilegiados com a continuidade e ampliação da industrialização da pesca através da “a isenção de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e para as

¹⁶<https://antigo.mma.gov.br/temas/biodiversidade/item/15156-gest%C3%A3o-pesqueira-pesca.html#:~:text=Gest%C3%A3o%20Pesqueira%20%C3%A9%20o%20conjunto,num%20pa%C3%ADs%20ou%20numa%20regi%C3%A3o.>

seguintes mercadorias: embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, ferramentas para a pesca” (Goularti Filho 2021: 393).

O fortalecimento da pesca industrial favoreceu os empresários da pesca, embora houvesse a tentativa do governo federal de incluir os pescadores artesanais nos programas de fomento à pesca artesanal entre 1960 a 1990, permaneceu “o descaso com as políticas sociais entre os pescadores artesanais, que viram suas condições de vida piorar” (Goularti Filho 2021: 395). Importante entender o fato de que a pesca industrial atende ao mercado internacional, sendo que a pesca artesanal é a maior responsável pelo consumo local de onde seus sujeitos atuam, mas que não tem o devido reconhecimento pelo poder público (Alencar, Celestino & Abreu 2022).

O incentivo do governo federal à industrialização da pesca desde a década de 1970 contribuiu para superexploração dos estoques pesqueiros, o que prejudicou os(as) pescadores(as) artesanais que sobreviviam desses recursos. Outrossim, a falta de regulação por parte do Estado sobre a pesca artesanal e de políticas públicas que beneficiassem as pequenas comunidades prejudicou diretamente os(as) pescadores(as) que tiveram que adaptar suas técnicas de pesca, “que antes eram destinadas ao consumo familiar e, em grande parte, junto às feiras e mercados e em locais próprios à comercialização como em beiras de estradas” (Abreu 2011: 37).

Alencar, Celestino e Abreu (2022) no artigo “Social Conflicts and Fishery Governance Systems in the Estuary and Coast of Pará, Amazonia, Brazil” apresentam uma discussão atual sobre o impacto da pesca com escala comercial e industrial sobre a região costeira na região do estuário amazônico e zona costeira do estado do Pará, o que engloba o Arquipélago do Marajó, a Baía do Marajó e a Zona do Salgado Paraense. Na pesquisa, os autores apresentam uma crítica sobre a falta de política de gestão e governança¹⁷ da pesca nas regiões estudadas revelando o impacto disso sobre as comunidades pesqueiras. Quanto à atuação da pesca em escala comercial na costa Norte, mesmo com a criação de zonas de exclusão que proibiam a atuação da frota industrial na costa, essa frota passou a subcontratar barcos de pescadores de pequena escala para driblar a lei, o que manteve o acesso ao pescado da zona de exclusão.

Vários fatores são apontados acerca dos empecilhos para governança da pesca, um deles consiste “no Estado privilegiar o setor da pesca industrial em detrimento da pesca sustentável”, além da “falta de uma política pública que promova a justiça socioambiental na pesca de pequena escala”¹⁸.

¹⁷ A Controladoria Geral da União (CGU) conceitua governança como “um sistema composto por mecanismos e princípios que as instituições possuem para auxiliar a tomada de decisões e para administrar as relações com a sociedade, alinhado às boas práticas de gestão e às normas éticas, com foco em objetivos coletivos. Fonte: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>.

¹⁸ Fonte: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>.

No que compete à criação de Unidades de Conservação é importante ressaltar que apesar dessas criações para proteção de sistemas ecológicos e os coletivos étnicos, há grande ineficácia dos órgãos do Estado responsáveis pela gestão e fiscalização das áreas de aplicarem normas e cumprirem com a legislação (Canto *et al.* 2017; Marçal 2019; Neves 2020; Nascimento & Nascimento 2020; Alencar, Celestino & Abreu 2022). Muitos projetos voltados para políticas públicas desenvolvimentistas também são criados nessas unidades, contudo, “as áreas de proteção ambiental não alcançam os objetivos de conservação e melhoria das condições de vida da população” (Alencar, Celestino & Abreu 2022: 235). Essas relações desiguais têm impedido a pesca sustentável, a proteção dos ambientes estuarinos e costeiros e a qualidade de vida dos pescadores de pequena escala.

1.1. A história da pesca na região costeira do Pará e em Marapanim

A abundância de pescado nos rios amazônicos e a atividade de pesca artesanal no Pará está presente em relatos dos viajantes desde o século XVIII. A esse respeito, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira apontou a pesca como um recurso alimentar “infinito” dada a sua abundância e facilidade de captura (Furtado 1981: 5). A pesca está no cerne na vida do município de Marapanim desde o processo histórico de sua formação ainda no século XVII (Furtado 1987; Conceição 1995; Castro 1998; Barroso 2017; Santos 2023). Todavia, até a primeira metade do século XX, o escoamento de toda produção da região de Marapanim era feito através dos rios.

Embora os recursos pesqueiros sejam retratados pelos naturalistas como sendo abundantes, com o tempo, os estudos sobre a pesca passaram a evidenciar as mudanças ambientais no ecossistema marinho e o início da escassez de algumas espécies que habitam a zona costeira do Brasil. Marinho e Silva-Oliveira (2023) em estudo realizado na cidade de Bragança (PA) demonstram como o “mero” (*Epinephelus itajara*) é um peixe localmente muito apreciado, mas que também é uma espécie marinho-estuarina ameaçada de extinção (Marinho e Silva-Oliveira 2023). Essa espécie tornou-se protegida por cinco anos em 2002 (Brasil 2002) e a partir de 2015 até 2023 pela Portaria Interministerial MPA/MMA n. 13, de 2 de outubro de 2015 (Brasil 2015).

Sobre aspectos históricos e econômicos de Marapanim, dois fatores assumiram papel fundamental no desenvolvimento local. O primeiro no final da década de 1920, quando o município foi reconhecido como faixa/área “econômica de pesca” (Furtado 1987: 162); e outro a partir da década de 1950, com a ampliação da rede rodoviária do estado do Pará em direção a Marapanim, o que contribuiu para a expansão do seu comércio. A partir de 1980, é possível observar mudanças econômicas decorrentes de atividades turísticas, conforme será apresentado.

No primeiro momento, os regatões eram os responsáveis por fazer a conexão entre Marapanim e Belém, porém essa interação diminuiu com o segundo momento aqui citado, quando a malha rodoviária facilitou e agilizou esse processo. Destacam-se os regatões como um importante agente da cadeia produtiva, especialmente para a pesca artesanal na década de 1920.

O sr. Amado Pinheiro Negrão é um dos interlocutores desse estudo, ele tem 97 anos; atualmente o mais antigo morador da vila de Bacuriteua ainda vivo, nasceu na década de 1920 na região do Salgado marapaniense e sempre foi morador da vila desde quando essa área ainda era parte integrante da Vila do Retiro. Amado Negrão costuma relembrar e socializar as histórias de como era a vida na região no passado e como é hoje.



Figura 13 - Final de conversa informal com Amado Negrão. Foto: Arquivo pessoal (2018).

Amado tem duas filhas que há alguns anos moram na Região Metropolitana de Belém (RMB), algumas vezes ele as visitava para realizar exames médicos e rever familiares. Ao comparar as condições de vida da região do Salgado marapaniense com Belém, deixava claro o orgulho que tinha da sua região e como a vida nela é melhor em termos de qualidade de vida.

“Eu vou a Belém, mas não gosto muito, vou ver minhas filhas, vou no médico, fico um pouco por lá depois já quero vir embora. Lá é muito quente; é muito barulho e se tu quiser alguma coisa tem que comprar, tudo tem que comprar. Aqui não, se tu quiser um peixe vai na maré; uma água de coco vai no quintal; um caranguejo, um turu vai no mangal. Se for bom de trabalho não passa fome e aqui também não tem aquela quentura de lá.” (Entrevista com sr. Amado Negrão, 2018).

Para esse interlocutor a vida em Marapanim era bem diferente antes de “fazerem as estradas”, quando ele ainda era muito jovem. O acesso às comunidades da região do Salgado marapaniense era feito por rio. Os barcos de comerciantes conhecidos como regatões, “comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de ‘produtos regionais’, agrícolas e extrativistas” (McGrath 1999:57), faziam esse percurso até o município de Marapanim levando suas mercadorias para a venda e troca com produtos locais desde a sede do município até as comunidades afastadas.

“Eles vinham lá das bandas de Icoaraci, de Belém, de tudo quanto era lugar, andavam tudo por aí por esses rios. Traziam um bocado de coisa: cigarro, tabaco, roupa, sapato, cachaça, tamanco, querosene, a gente não tinha essas coisas aqui. Eles vinham aí por trás pelo Cajutuba, pelo Camará até pelo São José, entravam pras nossas bandas daqui, mas já tinham abastecido Marapanim¹⁹ e Vista Alegre que até hoje tem um porto grande lá. A gente negociava por aqui mesmo pra não precisar sair muito.” (Entrevista com sr. Amado Negrão, 2018).

Os produtos mais comercializados com esses regatões em troca de produtos “da cidade” eram a farinha e o peixe salgado, mas a farinha tinha “mais saída” que o peixe salgado, pois esse não era tão apreciado pelos consumidores a quem os regatões revendiam tais produtos. Além disso, os regatões não tinham ainda como manter o peixe fresco para transporte por meio do congelamento, situação que foi sanada posteriormente. Conforme Negrão (2018), apesar de o marapaniense ter peixe fresco diariamente, o peixe salgado e a farinha também eram apreciados localmente pela dinamicidade do comércio local.

Pode-se dizer que a chegada das inovações/modernidades a Marapanim está ligada diretamente à aproximação desse município com os grandes centros, como Castanhal e principalmente Belém (Furtado 1987). Contudo, é importante mencionar que as rodovias foram construídas ao longo do tempo, primeiro houve a construção da rodovia Castanhal-Curuçá²⁰ e, posteriormente, a rodovia PA-138.

Segundo Furtado (1987), a construção da rodovia Castanhal-Curuçá em 1902 não facilitou diretamente o deslocamento dos moradores de Marapanim até Belém, pois a via finalizava em Curuçá naquela época. Para os marapanienses era mais viável navegar até a nascente do rio Marapanim, andar aproximadamente 6km até chegar à localidade de Jambuaçu onde apanhavam um trem para Castanhal

¹⁹ Ainda hoje é comum para os marapanienses de outras localidades se referirem à sede do município como “Marapanim” e ao se referirem ao município como um todo chamarem de “município de Marapanim”.

²⁰ Curuçá é um município da região do Salgado paraense que faz fronteira pelo lado Oeste com o município de Marapanim.

e depois outro trem para chegar a Belém.

No ano de 1938, a Prefeitura de Marapanim iniciou a abertura de uma estrada de acesso direto à rodovia Castanhal-Curuçá, o que agilizou o transporte de mercadorias pelas rodovias até a capital do estado, fazendo com que os regatões tivessem que se adequar ou fazer o trabalho de intermediário pela rodovia. As embarcações que transportavam o peixe para a capital foram substituídas por modernos caminhões frigoríficos (Furtado 1987). A intensificação dessas trocas culturais e comerciais alteraram significativamente as dinâmicas locais.

A abertura de estradas fez com que Marapanim estabelecesse uma relação comercial mais direta com Belém, fato que resultou no aumento da captura do pescado (Furtado 1987) e ampliou o acesso à região. O pescado pode ser comercializado em Belém pelos caminhões frigoríficos. Conforme Barbosa et al. (2007), o Pará é o maior produtor de pescado da região Norte e Belém concentra um maior volume de transações comerciais de peixe do estado do Pará. O pescado capturado na região de Marapanim é consumido em sua maioria na capital paraense (Furtado 1987).

Para o sr. Amado, a abertura da estrada que hoje é conhecida como PA-138 foi fundamental para o crescimento das atividades pesqueiras na região do Salgado marapaniense visando a exportação para outros centros como Castanhal e Belém de produtos variados relacionados tanto ao extrativismo animal como o extrativismo vegetal.

“Antigamente a gente pescava mais pra nós mesmo, era muito peixe, a gente vendia, trocava pelo que precisava no regatão, vendia em Marapanim, mas abriu a estrada começou a vir aqueles caminhões frigoríficos, aí todo mundo queria pescar, até quem não era pescador virou. Teve gente que largou o roçado pra pescar.” (Entrevista com sr. Amado Negrão, 2018).

Furtado (1987) corrobora com a fala de Amado ao apontar a abertura das estradas de acesso a Marapanim como fator primordial para a expansão do comércio do pescado e que a formação de muitas das comunidades pesqueiras da região do Salgado marapaniense se deu pela necessidade de atender ao novo mercado que se estabeleceu com o acesso direto aos grandes centros. Muitos pescadores transformaram seus ranchos em moradias permanentes visando uma maior captura do pescado e assim comunidades, como a do Camará, cresceram por conta da pesca artesanal.

De acordo com a denominação local, o rancho é uma barraca de uso provisório de madeira e palha construída de forma artesanal, também conhecida como barraca de pesca. Serve de apoio para pescadores nos lugares que lhe são de costume pescar, seja nas beiras de praia ou de rio. No rancho é armazenado desde o pescado capturado até apetrechos de pesca. Alguns pescadores têm o costume de dormir no rancho até três noites seguidas, prolongando sua permanência no trabalho para aumentar

a quantidade do pescado capturado. Ao final do trabalho recolhem seus pertences para retornar à sua residência.

No estado do Pará, o fomento da indústria pesqueira ocorreu pela implantação de um complexo industrial pesqueiro em 1969 no distrito de Icoaraci, Região Metropolitana de Belém, às margens da Baía do Guajará. Com o incentivo da Sudepe, em pouco mais de 16 anos havia cerca de 18 indústrias de pesca no Nordeste paraense atuando com grande fluxo de exportação de mariscos e peixes para outros países (Abreu 2011).

Na década de 1970, o crescimento da atividade comercial na região do Salgado marapaniense foi registrado por Furtado (1978), que pôde notar as dinâmicas comerciais locais em comunidades como: “Vista Alegre do Pará, Araticum-Miri, Paixão²¹ e Porto Alegre”, que praticavam a coleta de caranguejos e mexilhões, estabelecendo uma sólida relação de escoamento da sua produção para as cidades paraenses de Castanhal e Belém: “É no manguezal que a atividade coletora tem o seu centro produtor” (Furtado 1978: 26).

A sra. Maria José confirmou a informação do sr. Amado sobre a abertura da PA-138 ter impulsionado as interações comerciais do município de Marapanim, principalmente na região do Salgado marapaniense e acrescentou que essa modernidade trouxe também alternativas de trabalho informal, como a venda à beira das estradas e na sede do município.

“Com a estrada muita gente vendia suas coisas na rua mesmo, nas beiras. Vendia de tudo: camarão, fruta, peixe seco, peixe fresco saído da maré, caranguejo, siri, turu, sarnambi. Nas casas já tinha certo os que pescavam e os que vendiam, vendiam tanto nas portas das casas na estrada como iam embora pra Marapanim vender na rua, na feira. Começou a vir muito marreteiro também, mas mesmo eles pagando mais barato nas coisas o pessoal ainda tinha um bom lucro, era tudo muito farto.” (Entrevista com Maria José Assunção, 2018).

1.2. O processo de modernização da pesca e as comunidades piscatórias

As comunidades piscatórias sofrem hoje com as investidas da modernização para seu enfraquecimento e tomada de territórios. Alencar (2023) destaca que uma das características do avanço dos processos de modernização sobre comunidades tradicionais é a ausência do Estado no que diz respeito à proteção dessas comunidades. Esses avanços caracterizam-se em forma de implantação de projetos geralmente atrelados a grandes grupos empresariais, que trazem consigo a promessa de

²¹ Comunidade do Paixão atualmente atende pelo nome de Bairro Novo Horizonte, onde está localizado o porto do Paixão às margens do rio Camará.

desenvolvimento, mas visam a exploração das riquezas locais²² e não intencionam nenhuma benfeitoria às comunidades. Geralmente esses projetos são apoiados pelo Estado, que flexibiliza normas para facilitar suas implantações, fato que pode configurar-se como apoio ao processo de subjugação das comunidades tradicionais.

No sentido da exploração dos recursos pesqueiros nas áreas de estuários de Marapanim, uma das características desse tipo de pesca é a rede de arrasto e o descarte dos pescados que não se adequam às suas demandas de mercado (Batista e Freitas 2003). Os arrastões são uma prática muito questionada no âmbito dos estudos sobre a atividade pesqueira industrial. Para o sr. Márcio Negrão, muitas empresas de pesca que atuam em escala industrial²³ agem livres de fiscalização em áreas próximas da costa marapaniense.

A pesca de arrasto realizada pelos barcos de pesca industrial consiste na utilização de barcos de grande porte que literalmente arrastam uma rede composta por cabos e bobinas pelo fundo do mar. Neste estudo, a pesca industrial está ligada diretamente à pesca de arrasto em grande escala, por ser o tipo de pesca identificado próximo ao litoral marapaniense. Quanto ao caráter industrial desse tipo de pesca, a Lei 11959/2009 destaca que suas características marcantes são as relações de trabalho que apresentam e a finalidade estritamente comercial (Brasil 2009).

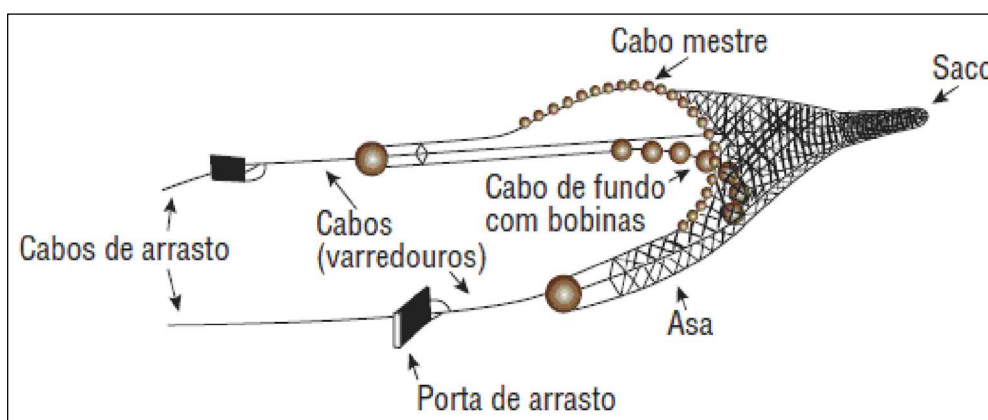


Figura 14 - Modelo ilustrativo de rede de arrasto. Fonte: Cota 2017.

²² Analogamente, ver casos das empresas Samarco na cidade de Mariana (MG), em 2015; e Braskem em Maceió (AL), entre 2018-2023.

²³ O capítulo 4 deste estudo amplia especificamente o tema pesca industrial.

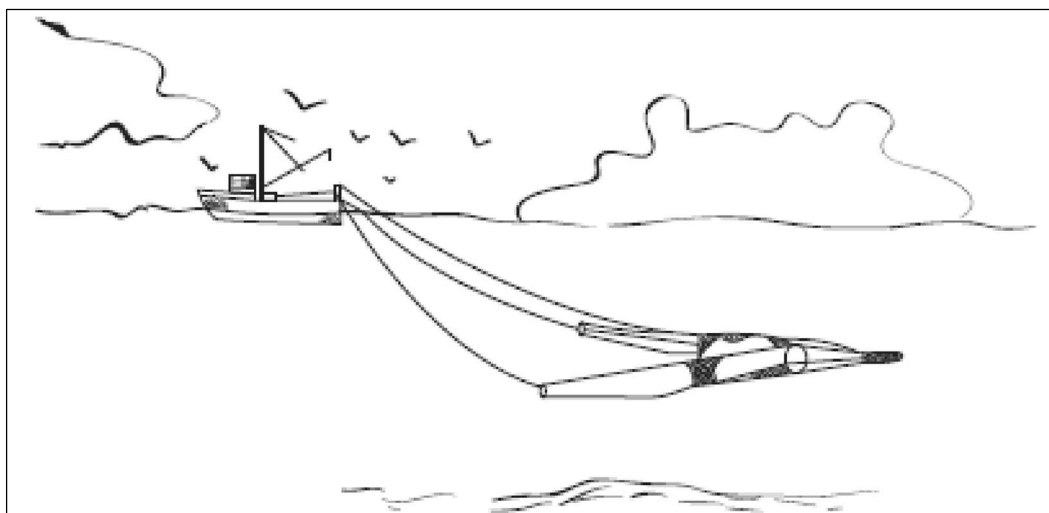


Figura 15 - Arrasto com rede de popa. Fonte: Cota 2017.

Diegues (1983, 1995) e Maldonado (1994) caracterizam a pesca industrial pelo seu grau de modernidade nas suas tecnologias utilizadas, sua ligação direta com um mercado consumidor, geralmente maior que o mercado local, e pela intensa relação de trabalho entre os donos dessas embarcações e os pescadores que nela trabalham na condição de empregados.

Silva (2022), em seu estudo sobre a região do Salgado paraense, especificamente no município de Bragança (PA), ao analisar essa modalidade de pesca que está associada à modernização das tecnologias de captura do pescado, aponta que

Outro fator de impacto advindo das inovações tecnológicas é a fauna acompanhante capturada por materiais da pesca predatória. Ou seja, nos arrastões, utilizado por grandes embarcações para a captura de camarão, também leva outras espécies que posteriormente serão descartadas por não terem grande valor no mercado. Esse fator impacta a pesca do pescador que depende exatamente dessa fauna acompanhante para a sua subsistência (Silva 2022: 93).

O *locus* da pesquisa de Silva (2022) é a área costeira do município de Bragança, situado na mesma microrregião denominada de Salgado Paraense, Nordeste do estado do Pará, no qual se localiza Marapanim. Logo, devido à semelhante configuração natural dos ambientes e a proximidade geográfica, a prática da pesca de arrasto é uma atividade que ocorre nas duas regiões, afetando negativamente as pequenas comunidades pesqueiras.

Adomilli (2009) em artigo baseado em sua pesquisa realizada com pescadores do município de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, mais especificamente, com pescadores que atuam no território situado entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, ao analisar a tensão entre tradição e modernidade, aponta que as causas da escassez do pescado na região de São José do Norte são principalmente a pesca predatória e a devastação causada ao ambiente por conta da modernização,

mas que os pescadores artesanais podem ter benefícios com alguns adventos da modernidade, ecossondas e GPS são exemplos de segurança no sentido de uma embarcação não enfrentar uma tempestade por saberem da chegada dela por meio de aparelhos evitando, assim, possíveis acidentes.

Outro aspecto demonstrado por Adomilli (2009) é o da “mobilidade” dos donos de botes que pescam no estuário da Lagoa dos Patos, o que, de acordo com a sazonalidade, alternam seu trabalho entre a pesca nos botes e a pesca embarcada. Com base em Adomilli (2009), a pesca nos botes pode ser entendida como pesca tradicional realizada com barcos de pequeno porte e sem tecnologias avançadas para auxílio na atividade. Para esse estudo, a pesca tradicional pode ser entendida também como pesca artesanal. Ainda com base em Adomilli (2009), a pesca embarcada pode ser entendida como pesca industrial realizada em barcos de grande porte e com tecnologias avançadas, como o sonar para localização de cardumes.

Após o período da safra do camarão na Lagoa dos Patos, os pescadores dos botes se veem obrigados a trabalhar nas embarcações de grande porte que saem para alto mar em busca de cardumes mais distantes, mudando drasticamente sua rotina de vida (Adomilli 2009). Essa rotina é alterada, pois na pesca nos botes, os pescadores dormem em suas casas todas as noites, suas saídas são diárias e retornam sempre no mesmo dia, ao contrário da pesca embarcada em que os pescadores passam períodos que podem variar “de uma semana a vinte dias” (Adomilli 2009: 101) pescando em alto mar.

Ressalto que os donos de botes da Lagoa do Patos buscam trabalho na pesca embarcada, pois safras como as de bagres, encontram-se em processo de extinção por conta da ação da pesca predatória/industrial. Para Adomilli (2009: 100), essa alternância dos pescadores dos botes não pode ser explicada pela “tensão entre a lógica de produção tradicional e outra mais voltada ao mercado”, muito menos pelo aspecto de “dualidade” e contraposição entre os modos de pesca artesanal e industrial, mas sim pela necessidade dos pescadores se manterem trabalhando e gerando seus ganhos provenientes da pesca numa “perspectiva ressemantizada”, em que buscam sobreviver se adaptando às novas regras das dinâmicas da pesca.

No que diz respeito à modernização da atividade de pesca, pode-se dizer que existem aspectos semelhantes entre os problemas vivenciados no município de Marapanim com os da região bragantina, como mostra o estudo realizado por Silva (2022), e mesmo com o estudo realizado no extremo Sul do Brasil por Adomilli (2009). Nos três casos foi identificada a redução dos recursos pesqueiros associada à modernização das técnicas de pesca que não favorecem a renovação desses recursos. Ademais, apesar da grande distância geográfica entre essas regiões, o caso citado por Adomilli (2009) sobre os pescadores de botes, ocorre de forma semelhante na região do Salgado do

município de Marapanim.

Sobre a expansão da pesca industrial em território nacional, Diegues (1999) expõe que o processo gerou prejuízos diversos:

Esse processo de modernização e pilhagem da natureza, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subsequentes numa violência nunca antes constatada nesse país. Se, num primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação (camarão, piramutaba, etc.), num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca. A modernização e a inovação tecnológica da pesca artesanal, como afirma Mello (1985), não foi uma estratégia neutra, mas respondeu a uma estratégia da grande empresa que teve assim seus custos diminuídos. Essa articulação com a empresa capitalista não foi, no entanto, despida de conflitos sérios com a pesca artesanal, resultando tanto na pilhagem desenfreada dos recursos naturais, causadora de uma grande mortandade de peixes miúdos pelo arrasto, como na destruição dos aparelhos de pesca tradicionais (Diegues 1999: 367).

Os impactos advindos da modernidade trouxeram consequências para a pesca artesanal. Se por um lado, o arrastão devasta safras marinhas e o fundo dos oceanos, a qual as comunidades são atingidas com a redução drástica dos recursos pesqueiros, do outro lado aparelhos ajudam a evitar acidentes fatais com a pesca embarcada.

A quem a modernização atende? Subentende-se nesse estudo que ela não atende a pequenas comunidades, porém, a importância das epistemologias empíricas das comunidades tradicionais caminha na contramão dos efeitos nocivos da modernidade. Maldonado (2000: 63) faz um estudo sobre como os "pescadores simples", na condição de marítimos, em que percebem o ambiente marinho e utilizam seu espaço e ainda como desenvolvem seus trabalhos náuticos a partir de seus conhecimentos, o que não está escrito, mas fundamentado nos usos ou costumes, na familiaridade com o ambiente que lhe pertence e aos seus (Maldonado 2000).

O domínio prático do espaço e a habilidade dos proeiros são outro exemplo de conhecimento local de quem atua na pesca, por isso, o conhecimento na atividade é fundamental para a segurança dos pescadores. No que diz respeito especificamente à segurança dos pescadores artesanais, elas deviam ser regulamentadas pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas desde a década de 1970 parece haver uma falta de contemplação das pessoas que desenvolvem atividades de pesca artesanal.

As Normas Regulamentadoras do MTE regulamentam uma variedade de atividades laborais; sobre a atividade de pesca dispõe a Norma Regulamentadora n. 4, que classifica tanto a atividade de pesca em água doce quanto em água salgada como "grau de risco 3". A atividade de pesca, em matéria de grau de risco, perde somente para a 'extração de minérios metálicos e não metálicos' que são "grau

de risco 4”, o maior segundo a norma (Brasil 2022: 9). A norma Regulamentadora n. 30 do MTE refere-se a atividades aquaviárias, mas fala em grande parte da pesca industrial e comercial, praticamente não contemplando a pesca artesanal (Brasil 2022).

Na pesca costeira artesanal ou nos rios que atravessam os manguezais, os perigos estão presentes no cotidiano de quem vive dessa atividade, mesmo nas águas calmas do rio São José, nas proximidades da vila de Bacuriteua, um dos interlocutores deste estudo teve um tio que morreu afogado durante a pescaria de canoa/montaria ao cair na água. O conhecimento de quem vive e percebe seu espaço tem sua cosmovisão definida por seu cotidiano é de fundamental importância não só para a sua segurança, mas também para a renovação dos recursos naturais dos quais se utilizam. Apesar dessas adversidades, a pesca artesanal tem se mantido presente nas práticas de sobrevivência dos(as) pescadores(as) conforme seus saberes e modos de entender o ambiente marinho ao longo dos anos.

1.3. A marginalização da pesca artesanal na região do Salgado marapaniense

Neste tópico, o termo “marginalização” está embasado em Cordell (1989) e Cunha (2003) no sentido de exclusão social quando relacionado à pesca artesanal. É importante destacar que a marginalização da pesca em Marapanim está atrelada ao turismo local e à ideia de desenvolvimento das comunidades de pesca.

Na região do Salgado marapaniense, em entrevista durante as incursões em trabalho de campo, o interlocutor 1²⁴ reflete que o trabalhador local, seja na pesca do pescado, ou do sarnambi ou caranguejo-uçá, é muitas vezes visto com preconceito pelos “de fora”, que atribuem a eles e elas configurações genéricas como “sujo, suja” e “maltrapilho, maltrapilha” pela lama do mangue, por exemplo; desprezam, assim, a importância de suas histórias de vida e seus conhecimentos à conservação do meio ambiente. Para ele, os “de fora” são pessoas não pertencentes a Marapanim e que esporadicamente visitam o município seja por meio do turismo, especulação imobiliária ou relações de comércio.

Conforme Cunha (2003), perdura até hoje o preconceito exercido por parte da sociedade que marginalizou a atividade de pesca:

É corrente referir-se aos pescadores como povos atrasados, indolentes, preguiçosos, como se sua forma de organização social fosse destituída de dinâmica e racionalidade. Sob esse prisma, sua forma de trabalho – a pesca – sequer é legitimada como tal, ignorando-se os múltiplos modos de produção ou de relacionamento do homem com a natureza – mediados pelo trabalho – que atravessam a história (Cunha 2003:69).

²⁴ O interlocutor 1 optou por não se identificar.

Refletindo sobre o processo histórico de formação de comunidades pesqueiras tradicionais à beira de manguezais localizados ao Sul da cidade de Salvador, na Bahia, Cordell (1989) já desvela como esses agrupamentos passaram por um processo classificatório de marginalização, tendo o manguezal como um local de refúgio para pessoas à margem da sociedade sem condições financeiras e morais de habitar o centro da capital baiana.

Comunidades pesqueiras tradicionais espalhadas pelo mangue são socialmente marginalizadas. De algum modo, o mangue merece a reputação de ponto de não retorno-refúgio dos marginalizados, dos catadores de caranguejo, dos sem-terra e sem-raízes; um local onde aquele que não tem para onde ir sempre pode encontrar um marisco ou um peixe miúdo para comer e manter-se vivo (Cordell 1989:1).

A classificação da pesca artesanal como uma atividade marginalizada é perceptível não só nos estudos de Cordell (1989, 2000) na Bahia, como em outras comunidades de pesca. Na região do Salgado marapaniense, a observação do interlocutor 1 leva a refletir no que Douglas (1976) destacou em suas reflexões sobre cultura, a qual para uma cultura atribuir o termo pejorativo de “sujo, impuro” a outra pessoa, é necessário que outro padrão seja considerado “limpo”. A autora esclarece que essa “sujeira” pode não estar ligada diretamente à questão de higienização, mas pode ser também simbólica.

Conforme Escobar (2007), a lógica de desmerecer ou desqualificar determinados trabalhadores ou sujeitos está embutida nas noções de desenvolvimento e civilidade. A exemplo de processos de colonização que desmerecem os valores dos povos locais com o intuito de modernizá-los e/ou expropriá-los para exploração dos seus bens naturais/minerais. Desse tipo de pensamento advém a necessidade de entender o que os(as) pescadores(as) artesanais pensam, sentem e podem nos ensinar.

O fato é que, no contexto de Marapanim, conforme reflexões de conversas com o interlocutor 1, os “de fora” parecem ter se autoproclamados limpos e saudáveis em relação aos pescadores e pescadoras artesanais locais. Por esse viés, os(as) pescadores(as) marapanienses aparecem como os seres desalinhados às lógicas de ordem social através da marginalização aplicada a eles pelos “de fora”. Ainda com base na observação do interlocutor 1, entendo que o posicionamento deliberado desses “de fora” em rebaixar socialmente os(as) pescadores(as) artesanais marapanienses pode estar ligado à ideia de desenvolvimento, por exemplo, daqueles que vêm de uma cidade mais desenvolvida.

Nesse sentido, estudar as estratégias de subsistência e continuidade da atividade de pesca nessa região, principal fonte de renda e subsistência de muitos moradores das comunidades, é importante para identificar sistemas locais de gestão dos recursos pesqueiros, baseados em

conhecimentos tradicionais como estratégia para garantir a sustentabilidade dessa atividade.

1.4. Apropriação dos territórios de pesca, um advento da modernização

Abro esse tópico verificando as conceituações de território, territorialidade e territórios de pesca para dar a devida ênfase a questões de apropriação desses espaços. Para Alencar (2004: 68), “os grupos sociais que formam as comunidades usam uma referência de território que lhes é particular e que remete à própria constituição do grupo social que construiu este território”.

Little (2018: 253) define como territorialidade “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Nogueira (2005) conceitua territórios de pesca da seguinte forma:

[...] define-se os *territórios de pesca* como sendo áreas apropriadas ao longo dos anos, mediante o trabalho desenvolvido pelos pescadores artesanais que praticam suas atividades em águas continentais ou litorâneas. Estes territórios não possuem apenas uma definição física e precisam ser compreendidos a partir da observação das decisões da comunidade sobre espaços e relações sociais horizontais, bem como de sua dimensão simbólica e material (Nogueira 2005: 41).

Para Nogueira (2005), as áreas que sofrem apropriação pelos pescadores que ali trabalham por anos ininterruptos, ao desenvolverem suas atividades precisam ser entendidas também para além da questão meramente material. Essa divisão do espaço produtivo corrobora com a ideia de “divisão consuetudinária” de Maldonado (2000: 62). Conforme a autora, essa divisão é habitual, não fundamentada em acordos formais ou registrada em documentos oficiais.

Atualmente, dinâmicas ligadas à apropriação territorial pesqueira têm afetado a pesca artesanal e prejudicado as comunidades da região de Marapanim, dentre as quais destacam-se especificamente a especulação imobiliária, e com ela a degradação dos manguezais realizada por empreendimentos turísticos, a pesca com equipamento irregular e durante o período do defeso.

Os(as) pescadores(as), sobretudo de Bacuriteua, Camará e Sossego enfatizam o crescimento populacional desordenado a partir da década de 1990 como fator que resulta no avanço das casas sobre as áreas de manguezais e as praias, o que implica em mudanças socioculturais que têm modificado a paisagem local.

Diversos fatores contribuíram para o aumento dessa ocupação das áreas de mangues com a construção de casas, de acordo com pesquisas realizadas por Santos *et al.* (2022) e informações levantadas com os(as) interlocutores(as) desta pesquisa, existem dois fatores que contribuem para

esse fenômeno: o primeiro está relacionado ao processo de migração de indivíduos de outras regiões para o município, que pela falta de recursos financeiros não possuem condições de habitar no espaço urbano, como a sede do município, e se dirigem para as áreas onde estão as florestas de mangues; há também a migração de algumas pessoas da sede do município para a área rural, ocupando as áreas de mangue.

O processo de modernização no sentido de empreender grandes projetos, seja para exploração animal, vegetal, mineral ou turística avança sobre territórios de comunidades tradicionais. Segundo Alencar (2023), esse processo utiliza-se de um sistema perverso que busca explorar os territórios tradicionais pesqueiros a partir de uma lógica capitalista por meio do turismo empresarial, da exploração mineral e do extrativismo predatório. Esse processo é altamente nocivo para essas comunidades, pois prejudica seus modos de existirem e estarem no mundo, haja vista que pescar não é só uma atividade é um modo de pensar e viver de forma diferenciada, seu modo particular, sua cultura (Alencar 2018). Neste sentido, a autora ainda evidencia que:

[...] grupos sociais que habitam as regiões costeiras e ribeirinhas estão vivenciando o avanço da privatização de seus territórios de vida e de trabalho, e contribui para o debate sobre o modo como a política e os processos econômicos globais afetam localmente povos que têm sua sobrevivência baseada na extração de recursos naturais (Alencar 2018: 6).

Alencar (2018:7) aponta ainda que de modo global, “as comunidades pesqueiras litorâneas” estão perdendo seus territórios para o poder político e econômico e que “a expansão da indústria pesqueira transacional”, que reduz drasticamente estoques pesqueiros, e a “expansão da indústria do turismo”, que supervaloriza áreas para a expulsão dos que têm baixo poder aquisitivo, são os fatores responsáveis por abalar essas comunidades (Alencar 2018: 8). Nesse contexto, para esse estudo, são exemplificados casos como a construção da orla da praia do distrito de Marudá, o loteamento de áreas por construtoras e os relatos constantes dos interlocutores sobre a pesca industrial de arrasto próximo ao litoral marapaniense ao longo desse estudo.

Para Escobar (2007), o desenvolvimento foi um processo não de modernização, nem de evolução, mas de exploração que consistia em desmerecer a cultura local para poder se apropriar e explorar seus territórios. A ideia de desenvolvimento é constantemente utilizada para justificar a construção de empreendimentos para o crescimento econômico de uma localidade, contudo, as entrelinhas desse desenvolvimento estão vinculadas à exploração de recursos naturais que subjazem transtornos socioambientais.

No setor imobiliário, o desmatamento causa gases de efeito estufa e inexistente retorno nesse

mercado para as comunidades localizadas nas próximas dos empreendimentos.

Na região do Salgado de Marapanim, tem-se o exemplo da especulação imobiliária que está associada à derrubada de áreas de mata na PA-318, próximo ao ramal que leva às vilas de Retiro e Bacuriteua. Na placa que divulga o projeto de construção de um condomínio que representará modernidade, sofisticação e conforto ao lado da natureza, nas proximidades das praias do Crispim e de Marudá.



Loteamento Ondas do Atlântico

Lotes de: **10x25**

TREVO MARUDÁ - CRISPIM

www.parreiracorretor.com.br

Loteamento Ondas do Atlântico
TERRENOS PARCELADOS SEM BUROCRACIA.

(91) 98236-6572 / 98864-3447

Terreno: 10x25
Cidade: Marudá-PA

PARREIRA
CORRETOR

Visão Geral

Tipo de Imóvel:	Lotes e Terrenos
Endereço:	PA-318
Complemento:	Loteamento Onas do Atlantico
Cidade:	Marapanim
Bairro:	Trevo Marudá/Crispim
CEP:	68760-000
Preço (Venda):	2.000,00
Terreno:	250 M ²
Área Construída:	00 M ²
Quartos:	0
Banheiros:	00
Código:	899

Figura 16 - Loteamento do Condomínio Ondas do Atlântico ²⁵

Outro exemplo de construção justificada pelas construtoras para o desenvolvimento local pode ser observado no desmatamento de áreas de mata na comunidade do Novo Horizonte para a edificação de uma fábrica de gelo na área do “Porto dos Paixão”, às margens do rio Camará. Essas informações foram compartilhadas em conversas com o sr. Wilson Pinheiro, em 2022, posteriormente foram observadas pelo pesquisador em incursões a campo (Figura 17).

²⁵ <https://parreiracorretor.com.br/imoveis/loteamento-ondas-do-atlantico/>.

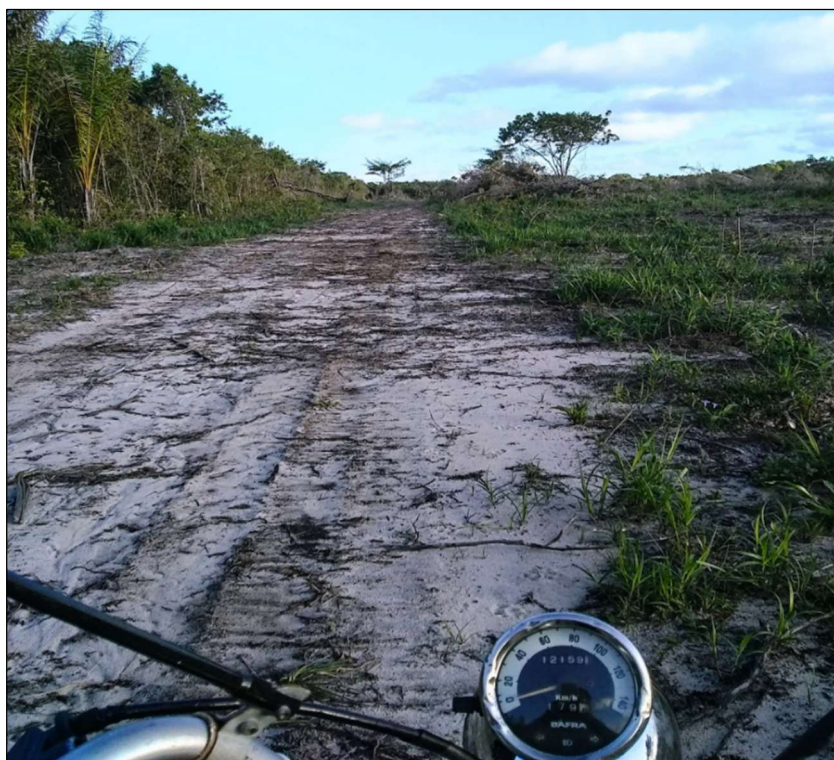


Figura 17 - Abertura de estrada na área de fábrica de gelo. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Borcem *et al.* (2011:198), no artigo “Atividades pesqueira no município de Marapanim-PA”, destacou que em Camará e no Sossego, alguns pescadores também realizam outras atividades para complementar a renda mensal familiar, sobretudo no período em que o pescado se encontra escasso.

Para os autores, “essa necessidade pode estar relacionada ao número de dependentes desses trabalhadores, pois há, uma média de cinco filhos por família” (Borcem *et al.* 2011: 197), destacando também o crescimento do setor de imóveis atrelado ao desenvolvimento do turismo, bem como a intensificação da especulação imobiliária e a expansão urbana no litoral marapaniense, os quais criam espaços de empregabilidade, sendo o turismo um setor de desenvolvimento econômico em expansão.

Com isso, os pescadores mais jovens ou os filhos dos pescadores têm buscado outras oportunidades de trabalho, como o comércio local na sede em Marapanim, ou outras profissões, como pedreiro e marceneiro, que muitas vezes são consideradas por eles de maior valia em relação à atividade de pesca (Borcem *et al.* 2011).

Como se pode observar, os processos de modernização têm alterado as dinâmicas da pesca em Marapanim. Nesse âmbito, permaneceu a falta de políticas públicas que beneficiassem as pequenas comunidades e a regulação da pesca. Os(as) pescadores(as) tiveram que se adaptar às novas demandas e lógicas de mercado. Assim, além de se dedicarem à pesca, ainda precisam disputar “o mercado e recursos naturais com os grandes comerciantes e indústrias [...] em condições muito

desiguais” em semelhança ao que relata Esterci *et al.* (2014: 21) em seu estudo na várzea do Médio Solimões no estado do Amazonas.

Furtado (2019), no artigo “Entre pesca e turismo balnear: alternativos engajamentos dos moradores de Marudá (Amazônia Atlântica) ao trabalho”, afirma que o turismo alcançou maior projeção comercial gerando mudanças aos modos de vida dos pescadores, o fenômeno turístico intensificou configuração de híbridos estilos de vida. Essas mudanças ocorreram a partir dos anos 1980, quando cresceu o interesse pelas praias do local. No final dos anos 1990, Marudá era reconhecida como polo balnear, atraindo visitantes para o “veraneio”.

Para a efetivação de um polo turístico, conforme Furtado (2019), a Prefeitura investiu em construções para tornar a paisagem do distrito um centro urbanizado, com asfaltamento de algumas ruas. A comunidade do Sossego foi literalmente afetada pelas construções: inicialmente pela edificação da orla da praia do distrito de Marudá, que modificou o ecossistema local com o deslocamento de terras para ampliar a praia, o que prejudicou os pescadores; a localidade foi a mais utilizada para as construções de casas dos veranistas ou moradores sazonais, devido à proximidade com a praia de Marudá. Assim, os locais venderam suas propriedades para veranistas que passaram a aterrar terrenos e construir imóveis ou pontes nas beiras do rio do Retiro. Parte da população do Sossego se deslocou para pontos mais distantes da orla, os que ficaram relatam mudanças na paisagem, redução da quantidade do pescado e a diminuição da atividade pesqueira (Furtado *et al.* 2006).

Conforme Coelho-Ferreira (2009) e Furtado (2019: 380), os moradores do Sossego se inseriram nas atividades turísticas, passaram a trabalhar como “caseiros de residências secundárias, pedreiros, vendedores em pontos de comércio”, pois a atividade pesqueira entrava em declínio. As possíveis causas desse declínio incluem as relações desfavoráveis com intermediários ou atravessadores da cadeia de comercialização do pescado; ingresso de novos pescadores e crescente pressão sobre o estoque pesqueiro, conduzindo à escassez do recurso; a prática da pesca como atividade exclusiva, dificultando a satisfação das necessidades ao longo de todo o ciclo anual (Furtado 1978; Nascimento 2006; Coelho-Ferreira 2009; Furtado 2019).

Conforme os pescadores do Sossego, recentemente, uma ampliação da antiga construção da orla da praia do distrito de Marudá foi realizada para melhorar o turismo local, esse empreendimento facilitou o acesso de carros e seu estacionamento na beira da praia, mesmo que proibido pelo ICMBio.

Na construção para ampliação do espaço foram retiradas partes da vegetação/mangue da praia e foram deslocadas grandes quantidades de areia para aterrar a beira, sendo que a ausência do mangue

no local permite o deslocamento de terras por conta do movimento das marés.



Figura 18 - Ampliação da Orla de Marudá. Foto: Michelly Machado (2022).

De modo geral, os(as) pescadores(as) da comunidade do Sossego tiveram que conviver com formas alternativas para aumentar a renda familiar. Contudo, distante do turismo da orla da praia do distrito de Marudá permanecem ativas diferentes técnicas de pesca artesanal que “preserva relevância econômica, como fonte não exclusiva de formação da renda monetária familiar” (Furtado 2019: 387), mas também como uma forma de resiliência. Os processos de modernização que alteraram o cotidiano desse município também são contados pelas memórias dos(as) interlocutores(as) que tratam sobre tempos em que os recursos pesqueiros eram mais abundantes do que os recursos nos dias de hoje.

No que diz respeito à ocupação das áreas de manguezal na comunidade de Camará, algumas pessoas ressaltaram que o acesso ao rio Camará ficou mais limitado devido a ocupação desordenada e construção de casas na orla da comunidade. Na sua percepção, essa ocupação causou o enfraquecimento do solo que se tornou mais propenso a erosões, como explica Dona Rosa, que foi interlocutora deste estudo, moradora da comunidade de Camará:

“Muita gente fez casa nessa beira. Gente que veio de outros municípios e até de outros Estados construíram suas casas na beira do rio e retiraram parte do mangal que protegia a orla das águas grandes. Se a gente tivesse uma associação de moradores mais preocupada com isso, muita coisa podia ser evitada pro bem da comunidade.” (Entrevista com dona Rosa, 2019).

Estudo realizado por Igawa (2018) sobre a importância desse tipo de vegetação e os danos ambientais que ocorrem com a perda de solo na bacia hidrográfica do rio Marapanim aponta que “a cobertura vegetal atua na proteção natural do solo contra a erosão.” (Igawa & Maciel 2018: 175).

Menciona ainda o crescimento populacional desordenado, com a construção de estabelecimentos comerciais e residenciais em áreas de mangue.

Sobre o descarte de resíduos em ambiente de manguezal, a pesquisa pôde identificar em trabalho de campo, o descarte inadequado de resíduos sólidos na vila de Bacuriteua a partir de casas próximas às áreas de manguezais. A respeito de construções de estabelecimentos comerciais, Santos *et al.* (2020) aponta a construção de barracas na praia do Lembe, que fica em uma ‘croá’ na frente da vila de Camará, às margens dos manguezais, onde funcionam restaurantes que fazem descarte irregular de resíduos sólidos e orgânicos diretamente nas águas do rio Camará.



Figura 19 - Praia do Lembe, comunidade de Camará. Foto: Michelly Machado (2019).

Conforme os(as) interlocutores(as) desta pesquisa, nos últimos anos, há o aumento da “ocupação” dos manguezais na área costeira de Marapanim. Esse processo consiste na construção de moradias nas beiras dos manguezais e com isso há o aterramento da beira para construções das casas. De acordo com Santos *et al.* (2022: 5), o aterramento do mangue “descaracteriza o ambiente e prejudica seriamente a biota local, elemento vital aos extrativistas”.

Conforme relatos de moradores de Bacuriteua e Camará, um dos fatores que contribui para essa ocupação dos manguezais seria o aumento das famílias, pois quando há o casamento dos filhos e o nascimento dos netos, os familiares buscam novas moradias. Esses indivíduos veem os manguezais como uma possibilidade de habitação. Outrossim, a própria condição de exclusão social mediante a ocupação de territórios pesqueiros, também é um fator que resulta nestas ocupações.

Embora mencionado anteriormente em pesquisas sobre a comunidade do Sossego, o segundo fator ocorre nas outras comunidades e está relacionado ao aumento da atividade turística, como uma

fonte de renda para os moradores. Nos últimos 30 anos, pessoas que não moram em Marapanim constroem empreendimentos para recepção de turistas, como restaurantes, casas de comércio e pousadas. Existem aqueles que não moram nas comunidades, mas possuem uma segunda casa que é utilizada apenas nos feriados e/ou férias, eles ampliam as residências para alugar ou recepcionar turistas utilizando a paisagem local como propaganda.

Esses tipos de construções ou ampliação de residência nas áreas dos manguezais afetam a pesca artesanal, pois em alguns contextos limitam o acesso dos(as) pescadores(as) a determinadas áreas de pesca, como para catação de crustáceos e moluscos. Existe também a construção de piscinas com o despejo de cloro nos rios e igarapés, o que mata micro-organismos importantes para reprodução das espécies, como peixes, camarão e caranguejo, e a construção de áreas de lazer que contribuem para o aterramento das beiras e o assoreamento das cabeceiras dos rios.

Para Negrão (2022) e Santo (2022), as atividades de extração de sarnambi e captura do caranguejo-uçá são atividades que sofrem com influência negativa proveniente do crescimento populacional em várias comunidades, pois, segundo eles, esse fator também favoreceu um aumento no número de extrativistas animais que se utilizam de técnicas que não favorecem a renovação desses recursos.

O marapaniense Luiz Gutemberg foi o principal responsável pela organização das comunidades para regulamentação da RESEX-MAR Mestre Lucindo a partir de 2001. Para ele, havia a necessidade real e urgente de criação da reserva por causa do desmatamento nas cabeceiras dos rios da região, as invasões de áreas de manguezal para construções de casas, a pesca do caranguejo-uçá (*Ucides Cordatos*) durante o período do defeso, a pesca predatória e a venda de áreas de Marinha.

Além disso, áreas onde ocorriam a pesca artesanal desde a formação do município eram invadidas por pessoas que se intitulavam donos dessas terras e vendiam os lotes, o que segundo ele aconteceu com frequência na Praia do Crispim, na Vila de Camará, na Ilha de Paraquembal e na Ilha de Dom Pedro. Para Gutemberg, os verdadeiros donos dessas áreas são os extrativistas que ali estão há décadas atravessando o tempo, passando ensinamentos tradicionais de pesca de pais e mães para filhos e filhas e que esses conflitos fundiários também foram um dos fatores que motivaram a criação de uma UC para conter as perdas de territórios de pesca:

“A necessidade da gente criar essa unidade de conservação veio através das dificuldades que os nossos pescadores/extrativistas tinham naquele momento. Era invasões desordenadas de uma forma, tipo: construção nos mangues; a pesca predatória, a gente não tinha pra quem reclamar; pessoas se intitulando dono de terra de marinha aqui, que teve o maior conflito fundiário, tipo Crispim e Camará, a Ilha de Dom Pedro, Paraquembal. É onde muita gente saiu vendendo aí aleatoriamente dizendo que eram os donos e tirando o direito daquela população que ali já pesca, já mora há décadas, há anos que vem de herdeiro pra herdeiro, isso pra gente é quem são os donos dessa área, área de pesca, né? Nasceram novos filhos, vem de herança de bisavô pro avô, do pai já passa pro filho, do filho pros novos netos (Entrevista de Luiz Gutemberg de Campo Silva, em Do Canto 2022).



Figura 20 - Construção adentrando área de manguezal em Marapanim. Fonte: Frame de filme tirado de Do Canto (2022).

Os(as) entrevistados(as) ressaltam a expectativa da efetivação de políticas públicas vinculadas à Unidade de Conservação, pois “Esperam projetos e financiamentos que conciliem ecologia e a exploração dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida das pequenas comunidades” (Martins & Machado 2023: 112).

Apesar desses fatores, as comunidades de pesca continuam resilientes frente aos grandes projetos que tendem a desmerecer seus espaços, como os empreendimentos turísticos. No entanto, é necessário maior organização social para o enfrentamento dos dilemas diversos vividos pelos(as) pescadores(as).

O próximo capítulo abordará aspectos da pesca artesanal executadas a partir das comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego. Tais singularidades tem o intuito de demonstrar que as técnicas artesanais/tradicionais possuem um menor impacto ambiental, pois são técnicas que atravessam o tempo sendo transmitidas pela prática familiar. Apesar de sofrerem variações ao longo dos anos, ainda são as formas utilizadas por quem se preocupa com a renovação das espécies pesqueiras por dependerem diretamente delas.

2. A PESCA EM BACURITEUA, CAMARÁ E SOSSEGO

O presente estudo evidencia sete atividades de pesca artesanal praticadas pelas comunidades que compõem o *locus* da pesquisa. Demonstra a importância das águas oceânicas que compõem os estuários marapanienses por meio da continuidade das práticas pesqueiras, pois alimentam famílias e movimentam o comércio local e o comércio externo. Logo, o mar é fundamental para a atividade de pesca na região do Salgado marapaniense abastecendo os pescadores locais para a sua subsistência e comércio do excedente (Furtado 1987).

Quadro 4 - Localidade dos(as) pescadores(as), rios onde pescam e suas técnicas. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2024).

Localidade dos(as) pescadores(as)	Locais onde pescam	Técnica de pesca desenvolvida
Pescadores(as) de Bacuriteua	Rio São José	Pesca de linha de mão, pesca de rede, pesca de puçá, extração de sarnambi, catação do caranguejo-uçá, tiração do turu
	Rio Camará	Pesca de curral
	Praia do Crispim	Pesca de escora, pesca de rabiadeira
Pescadores(as) de Camará	Rio Camará	Pesca de curral
Pescadores(as) do Sossego	Rio do Retiro	Pesca de rabeta com rede
	Mar da Costa (<i>canal do navio</i>)	Pesca de bote com rede

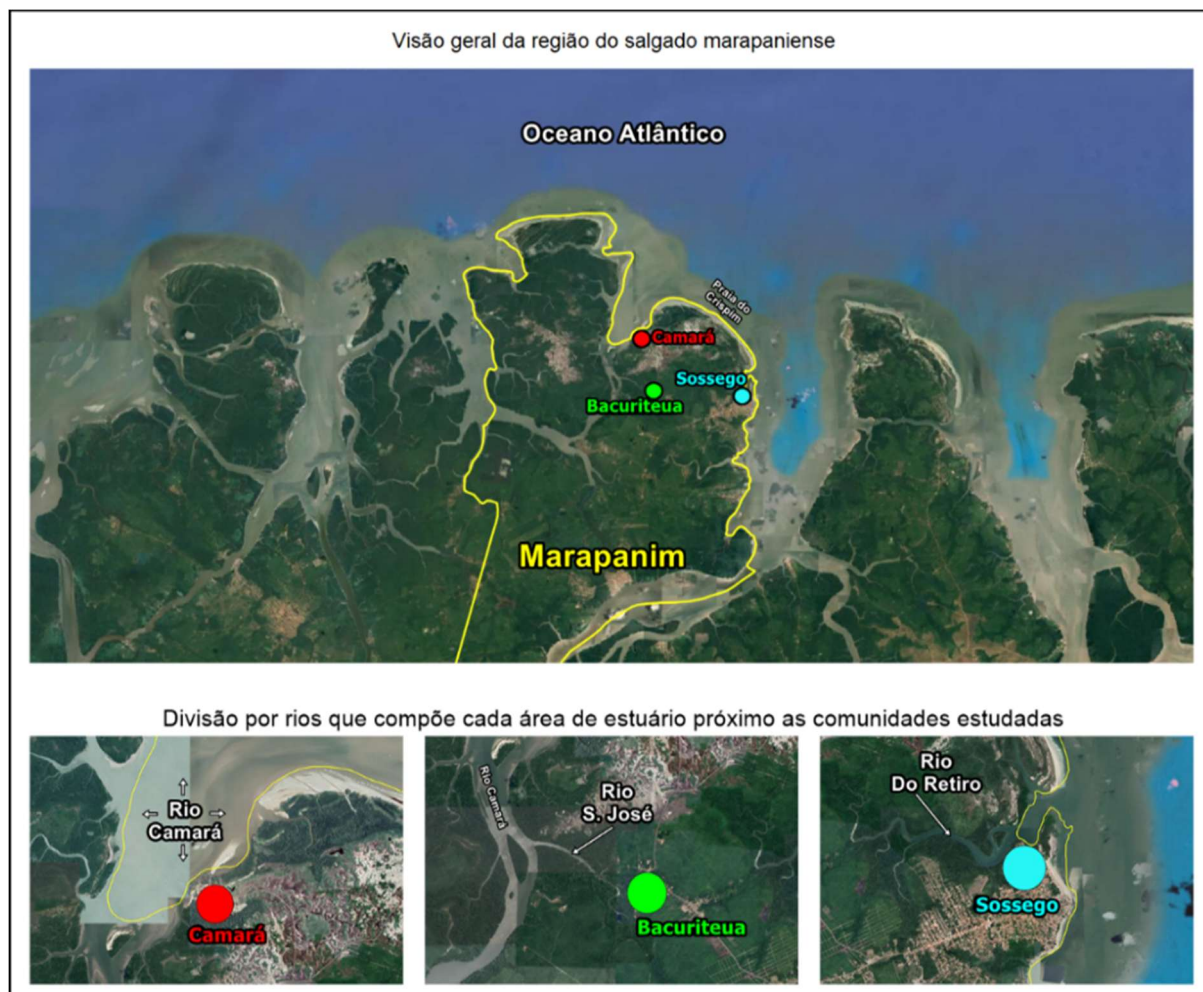


Figura 21 - Região do Salgado marapaniense e áreas estuarinas. Fonte: Google Earth, 2023. Adaptadas pelo autor.

Quanto à captura do pescado nessas áreas estuarinas, suas espécies e quantidades presentes, a partir das narrativas de interlocutores deste estudo²⁶ e com base nas suas experiências de trabalho, entendi que a sazonalidade da pesca nesta região apresenta três características distintas: uma no inverno e dois momentos no verão.

- (i) o inverno compreende os meses de janeiro a maio, sendo este último mês o período da safra da gó (*Macrodon Ancylodon*). O período de inverno é tido como o mais abundante no que diz respeito à presença de espécies de pescados nesses estuários, pois as águas salgadas têm sua salinidade reduzida por causa da mistura com as águas das chuvas/rios e assim propiciando a entrada de diversas espécies de pescados;

²⁶ Ferreira (2022), Lima (2024), Paixão (2024), Saraiva (2024).

- (ii) o 1º momento do verão compreende os meses de junho a agosto, em que existe a presença de algumas espécies específicas de peixes em uma quantidade muito modesta devido à alta salinidade da água;
- (iii) o 2º momento do verão compreende os meses de setembro a dezembro, quando existe uma baixa considerável na quantidade das espécies sendo que “o peixe falha”, pois as águas estão no seu maior período de salinidade.

Quadro 5 - Sazonalidade do pescado em áreas do estudo de acordo com interlocutores. Fonte: Ferreira (2022), Lima (2024), Paixão (2024), Saraiva (2024).

Períodos	Quant. de pescado	Espécies de pescados que entram com MAIOR frequência nos estuários	Espécies de pescados que entram com MENOR frequência nos estuários
Inverno Janeiro a maio	Alta	Bagre (<i>Arius couma</i>) Bodó (<i>Liposarcus pardalis</i>) Corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>) Gó (<i>Macrodon ancylodon</i>)-safra em maio Liro (<i>Lepidopus caudatus</i>) Piramutaba ²⁷ (<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>) Pratiquiera (<i>Mugil curema</i>)	Arraia (<i>Dasyatis geijkesi</i>) Bandeirado (<i>Bagre marinus</i>) Cangatá (<i>Arius spp</i>) Cambeua (<i>Arius grandicassis</i>) Dourada (<i>Brachyplatystoma flavicans</i>) Pescada-amarela (<i>Cynoscion acoupa</i>) Uricica (<i>Cathorops spixii</i>) Uritinga (<i>Arius proops</i>)
Verão Junho a agosto	Regular	Bagre (<i>Arius couma</i>) Corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>) Gó (<i>Macrodon ancylodon</i>) Pratiquiera (<i>Mugil curema</i>)	Bandeirado (<i>Bagre marinus</i>) Mero (<i>Epinephelus itajara</i>) Pescada-amarela (<i>Cynoscion acoupa</i>) Serra (<i>Scomberomorus brasiliensis</i>) Uritinga (<i>Arius proops</i>)
Verão Setembro a dezembro	Baixa	---	Corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>) Gó (<i>Macrodon ancylodon</i>)

A partir dos levantamentos para a composição da tabela 5 constatei que existe uma provável redução e/ou desaparecimento de pelo menos 13 espécies de pescados, quando comparei com os estudos de Furtado (1987: 242) sobre os “curralistas e redeiros” na mesma região e considerando que os dados do “quadro sazonal da pesca e coleta em Marudá” apresentados pela autora foram baseados “nas informações dos pescadores” (Furtado 1987: 241). Porém, leva-se em consideração que os dois

²⁷ Notadamente, muitos interlocutores deste estudo denominam de piaba a espécie piramutaba (*Brachyplatystoma Vaillantii*), que é um peixe de água doce que entra na região de Marapanim durante o inverno. O mesmo acontece com a pescada, que faz referência à pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e a uriseca que faz menção à uricica (*Cathorops Spixii*).

estudos possuem diferenças quanto as técnicas de captura, número de interlocutores e localização específica, portanto, não há como obter dados exatos sobre tal hipótese, portanto, deixo o tema em aberto para futuras pesquisas.

As espécies especificamente citadas no estudo de Furtado (1987, p. 242), e que não são mencionadas no estudo atual por nenhum de nossos interlocutores são o cação, a caíca, carauaçu, “enxova”, o peixe-pedra, a pirapema, a sarda, o “timbiro”, o xaréu, o camorim, o carapó, o ciobá e o curimã.

Vale atentar que mediante ao fato deste estudo ser de caráter pontualmente qualitativo, a abordagem quanto à sazonalidade e possível redução e/ou desaparecimento de algumas espécies de pescado parte da comparação entre dados de um estudo de Furtado (1982) publicado na década de 1980 e o nosso estudo atual, levando em consideração a possível falta de familiaridade dos pescadores mais novos com as 13 espécies citadas, o que os leva a não mencioná-las e a ausência dessas espécies nas narrativas na maioria de pescadores mais velhos.

Tal situação abre um precedente para investigação futura que concilie dados qualitativos e quantitativos. Considerando que se as pesquisas de Lourdes Furtado sobre a região do Salgado marapaniense iniciaram-se em 1973 e a obra publicada na década de 1980 também faz uso de tais informações, o período de abrangência para essa provável redução e/ou desaparecimento de algumas espécies de pescados pode ser de aproximadamente 50 anos.

Na comunidade de Bacuriteua, alguns pescadores e pescadoras desenvolvem atividades de pesca no rio São José, próximo à confluência com o rio Camará e manguezais próximos à comunidade, outros pescadores possuem “pontos de curral” nas áreas de “croa” consideradas pertencentes à comunidade de Camará e ainda os que pescam na Praia do Crispim. Na comunidade de Camará, os(as) pescadores(as) residentes do local limitam-se a praticar a pesca no rio Camará e na comunidade do Sossego, embarcações de pequeno porte são as mais utilizadas, elas ocorrem no rio do Retiro até os limites do que Fairbridge (1980 apud Silva 2000) chamou de “Zona marítima ou Baixo Estuário”. Essa denominação e a divisão de um estuário e seus setores é representada na figura 22. Ainda de acordo com Silva (2000):

Na zona marítima, a água é predominantemente salgada, embora possa ter variações associadas a diferentes caudais fluviais já que é ainda uma zona de mistura que se pode estender em pluma para a zona costeira adjacente. No estuário médio, dá-se a transição entre a água de características oceânicas até água de salinidade $< 0.5\text{‰}$. Na zona fluvio-marítima a composição química da água é condicionada pelas afluições de montante. Os limites entre estes setores são variáveis, em função das variações de caudal e do tipo de maré (Silva 2000: 26).



Figura 22 - Representação de um estuário e seus setores. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023), adaptado de Silva (2000).

Outra denominação para essa divisão por setores é verificada em Lira, Zapata e Fonseca (1979: 8) onde descrevem tais setores respectivamente, como: “baixo, médio e alto curso de estuário”. Nesse estudo é adotada a fusão das designações citadas para uma utilização padronizada e simplificada, a qual denominou-se respectivamente de: baixo estuário, médio estuário e alto estuário.



Figura 23 - Divisões simplificadas de um estuário. Adaptado pelo autor²⁸.

²⁸ <https://www.bioicos.org.br/post/ecologia-estrutura-de-sistemas-estuarinos>

Pela configuração de estuário a partir das figuras 22 e 23, vale considerar que as comunidades estudadas possuem áreas estuarinas próximas, caracterizadas pelo encontro das águas do Oceano Atlântico a Oeste com o rio Camará que conflui com o rio São José; e a Leste com o rio do Retiro no início da Baía de Marapanim (Figura 2). As atividades de pesca citadas neste capítulo ocorrem regularmente nos setores de médio estuário e baixo estuário, com exceção da pesca de bote praticada no Sossego, que é praticada fora do estuário na Baía de Marapanim.

2.1. Mudanças nas práticas pesqueiras e suas consequências

Dona Rosa, aproximadamente 70 anos de idade, moradora da comunidade do Camará a maior parte de sua vida, destaca que a partir da década de 1990 era perceptível a diminuição de algumas espécies de peixes, como a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), o bagre e a uritinga (*Sciades proops*). Alguns fatores são apontados como responsáveis por essa mudança, que incluem o aumento da população da região e a pesca de arrasto executada próximo à zona costeira em Marapanim.

“Há uns trinta anos mais ou menos, a gente tinha mais facilidade pra pescar. Eu pescava siri aos montes aí nessa beira e rápido. Meu marido, que é pescador, também não tinha trabalho, quando voltava era com a canoa cheia. Agora parece que tá tudo sumindo. Pra comer uma sajuba assada é uma luta, o mero nem se vê mais por aqui.” (Entrevista com dona Rosa, 2019).

Outros interlocutores expressam sua preocupação com a pesca de arrasto realizada pelos barcos da frota industrial cuja produção se destina a abastecer redes de supermercados de Belém, porque pescam em grande escala no mar próximo ao litoral marapaniense, reduzindo, assim, a entrada do pescado nos estuários da região.

Conforme a literatura pesquisada, essas modificações estão relacionadas à expansão das indústrias de pesca no Pará, o que contribuiu para a ampliação da pesca comercial/industrial realizada em grande escala. Atualmente, a pesca realizada pela frota industrial no Oceano Atlântico, próximo ao litoral marapaniense, foi intensificada e se caracteriza pela sobrepesca, o descarte de algumas espécies – a fauna acompanhante – reduzindo o volume de espécies-alvo da pesca artesanal que entram nos estuários.

Wilson Pinheiro e outros interlocutores(as) mais velhos, e ainda os mais jovens, contam histórias de seus pais e avós sobre a grande abundância de pesca no passado. Com base em suas próprias experiências com a pesca de curral no rio Camará, que tem sua fama na região de ser um curral bastante produtivo, hoje é marcada por “altos e baixos”. O interlocutor ressalta que a frequência

de uma despesa bem-sucedida, no sentido de capturar pescado em grande quantidade, ou mesmo quantidade suficiente para atender às necessidades de consumo e gerar renda com a venda, ainda é incerta. No tempo de seus pais não havia essa incerteza, pois sempre conseguiam capturar uma quantidade suficiente para consumo, armazenamento e venda.

Para Wilson Pinheiro, a causa da redução dos estoques pesqueiros na região deve-se a vários fatores, como o deslocamento de terras para a construção da orla e assoreamento dos rios, a pesca irregular em berçários, nos igarapés ou no manguezal, e principalmente a pesca realizada pela frota industrial na modalidade de arrasto “que é praticada aí para fora”, se referindo às águas mais profundas da costa de Marapanim. Além de limitar a entrada de várias espécies que migram para os estuários também reduzem os estoques por conta da sobrepesca.

Sobre a pesca realizada nas áreas de manguezal, ele conta como a extração de sarnambi ficou mais difícil de ser realizada diante da escassez desse recurso em relação à década de 1990:

“Antigamente, na minha adolescência e juventude, a gente descia o rio São José de casquinho a remo, ia bater lá nas pedras na boca do Camará, pra tirar sarnambi. Cada um levava uma lata de óleo seca feito tipo um copo pra medir os litros de sarnambi que cada um ia tirar; uma saca de serapilheira/ráfia de 50 ou 60 quilos e um gadanho. Naquele tempo, a gente enchia uma saca rapidinho. Agora tem muita gente tirando e tirando errado. Metem os enxadecos e enxada nas pedras e vão pegar os sarnambis pequenos lá no fundo ainda miúdo, estraga muito, aí não dá nem tempo do bicho se reproduzir.” (Entrevista com Wilson Pinheiro, 2022).

Para Negrão (2022), a atividade de extração de sarnambi é uma das atividades que sofre com essas mudanças. O crescimento populacional em várias comunidades indica também um crescimento na quantidade de pessoas que fazem a extração do sarnambi, sendo esse um dos fatores que contribuem para a crescente redução da quantidade do molusco. Ele se revela entristecido com a situação atual e contou quando fazia catação com seus pais e que, apesar do trabalho, havia muita diversão no banho de rio. Lembrara que antes se conseguia bons resultados na catação e que nos dias de hoje são necessárias longas horas de trabalho com a utilização do gadanho, ferramenta de mão usada para escavar em busca do sarnambi.

2.2. Pesca de curral em Camará

A região do Salgado marapaniense possui algumas comunidades que se destacam pela atividade de pesca de curral, Camará é uma delas. Atualmente, existem vários tipos de atividades que geram renda aos seus moradores, como o extrativismo animal e vegetal, e o comércio de produtos industrializados. Apesar das novas atividades econômicas, a pesca de curral, realizada desde o seu

processo de formação de Camará, continua sendo executada.

O sr. Sebastião Lima, conhecido como “Seu Sibá”, morador da vila de Camará, reside há aproximadamente 40 anos na vila e não é nascido na região, veio ainda muito novo do município de Fernandes Belo. Na ocasião da entrevista, em julho de 2022, estava com 75 anos de idade. Seu Sebastião acumulou muita experiência na pesca e em outras atividades extrativistas desenvolvidas na vila de Camará ao longo dos anos:

“Aqui no Camará eu já tive roçado, plantava mandioca, tinha casa de forno onde a gente fazia farinha e vendia. Já trabalhei em muita coisa aqui que dava pra fazer, mas nunca deixei de pescar. O peixe que eu pego no curral é mais pra casa mesmo, quando dá um pouco mais a gente vende.” (Entrevista com Sebastião Lima, 2022).

Com base no curral de Sebastião (Figura 24), num parâmetro geral, a pesca de curral consiste na construção de uma armadilha de grandes proporções composta basicamente por duas partes em madeira: as espias, com aproximadamente 3 metros de altura, que são as guias para a entrada do peixe na armadilha; e a roda do chiqueiro, com 4 metros de altura aproximadamente, que é o local onde os peixes ficam presos. A armadilha é fixada na ‘croas’ à frente da vila de Camará, essas ‘croas’ são definidas pela comunidade como território de pesca²⁹. Durante as marés cheias, esses currais são cobertos pelas águas e quando o pescado entra na armadilha não consegue sair. Após a maré baixar, o(a) pescador(a) executa o ato de despescar curral, que consiste em adentrar na armadilha para retirar os peixes presos.

²⁹ No tópico 3.2.1., sobre pontos de curral há um aprofundamento sobre o tema.



Figura 24 - Curral caçoeira do sr. Sebastião Lima. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

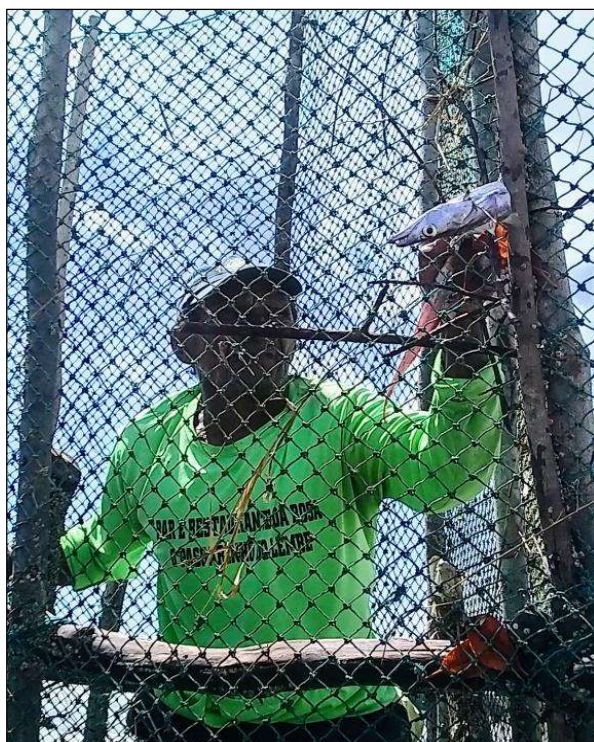


Figura 25 - Sr. Sebastião Lima despesando curral. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Conforme Sebastião Lima, para construir um curral de pesca é necessário primeiramente utilizar os serviços de um marcador. Esse profissional é encarregado de fazer a marcação do local exato onde serão fixadas cada peça de madeira do curral, só então define-se seu formato e posição em relação às marés.

Outro pescador que possui curral no rio Camará é Wilson Pinheiro. Seu curral tem ótima reputação na vila de Camará e comunidades próximas, isso justifica-se pela característica do curral de capturar grande quantidade de peixes em relação aos demais currais do território de pesca da Vila de Camará. Segundo ele, “se o marcador for bom, o curral fica bom, pega peixe em quantidade”.

A cada seis meses, os currais precisam passar por manutenção até serem totalmente refeitos, a manutenção é necessária, pois as marés oceânicas os destroem lentamente, ou pode ocorrer de serem totalmente destruídos ou danificados quando a correnteza está forte.

“Quando a maré não arranca o curral ou não quebra, conforme o tamanho do *lanço*³⁰, as madeiras dele aguentam até seis meses. Aí a gente troca as madeiras para aguentar até findar o ano. Quando o *lanço* é forte e quebra o curral, aí a gente tem que refazer logo.” (Entrevista com Sebastião Lima, 2022).

Sebastião Lima conta que não é marcador, somente pescador, mas que normalmente o marcador é também um pescador. Para a reconstrução do seu curral, que havia sido destruído pela força da maré, ele precisou dos serviços de um marcador para o reposicionar corretamente em relação à corrente do rio.

Segundo Sebastião é um costume na sua comunidade, entre os pescadores, a ajuda mútua no sentido de se construir e/ou reformar um curral. Ele e outros pescadores da comunidade, os quais denominou de companheiros, categoria a ser apresentada a seguir, retiram madeiras, como o mangueiro, a tinteira e a siriúba para a construção/reforma do curral.

A madeira é extraída de matas próximas à comunidade de Camará, normalmente, os locais escolhidos devem ser em áreas secas, longe dos córregos, pois tirar madeira próximo a eles pode causar erosão e deslocamento de terra para esses cursos d'água. Em longo prazo, isso pode aterrar os canais fazendo com os peixes adultos se desloquem para áreas mais fundas. Sebastião conclui que “mesmo assim, muita gente tira madeira do mangal perto das beiras de rio” por ser mais perto da margem, assim, percorrem um caminho mais curto no processo de transportar as madeiras.

Na concepção local, os córregos são pequenos cursos de água que atravessam os manguezais e se ligam a um rio principal, em que ambos sofrem influência do movimento das marés oceânicas. Esses córregos ficam visíveis somente na maré baixa, pois não secam totalmente. Um exemplo são os afluentes do rio São José, que são considerados córregos, pois possuem as características descritas acima, já o rio São José pode ser considerado um córrego em relação ao rio Camará (Figura 21).

³⁰ Águas grandes, maré de lance.

Na mesma concepção, os canais são cursos de água presentes nos rios principais e que se caracterizam pela navegabilidade nas marés secas. Um exemplo é o rio Camará, que na maré alta tem suas ‘croas’ e canais cobertos pela água do mar, que entra no estuário e assim é navegável de uma margem a outra sem obstáculos. Na maré baixa, as várias “croas” e “canais” ficam visíveis, nesse momento, o rio Camará só é navegável por seus “canais”. Esses “canais” são importantes para a movimentação dos peixes no estuário.

Após o marcador definir o local exato da marcação, o curral é refeito com ajuda dos demais companheiros. O pagamento dos serviços executados pelos companheiros não consiste em dinheiro propriamente dito, ele é feito com a despesa do novo/reformado curral. Cada “marezada”³¹ seguinte é repartida entre os companheiros até atender a todos, somente após esta ação, o sr. Sebastião poderá ficar com a totalidade dos peixes capturados.

Entre o sr. Sebastião e os companheiros não existe somente uma relação de troca da mão de obra pelo pescado, mas uma relação de ajuda mútua entre pessoas de uma mesma comunidade. Essa colaboração entre os pescadores lembra a noção de dádiva elaborada por Marcel Mauss (2003), pois no sistema de reciprocidade, o presente dado precisa ser retribuído. Sobre as trocas coletivas em Mauss sugere-se que além da troca de bens materiais, existia a reciprocidade e a troca de amabilidades, sem haver a presença do dinheiro/moeda, isso exemplifica que o mercado do capital não é o único a ter validade nas relações interpessoais.

Tais ações solidárias são encontradas nas comunidades piscatórias estudadas por Diegues (2000) no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte, em que o conhecimento dos mestres da pesca de marcação mantém a “sobrevivência do bote enquanto unidade de produção e reprodução social” e garante a solidariedade como fator comum no trabalho da pesca entre todos os que fazem parte de tripulação (Diegues 2000: 71).

Nesse sentido, o processo de construção e/ou reparo do curral do sr. Sebastião privilegia as trocas simbólicas pela ajuda mútua. Logo, tanto Sebastião quanto os companheiros não se sentem prejudicados por dividirem suas primeiras “marezadas”, ambos consideram o valor da ação solidária e o fortalecimento dos laços de amizade pela coletividade.

“Aqui pra fazer ou consertar curral não dá pra eu fazer tudo sozinho, aí eu chamo os companheiros pra ajudar. A gente tira as madeiras no mato onde é chão seco, longe dos córregos, faz o transporte e enfia no ponto. Daí com as primeiras marezadas eu vou tirando um pouquinho de peixe pra mim e dando pros companheiros pelo trabalho deles, depois de várias marezadas, que todo mundo receber, é que vou ficar com os peixes do curral pra mim.” (Entrevista com Sebastião Lima, 2022).

³¹ Termo usado por Sebastião para designar o total de peixes capturados no curral após uma cheia de maré.

Para realizar a despesca, o sr. Sebastião conta, no máximo, com duas pessoas que podem ser seu filho, seu neto ou o seu genro. A tarefa mais exaustiva consiste em empurrar a canoa pela lama do manguezal na beira do rio Camará até chegar ao canal para poder navegar. Normalmente, o genro é quem o acompanha, pois, segundo ele, os mais jovens estão se afastando dessa atividade.

“Os meninos de hoje não gostam de pescar, tem vergonha de ir para o curral, só querem ficar vendo o celular. Eu criei todos os meus filhos do meu trabalho e hoje estão todos aí, bem-criados, tem até uma que é professora.” (Entrevista com Sebastião Lima, 2022).



Figura 26 - Sr. Sebastião preparando a saída para o curral. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).



Figura 27 - À esquerda, o curral do sr. Sebastião; à direita, o do sr. João. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Acompanhei o sr. Sebastião, e seu genro, João, em uma despesca de curral. Constatei que cada um possui um curral e ganhos individuais de peixes. O curral de pesca de João localiza-se ao lado do curral do sr. Sebastião (Figura 27), o que facilita a colaboração entre os dois, como dividir a mesma canoa e movimentá-la manualmente na margem lamacenta do rio (Figura 26) e remar até a ‘croá’, nesse caso, o grau de parentesco fortalece a parceria. Os currais de pesca podem ser identificados na figura 26 como sendo as alterações na linha do horizonte na imagem, formando grupos de currais dispostos lado a lado em cada ‘croá’ separados pelos córregos entre as ‘croas’. Ao desembarcar na ‘croá’, a canoa é ancorada e cada pescador segue para seu curral (Figura 27), se reencontrando ao final da despesca para juntos retornarem à margem da vila de Camará.

2.2.1. Pontos de curral de pesca na vila de Camará

Os pontos de curral de pesca são locais onde são fixadas as armadilhas nas ‘croas’, essa marcação define a quantidade aproximada de peixes que o curral irá capturar. O rio Camará, situado à frente da vila Camará, é tido pelos moradores da comunidade como seu território de pesca, assim é definido como território de águas e ‘croas’ da vila de Camará. Em conceituações de territórios de pesca, já vistas no tópico 2.4, essa relação está tanto ligada ao seu uso quanto suas relações extrativistas, afetivas, culturais e de construção mútua entre comunidade e território a partir das dinâmicas de convívio das comunidades e embasada nos usos e costumes de quem faz do seu trabalho

a sua rotina, sua vida.

Na vila de Camará, cada ponto de curral localizado nas ‘croas’, situadas à frente da comunidade, equivale a um espaço para a instalação de curral de pesca. Cada um desses pontos é de propriedade de um pescador, desde que haja um curral ou qualquer marcação que sinalize sua posse. A venda de um ponto de curral de pesca é uma prática existente nos dias de hoje na comunidade de Camará, conforme relato de Wilson Pinheiro. Assim sendo, o direito de posse e venda de um ponto de curral de pesca está diretamente ligado ao trabalho contínuo do pescador e ao não abandono do seu curral, o que pode deixar seu ponto vago, desocupado, sem um proprietário consuetudinário. Essa organização evidencia um controle sobre os territórios e recursos pesqueiros na Vila de Camará.

Para Berkes (2005: 49), no caso de “recursos de uso comum”, todos os envolvidos usufruem de determinados recursos. O bem comum usado por todos os(as) pescadores(as) de Camará são os recursos pesqueiros do território pertencentes à vila, porém a individualidade dá-se quando há a exclusão do outro quanto ao direito de utilização de um curral que não lhe pertence, seja da comunidade ou de fora dela. O território de pesca da vila pertence a todos, porém cada um tem seu curral de pesca, o que pode ser benéfico se considerarmos a gradual baixa de recursos pesqueiros apontada nesse estudo, pois, “caso não haja exclusão no uso de recursos escassos, o esgotamento é inevitável” (Berkes 2005: 56).

Adomilli (2009) também ressalta a cooperação entre pescadores de São José do Norte (RS) e suas relações de cordialidade, contudo, essa cooperação se limita à terra, não sendo praticadas totalmente no mar. Nesse caso, a individualidade se dá entre os barcos com mestres de pesca mais novos e barcos com mestres de pesca mais velhos. Nas conversas ao rádio comunicador, os mestres mais novos ocultam informações dos mais velhos sobre onde há peixe, por exemplo. Nesse caso, há a quebra da regra de avisar onde há cardume para que todos possam lucrar juntos. Só avisam depois que pescam tudo no local, não deixando nada para os demais. Os mestres mais velhos passaram a adotar a mesma estratégia. No mar, a ajuda mútua ocorre “se algum barco se encontrar em apuros”, por isso mantém a comunicação, porém a conversa sobre os cardumes é velada (Adomilli 2009: 110).

Apesar da área do rio Camará entre a Vila de Camará e a Ilha do Paraquembal ser área administrada pela Marinha brasileira, comumente conhecida como Área de Marinha, há muitas décadas é ocupada por pescadores(as) locais, o sr. Domingos Martins (meu avô, em memória) foi um dos primeiros a pescar naquela região como curralista, segundo dona Maria José Ferreira Assunção.

O território de pesca é definido pela proximidade com a sua margem e pelo tempo de ocupação do curral. Por exemplo, se um curral estiver no rio Camará em uma ‘croa’ mais próxima da Ilha de

Paraquembal, acertadamente pertence a um morador da Ilha de Paraquembal e não da Vila de Camará devido ao critério de proximidade.

Cordell (1989), a partir de seus estudos no Sul da Bahia, entende a apropriação em áreas estuarinas da seguinte forma: “A pesca em estuários é considerada como de livre acesso no Brasil. No entanto, isso não impediu que os beirados desenvolvessem suas próprias “Leis do Mar” e concebessem reservas particulares nas áreas de uso comum.” (Cordell 1989:1).

A ocupação da área de ‘croas’ pelos curralistas da comunidade de Camará se deu ao longo dos anos e os levou à demarcação e posse desses pontos de curral. Normalmente, eles são passados de pai para filho ou entre os familiares próximos. Esse ciclo familiar de trabalho é quebrado quando o proprietário vende seu ponto para um não parente. Em uma variante dessa mesma situação, o ciclo de posse de pontos por pessoas da comunidade de Camará é interrompido com a venda de um ponto para uma pessoa de fora da vila, como é o caso do sr. Wilson Pinheiro, que mora em Bacuriteua, mas tem seu ponto de curral de pesca na Vila de Camará.

Não é comum a venda de pontos de curral para pessoas de fora da comunidade de Camará, porém no caso do sr. Wilson Pinheiro é importante ressaltar que, embora atualmente seja da comunidade de Bacuriteua, além de possuir ótima relação com as pessoas da comunidade do Camará, também foi morador dessa comunidade por um longo período, o que facilitou a compra de seu ponto de curral sem nenhum tipo de questionamento e/ou impedimento. Assim, ele se desloca cerca de 4 km de Bacuriteua ao rio Camará, isso ocorre duas vezes por dia, de acordo com o movimento das marés, para realizar a despesca. Ele comprou seu ponto de curral no rio Camará pelo valor de R\$ 2000 em 2018. Na transição para o ano de 2019, ele foi um dos maiores pescadores da região no sentido de ter conseguido atingir quantidades de captura de pescado há muito tempo não vistos na região, o que segundo ele deve-se à sazonalidade, ao ponto e *ao marcador* que posicionou seu curral de pesca.

A dimensão dessa demarcação pode ser observada na fala do sr. Wilson Pinheiro: “meu curral é no Camará”. A referência a Camará não corresponde apenas à ‘croas’ dentro do rio Camará, mas à Vila de Camará, à comunidade ou ao agrupamento de pessoas, essa demarcação vai além da questão geográfica, estendendo-se à vila e ao rio. O mesmo tipo de afirmação acontece com proprietários de ponto de curral de pesca de Camará quando estão em outra localidade, eles dizem: “– Meu curral é lá no Camará”.

2.2.2. Tipo de curral recorrente em Camará

Em seu artigo “Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional da Amazônia - Zona do Salgado – Pará”, Nery (1995) demonstra vários formatos de currais pertencentes à região do Salgado marapaniense, dentre eles estão o “Curral Caçoeira ou Enfia”, “Curral Coração” e “Curral Cachimbo ou Meia-Lua”. Muitas conversas com pescadores(as) da região levaram a crer que esses três tipos são os únicos usados pelos(as) pescadores(as) da área. O formato de curral utilizado a partir da Vila de Camará é conhecido como caçoeira ou enfia. Nas ‘croas’ visitadas no rio Camará não foi avistado outro modelo de curral.

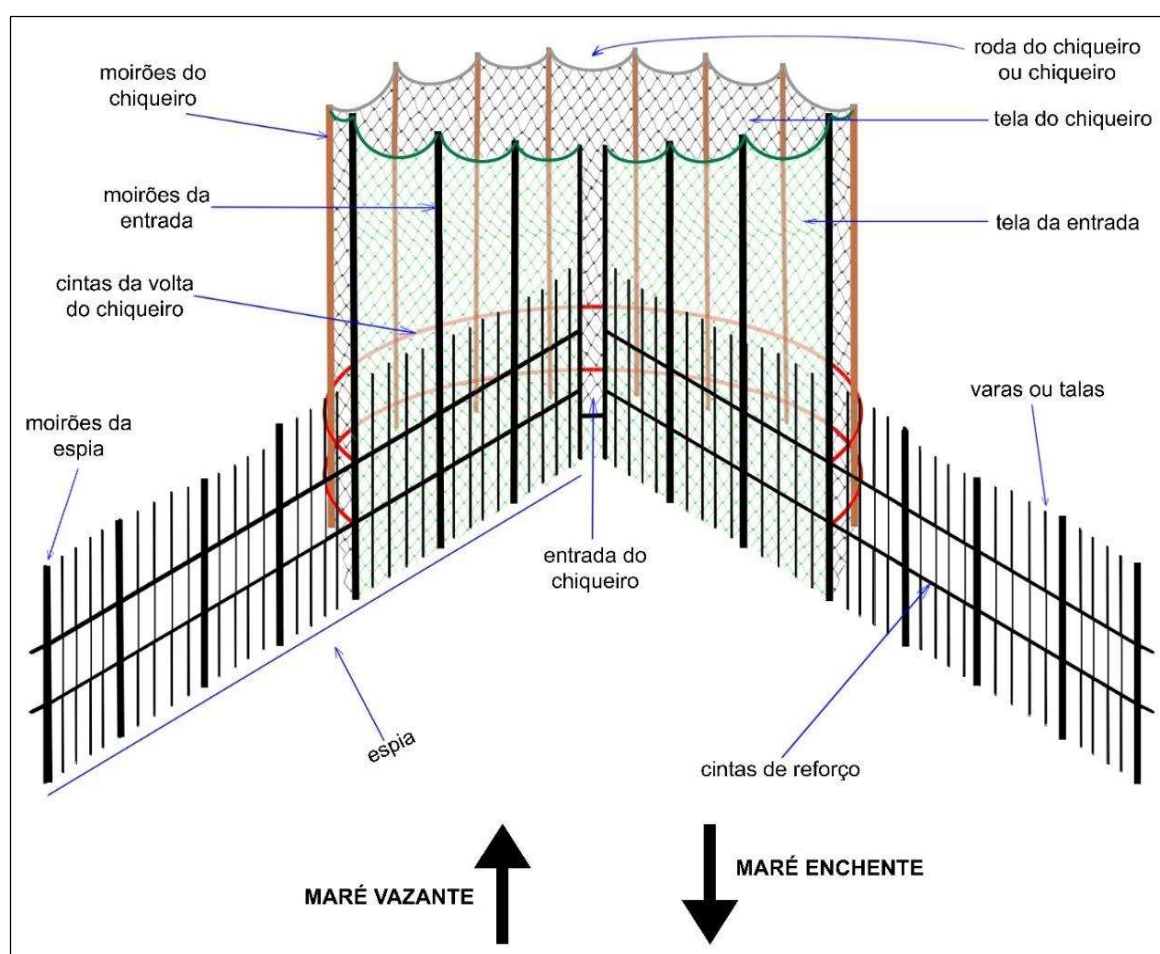


Figura 28 – Ilustração de Curral Caçoeira a partir de observação. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).

Em “Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional”, Maneschy (1993) também faz uso dessas mesmas denominações. Essa autora aponta que as “características geográficas” da Costa Norte nos municípios de Marapanim, Bragança e São Caetano de Odivelas são altamente propícias para este tipo de pesca, pois os terrenos abaixo dos

curtos de água (“meandros”) são demasiadamente planos e com a formação de “baixios” (*croas*/bancos de areia) próximos às margens dos rios. Tais condições caracterizam a costa paraense como uma costa composta por “rias”, ou seja, por caminhos de cursos de água, ou ainda “vales fluviais invadidos pelo mar” (Maneschy 1993: 54; El-Robrini *et al.* 1992).

Wilson Júnior Silva Saraiva, 20 anos, é filho do sr. Wilson Pinheiro, possui dois irmãos mais novos e juntos auxiliam o pai no trabalho da despesca do curral da família, e a mãe no beneficiamento do pescado. Para manter um equilíbrio entre trabalho e a escola, eles se revezam nas atividades de pesca para poder adequar com os horários das aulas.

Em uma conversa informal com o filho mais velho, Wilson Júnior, perguntei se ele poderia fazer um desenho de um curral de pesca com base no curral do seu pai, para agregar ao estudo. Tive curiosidade em saber como ele poderia perceber e reproduzir algo que lhe é tão familiar, mas que pudesse ser visto por ele de outra forma que não a da rotina de trabalho, um incentivo à visualização da parte técnica do curral, que talvez pela sua pouca idade, não dê tanta importância. Ele então respondeu que achava muito difícil executar tal tarefa dada sua pouca habilidade com a confecção de desenhos. Logo, com o intuito de lhe familiarizar com um desenho de curral para que ele pudesse tomá-lo como base para construir o seu próprio, lhe apresentei um esquema de curral de pesca em formato caçoeira elaborado por Maneschy (1993) em ângulo visto de cima (Figura 29).

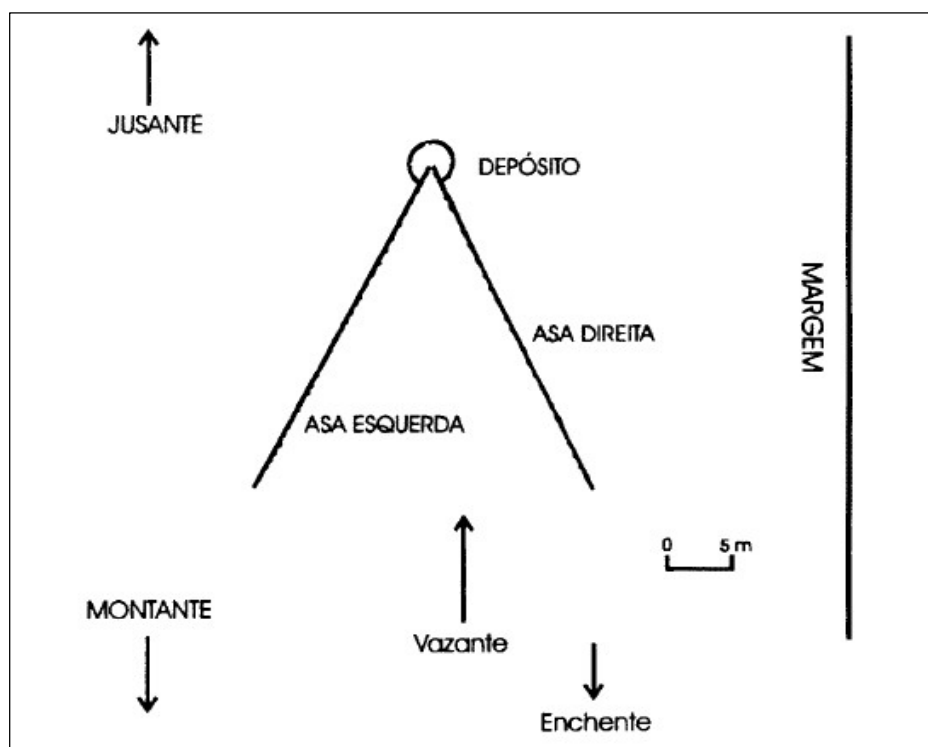


Figura 29 - Esquema de curral caçoeira visto de cima. Fonte: Maneschy (1993).

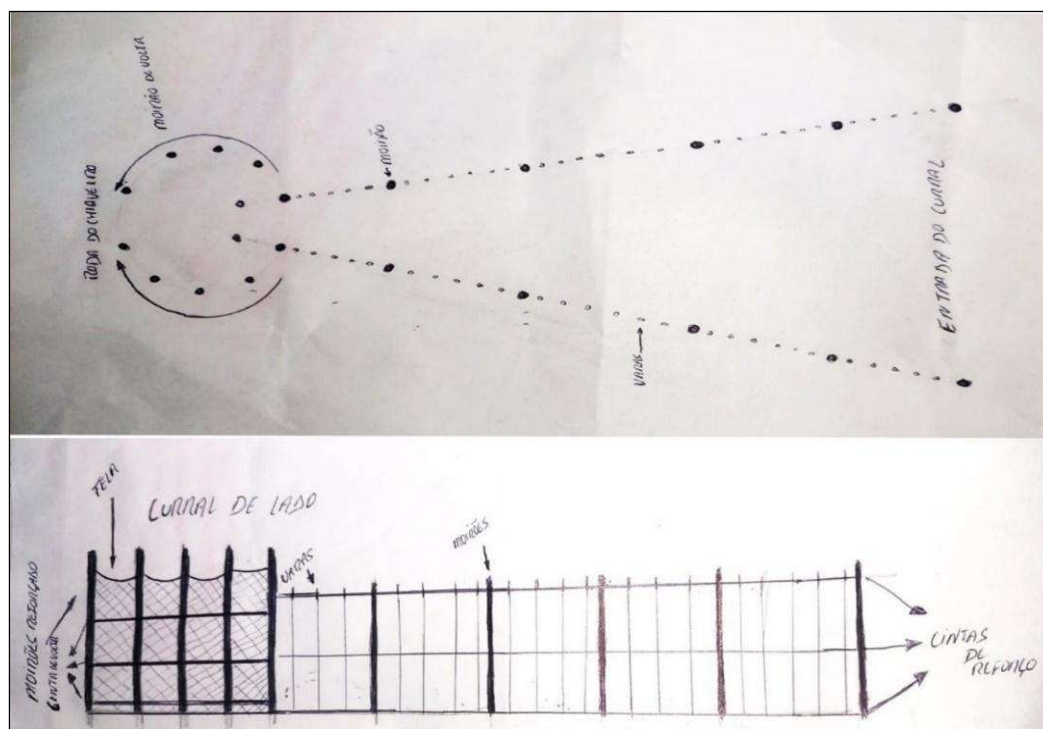


Figura 30 - Curral caçoeira desenhado por Wilson Jr. Foto: Ewerton Tuma Martins (2023).

É perceptível que Wilson Júnior, ao se deparar com a figura 29, a usou como molde para a reprodução do curral do seu pai, visto de cima, porém, ele foi mais além de um único desenho, pois não somente reproduziu uma imagem de curral vista de cima, como também se sentiu à vontade para ampliar a informação agregando um desenho com uma visão lateral do curral de pesca a partir de suas memórias (Figura 30).

O sr. Sebastião disse que em suas passagens pelos municípios da Zona Bragantina: Viseu, Fernandes Belo e proximidades, identificou os mesmos formatos de curral usados na vila de Camará, porém com a predominância do formato de curral de enfia/caçoeira, mesmo formato do seu curral em Camará.

Ao executar a despesca do seu curral, a qual pude acompanhar de perto, Sebastião tanto armazena os peixes capturados, quanto também faz a limpeza das partes da armadilha retirando galhos e folhas trazidas pela maré e que ali ficam presas. Ele conta que no período do verão, a safra é pouca se comparada ao período do inverno e que o pescado apreendido naquele dia “dá para a boia”, ou seja, para o consumo dele e de sua família em duas refeições, um almoço e um jantar. Nessa despesca em questão, ele capturou peixes variados como gó, bagre, pratinheira, bandeirado e liro, sendo este último desprezado por não fazer parte da dieta alimentar local³², apesar de proporcionar benefícios

³² Liro é também conhecido na região como cinturão, peixe-espada e timucu.

nutritivos, pois é “a espécie que apresentou maior teor proteico” dentre 13 espécies pesquisadas (Dos Anjos e Tomita 2016: 5).

Ao participar de uma despesca do curral do sr. Sebastião, ajudando mesmo que minimamente a deslocar a canoa até o córrego, ao retornarmos à terra firme, ele me ofereceu uma quantidade considerável de peixes como recompensa por meu trabalho. Rapidamente recusei por não achar justo, considerando minha pouca participação como pescador e maior permanência como etnógrafo durante o trabalho de despesca de curral. Logo, ele me disse que seria uma desfeita se eu não aceitasse, sendo assim, aceitei. Nesse momento entendi perfeitamente o sentimento de ser justo ao pagar um “companheiro de trabalho”, percebi que essa rara noção de hombridade que parece estar ficando fora das dinâmicas de diversos trabalhos, estava ali presente na pesca artesanal.

Sobre essa partilha descrita acima e ainda como no caso dos companheiros, no estudo de Maldonado (2000) sobre a pesca artesanal no litoral da Paraíba, a autora conta que pescadores paraibanos, e ainda baianos e canadenses veem o mar como um “meio imenso” que os leva a crer na importância da cooperação e solidariedade entre os pescadores mediada por uma “ética de igualdade que decorre em grande medida dessa natureza da produção do mar” (Maldonado 2000: 97).

Eu, ao receber uma quantidade razoável de peixes do sr. Sebastião, considerei o estudo de Silva (2000) sobre a pesca de mar na modalidade de lanço à sorte em Piratininga (RJ), em que os trabalhadores realizam a partilha do pescado de acordo com a função desempenhada por cada um que trabalha “em torno do objetivo comum: a pesca” (Silva 2000: 86). Nesse sentido, considerei este estudo estar também objetivando o bem da pesca.

De modo geral, a pesca no Camará “nos seus tempos áureos, anos 1970, 1980 e 1990, no auge da pesca”, atendia a própria comunidade, o distrito de Marudá, Marapanim, pequenas comunidades próximas, região de água doce de Marapanim, Castanhal e Belém, mas hoje atende a comunidade, Marudá, Marapanim e comunidades próximas, quando em tempos de safra, que são normalmente no inverno, nos meses de janeiro a, no máximo, abril.” (Informação verbal de Lidianne Galvão, 2024).

Sebastião diz que existe hoje uma redução bastante considerável na quantidade do pescado disponível em Camará se comparado há algumas décadas. Para ele, isso se dá pelo aumento populacional não só na Vila de Camará, mas em toda a região do Salgado marapaniense, o que resultou no aumento tanto de pescadores como também de consumidores do pescado local.

2.3. Pesca artesanal na Praia do Crispim

A Praia do Crispim é uma das que compõe o conjunto de praias da região do Salgado marapaniense, sendo visivelmente uma das mais extensas. Nela, pescadores tradicionais da comunidade de Bacuriteua ainda praticam a pesca em modalidades que basicamente se dividem em duas: a pesca de escora e a pesca de rabiadeira, onde essa última é a mais predominante entre as duas. Posteriormente, identifiquei a pesca de malhadeira de rede 25mm, que também é realizada no local em modo de arrastão na beira, sem canoa, não sendo ela tão recorrente na Praia do Crispim quanto nas anteriormente citadas. Importante ressaltar que além dos moradores de Bacuriteua, pessoas de outras comunidades se deslocam até a Praia do Crispim para praticar a pesca do pescado, dito isso posso citar ao menos os moradores das comunidades de Retiro e Cafezal.

2.3.1. Pesca de escora

A pesca de escora é uma das técnicas de pesca praticadas por pescadores da comunidade de Bacuriteua e a qual pude acompanhar, participar e observar as dinâmicas da atividade. Para a pesca na qual participei foi utilizada uma rede de pesca de aproximadamente 60 metros de comprimento por 2 metros de altura, possuindo nas extremidades da sua largura boias e pesos de chumbo/chumbadas e nas extremidades do seu comprimento fixados pedaços de madeira.

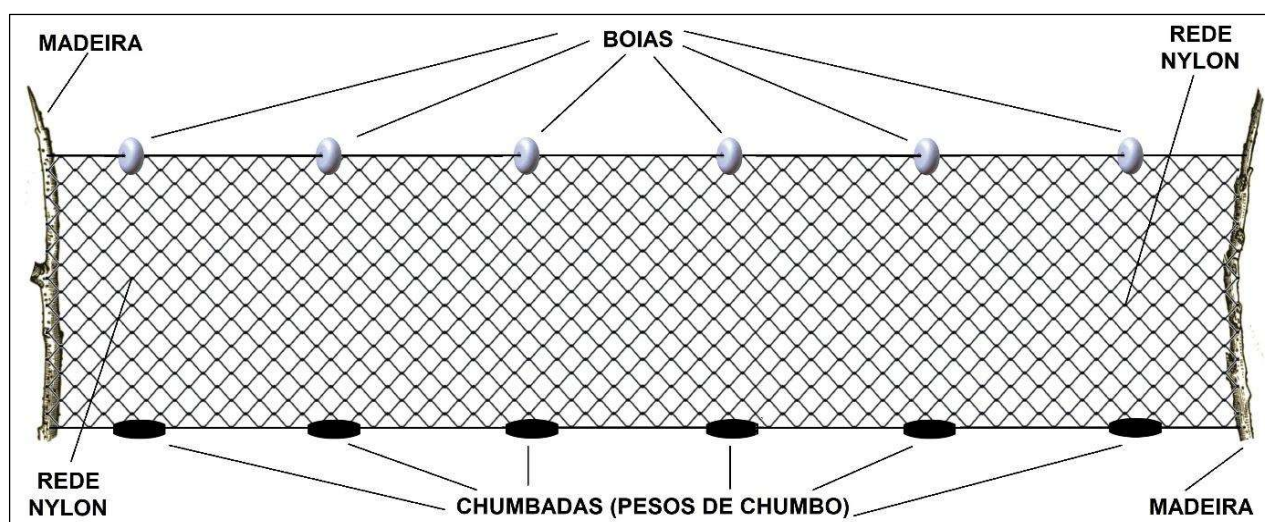


Figura 31 - Imagem ilustrativa de pesca de escora. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).

Para descrever as dinâmicas dessa atividade, vou utilizar minha experiência em participar desta pesca na companhia de dois interlocutores desse estudo, o sr. Márcio Negrão e o sr. Javan Leão,

que moram na Vila de Bacuriteua, situada a cerca de 5 km de distância da Praia do Crispim, ambos muito experientes em seus trabalhos.

Chegamos à Praia do Crispim por volta das 22 horas munidos de um terçado, uma faca, duas cordas de pouco mais de 1 metro, não muito espessas, uma lanterna, um frasco com uma mistura à base de óleo diesel para proteger dos maruins (*Ceratopogonidae*), uma rede de pesca preparada com as boias, chumbadas e um saco de ráfia de aproximadamente 60cm x 100cm para armazenar os peixes capturados. Márcio Negrão tirou da mata dois galhos secos, porém fortes, para fixar nas extremidades do comprimento da rede, como uma escora, por isso o nome “pesca de escora”.

Não chegamos num horário aleatório, mas no horário determinado pela vazante da maré, pois para esse tipo de pesca é necessário que a maré esteja iniciando o processo de recuo das águas em direção ao mar de fora e assim acalmando o movimento das ondas na beira da praia. Meus interlocutores optaram por pescar à noite, pois como não havia lua, eles diziam ser mais abundante a pesca. Ambos concordaram que na pesca de escora na Praia do Crispim, quanto menor for a claridade no ambiente, maior é o número de peixes capturados em rede, pois para eles o reflexo da luz do dia e da luz da lua na rede de nylon na água afasta uma parte considerável dos peixes.

Com a rede totalmente montada (Figura 31), Márcio Negrão fixou a madeira de uma extremidade na areia na entrada da água e eu fiquei a apoiando para não correr o risco de a maré a derrubar, as ondas ainda estavam relativamente fortes apesar de a maré estar já vazando. A outra extremidade da rede foi levada pelo sr. Javan Leão, mais para dentro da água até onde ele ainda conseguia não ficar totalmente submerso. Com a rede esticada e segura por mim e por Javan, a parte das chumbadas submersas e a parte das boias flutuando, Márcio saiu com o saco de ráfia recolhendo já alguns peixes que rapidamente prenderam-se na rede.

A ação toda resume-se em usar duas escoras nas extremidades da rede e a conduzir pela maré e, quando esticada totalmente, ficar um tempo parado aguardando que os peixes se prendam na rede, após um determinado tempo, é feita a despesca, enquanto duas pessoas seguram as extremidades da rede, uma terceira pessoa executa a retirada dos peixes presos.

A Praia do Crispim, no momento da vazante, chega a um ponto em que a profundidade da água se mantém praticamente nivelada por quilômetros, é uma característica de algumas praias da região, isso fez com que continuássemos seguindo em direção ao mar de fora acompanhando a secagem de maré sem ondas por algumas horas e com a água na altura da cintura e sempre baixando cada vez mais, deixando um deserto de areia molhada de alguns quilômetros a qual tivemos que retornar carregando os peixes capturados e o material de pesca, com exceção dos galhos que serviram

como escoras que foram deixados na maré. Os postos de trabalho foram se alternando ao longo da atividade, desde quem recolhia os peixes, segurava as escoras até o retorno onde sempre dois carregavam os peixes e um carregava a rede de pesca.

Todo o processo que envolveu essa pesca de escora desde os preparos iniciais para a nossa saída da Vila de Bacuriteua até o nosso retorno a ela, durou em torno de 5 horas de trabalho. Conseguimos encher o saco de ráfia com uma variedade de peixes como gó, pratinheira, bagre, lito e arraia. Ao chegarmos à casa do sr. Javan Leão fizemos a partilha em partes iguais, sempre mantendo a cordialidade.

2.3.2. Pesca de rabiadeira

A pesca de rabiadeira é uma das mais presentes na Praia do Crispim. Ela consiste em esticar uma panada de rede de pesca de aproximadamente 20 a 40 metros de comprimento por 2 a 3 metros de largura, segundo o sr. Javan Leão. Essa rede não possui boias ou chumbadas e é estendida na areia exposta da praia durante a maré seca e presa por pedras somente nas extremidades do seu formato retangular. Essa rede vai ficar totalmente submersa quando a maré encher e estará a uma distância que fique atrás da arrebentação das ondas quando essas se formarem, para assim melhor proteger a rede dos impactos. Por estar presa somente nas extremidades, o fluxo das águas no momento da maré a encher movimentam o meio dessa rede, aumentando seu campo de atuação e fazendo com que vários peixes fiquem presos ali. Esse movimento é denominado pelos interlocutores como “o meio da rede estar rabiando”³³.

Esse tipo de pesca resume-se a colocar a rede presa em pesos de fixação em posição de total contato com o chão durante a maré seca, quando a maré enche e o seu volume cobre o ponto onde está a rede, o movimento das águas a impulsionam, tirando-a do chão, deixando-a com o seu meio flutuando ao movimento da maré enquanto as extremidades ficam presas pelos pesos. Nesse “meio” flutuante é que os peixes se prendem (Informação verbal de Javan Leão, 2022).

³³ Segundo o dicionário em idioma português-brasileiro, “Rabiar” é um verbo intransitivo que significa assanhar-se, enfurecer-se, irritar-se, impacientar-se. Essa definição pode inicialmente indicar num sentido metafórico a associação do nome da atividade relacionando-a a movimento. Fonte: <https://www.dicio.com.br>.

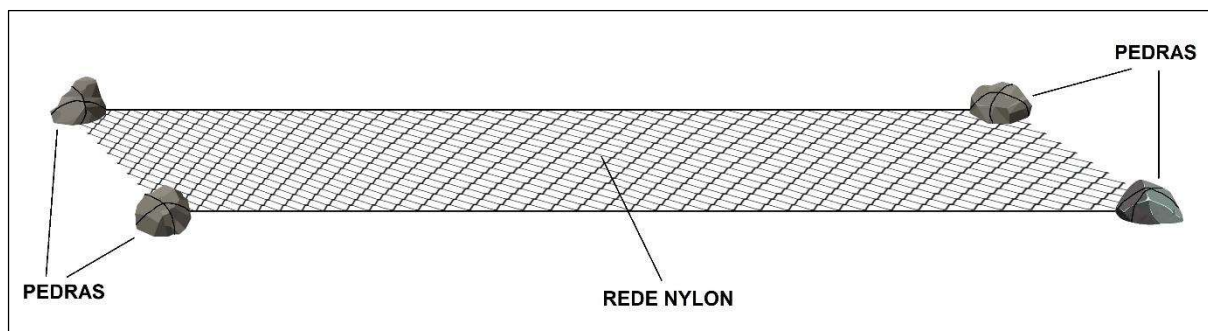


Figura 32 - Imagem ilustrativa de pesca de rabiadeira. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2023).

Outra situação que me parece mais conveniente quanto ao nome “pesca de rabiadeira”, associada a movimentos variados, é a atividade recreativa de soltar pipas. A composição de uma pipa em muitos lugares do Brasil tem nomes variados, inclusive chamando a peça que dá estabilidade no seu voo de “rabiola”³⁴, mas que em muitos municípios do estado do Pará, essa peça é popularmente conhecida como sendo o “rabo da pipa”, logo, quando uma pipa a perde em pleno voo fica desprovida de estabilidade, voando descontrolada em todas as direções, se diz então que essa pipa está “rabiando”. Na região do Salgado marapaniense, o verbo “rabiado” também está associado a movimentos descontrolados impulsionados por uma força externa.

O sr. Caíto pratica a pesca de rabiadeira na Praia do Crispim há vários anos. Sobre seu conhecimento a respeito do posicionamento da rede, ele conta que usa dois tipos de posições em suas rabiadeiras: uma em conformidade com todos os demais pescadores do local, estando atrás da arrebentação das ondas; e a outra, que contraria os demais pescadores, e que segundo ele rende várias críticas, pois a rabiadeira fica posicionada justamente na arrebentação das ondas e por conta disso necessita estar muito mais bem presa às demais para suportar os impactos.

O interlocutor garante que por diversas vezes tem um rendimento maior do que as redes que ficam atrás da arrebentação, pois os peixes costumam variar suas movimentações e assim ele pode cobrir um perímetro maior. Esse aprendizado ele teve com pescadores da Ilha de Dom Pedro, nas mediações da vila de Camará. Essa troca de informações é importante, pois demonstra a rotatividade do conhecimento que se compartilha entre os pescadores artesanais, bem como a aceitação do experimento de novas técnicas por parte de alguns.

Muitos que realizam a pesca na Praia do Crispim não objetivam um excedente de captura do pescado, normalmente buscam para consumo próprio, contudo, tanto na pesca de escura quanto na pesca de rabiadeira, há vários relatos sobre pescadores que armazenam o pescado, congelando-o ou

³⁴ <https://www.homify.com.br/diy/10289/como-fazer-pipa-de-sacola-em-15-passos-diy-pipa-de-plastico>.

salgando o excedente e que por mais que pareça pouco, em um período consideravelmente curto de tempo, juntam um montante significativo para venda, mesmo que tirando sempre uma parte para seu consumo próprio.

2.4. Captura do pescado no rio São José

O rio São José corta o manguezal próximo à vila de Bacuriteua, nele o sr. Caíto pratica a pesca de linha de mão e ainda a pesca de rede, sendo essa segunda a mais frequente. A prática da pesca de rede para ele consiste em uma ação em que, sozinho em seu barco, coloca a rede composta por malha, boias e pesos no rio e aguarda o tempo de recolher para ver o que conseguiu pescar e refazer o processo novamente. Essa atividade finda somente com a aquisição de uma quantidade satisfatória de pescado.

Nota-se que o termo igarapé se refere tanto aos braços de rio, como é o caso do rio São José, que é um afluente do rio Camará, como das áreas de reprodução das espécies, que são os limites que devem ser respeitados e que também são denominados de poços. Caíto esclarece que normalmente essa prática costuma atender ao consumo da família, mas que algumas poucas vezes sobra algum pescado para a venda. Nesse tipo de pescaria, ele evita pescar próximo aos poços e/ou igarapés, que segundo ele são áreas pertencentes ao estuário e destinadas à reprodução das espécies, demonstrando-se muito consciente sobre a conservação e a renovação dos recursos pesqueiros, sempre preocupado em ter seu sustento e de sua esposa garantido ao longo do tempo.

2.5. Extração de sarnambi

Os pontos de extração de sarnambi são áreas caracterizados pela presença de rochas. As áreas de extração estão situadas na beira dos manguezais na confluência dos rios São José e Camará, são localmente chamados de “pedras”. Esses espaços são utilizados comumente por moradores das Vilas de Bacuriteua e Camará.

Os interlocutores dessa pesquisa, ao falar sobre os caminhos até chegar nas rochas onde se encontra o sarnambi, revelam modificações na paisagem. Sobre as pedras, contam que no início da década de 1990, as formações rochosas eram semelhantes à formação de montanhas, não em dimensões, mas no formato, elas se destacavam na paisagem pelas suas elevações. Nos dias de hoje, o relevo antes observado praticamente desapareceu, tornaram-se rochas planas. As alterações nas rochas, segundo os entrevistados, se devem tanto pelas dinâmicas naturais de alteração da paisagem,

quanto às ações antrópicas ocorridas ao longo do tempo (Informação verbal de Márcio Negrão e Sebastião Lima em 2022).

Há cerca de 30 anos, conforme relatos, pouco se escavava para extrair o sarnambi, a quantidade coletada era suficiente para atender às necessidades dos moradores locais, além disso, o tempo de realização da extração era menor naquela época (Informação verbal de Márcio Negrão em 2022). Atualmente, o tempo para extração é muito maior e o sarnambi está cada vez mais escasso. Esses fatores inclusive sugerem a adaptação/alteração no instrumento de coleta do sarnambi, o gadanho, uma ferramenta adaptada para atender às novas práticas de coleta.

O gadanho é uma ferramenta tradicional, desenvolvida para escavar e extrair sarnambi sem atingir suas áreas de reprodução. Recebe o nome de gadanho, porém é uma adaptação do ancinho/gadanho usado em serviços agrícolas. O objeto por vezes também é denominado de gandanhe, após pesquisas realizadas em ambiente virtual, constatei que tal nome não pertence ao dicionário formal, indicando assim um neologismo por parte de alguns interlocutores desse estudo.

A figura 33 é uma demonstração do instrumento de captura para a extração de sarnambi há aproximadamente três décadas recriado pelo sr. Wilson Pinheiro, confeccionado somente em madeira e pregos e com tamanho aproximado entre 20 a 25 centímetros desde a extremidade, onde estão fixados os pregos, até a extremidade oposta. Seu formato possui garras que sugerem não necessitar de um rigor de fixação, indicando não haver dificuldade de manuseio nas antigas extrações devido às condições de abundância descritas anteriormente.



Figura 33 - Antigo gadanho de extração de sarnambi, aprox. 20 a 25 cm. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

A mudança na forma de extração com o gadanho para o uso de outras ferramentas por muitos extrativistas, visa aumentar a capacidade de extração em um período curto de trabalho. Todavia, segundo interlocutores(as) desse estudo, essa prática é nociva, uma vez que atinge as áreas de reprodução, inviabilizando boa parte da renovação dos recursos naturais. A prática adequada então seria o uso do gadanho, por não atingir essas áreas, mantendo, assim, o equilíbrio entre o meio humano e natural (Informação verbal dos interlocutores). Os gadanhos confeccionados atualmente por locais da Vila de Bacuriteua, se comparados aos que eram utilizados no início da década de 1990, apresentam mudanças consideráveis, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento de materiais usados para outros fins.

Abaixo, duas demonstrações dos atuais gadanhos utilizados para a extração de sarnambi, que além da função a que se destina, também preservam a mesma variação de tamanho dos antigos feitos de madeira, que é de aproximadamente 20 a 25 centímetros. É possível observar os corpos em PVC e alumínio, com três e duas peças de ferro constituídas por vergalhões de baixa espessura e acopladas às suas bases. Sua composição é feita basicamente por materiais de uso na construção civil, que é uma atividade que muitos extrativistas atualmente desenvolvem e que o uso de tais materiais para confecção de gadanhos também demonstra a inserção desses materiais no cotidiano local devido à crescente construção de casas na região, tanto residências fixas como de veraneio.



Figura 34 - Gadanho atual com corpo em PVC e aprox. 20 a 25 cm. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).



Figura 35 - Gadanho atual com corpo em alumínio e aprox. 20 a 25 cm. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Os gadanhos atuais sugerem terem sido adaptadas devido à escassez crescente do sarnambi ao longo dos anos. Os instrumentos são confeccionados com materiais relativamente leves e duráveis, o formato se adequa mais ergonomicamente às mãos e ajudam atualmente a executar a extração por muito mais tempo de trabalho do que há aproximadamente três décadas. Essas mudanças indicam adaptações e estratégias de sobrevivência para atender às necessidades dos pescadores e pescadoras. Porém, apesar das significativas alterações no gadanho, alguns catadores de sarnambi mais novos não têm noção dessas mudanças e se deixam levar pela utilização cotidiana sem perceber que a mudança na forma do material está ligada à sua subsistência e bem-estar.

O sarnambi retirado nas pedras pelos moradores de Bacuriteua tem destino certo: primeiramente atende às necessidades familiares, mas posteriormente tem a maior parte destinada à venda na própria comunidade ou para turistas que têm casas de veraneio em Bacuriteua. A venda é feita pelos próprios moradores não havendo atravessador, até 2021 o litro, ou seja, uma medida utilizada localmente que equivale a aproximadamente 300 gramas da carne do sarnambi, sem a concha, estava custando em torno de R\$ 25,00. Lidiane Galvão, moradora de Bacuriteua e proprietária de um pequeno restaurante na vila, é uma das interlocutoras deste estudo e conta que em 2024 o preço do quilo do sarnambi tem atingido níveis nunca antes vistos, por conta da escassez do molusco nas pedras devido à extração inadequada.

“O sarnambi está muito escasso. Lá nas pedras, além do pessoal do Bacuriteua, muita gente tirava para abastecer Marudá, Camará e outros lugares. Eles tiraram tanto em 2021 que acabou com berçário, não tem sarnambi mais em quantidade como antes, eles estão bem pequenos ainda, estão se renovando, então tá em falta. Quando tem alguém vendendo sarnambi estão oferecendo o quilo a R\$ 80,00. Para o nosso negócio aqui do restaurante não é vantagem, pois pra gente tirar um lucro teria que vender uma porção pequena de sarnambi a R\$ 40,00 e o pessoal não vai querer pagar esse preço. Quando o sarnambi esteve muito bom mesmo de quantidade, você chegava a comprar um quilo por até R\$ 25,00 ou R\$ 30,00, mas agora a média é de R\$70, R\$80 a até R\$85,00.” (Entrevista com Lidiane Galvão, 2024).

Lidiane Galvão também é professora de Geografia na rede municipal de ensino e esposa de um pescador que lida com atividades tradicionais. Suas dinâmicas em relação a pesca artesanal e o beneficiamento do pescado serão mais aprofundadas no tópico 2.8 sobre o papel das mulheres na pesca.

Termino este tópico ressaltando a importância da utilização dos gadanhos para a extração do sarnambi como forma de viabilizar a renovação deste recurso, pois seu uso não atinge as áreas onde os moluscos mais jovens ainda estão em fase de crescimento, deste modo enfatizo também que o uso de enxadas e enxadecos para a realização de tal extração é altamente inadequada por atingir as áreas de reprodução dos sarnambis.

2.6. A extração do turu

O turu (*Neoteredo Reynei*) é um molusco que tem semelhança a um verme e que é comumente encontrado nos manguezais da região do Salgado marapaniense. Sua cabeça possui dentes que ele usa para cavar os troncos de árvores do manguezal caídas por ação natural como ventos e o próprio peso dessas árvores no solo do manguezal. Essas árvores são conhecidas como mangueiros, e quando caem, ou ficam temporariamente submersos com a maré alta estando visíveis na maré baixa, ou em contato direto com a água quando caem diretamente nos córregos. Nesses mangueiros, os turus formam as suas colônias se alimentando da madeira que cavam.

Em toda a região do Salgado marapaniense, o turu é famoso por sua alta concentração de ferro e outras vitaminas, indicado como energético, afrodisíaco e para doenças pulmonares. De acordo com Figueiredo (1994: 89) “a sopa feita com esse molusco é usada contra a anemia e a tuberculose”. Sua carne é comestível e pode ser consumida na forma crua, acompanhada com limão, sal, pimenta e farinha; ou cozida em forma de sopas com temperos diversos.



Figura 36 - Turu sendo extraído de tronco de mangueiro. Fonte: <https://todososfatos.com.br/turu-uma-iguaria-exotica-do-mangue/>

A comunidade de Bacuriteua tem moradores que fazem a extração do turu. Márcio Negrão é um deles. Pude acompanhar uma extração feita por ele, seguindo na estrada do Bacuriteua no sentido do rio Grande, igarapé famoso na região. O manguezal nessa área ladeia a estrada, chegamos ao ponto exato onde havia um mangueiro caído há bastante tempo, então entramos no manguezal munidos de uma panela e um machado para realizar a extração. Márcio Negrão monitora alguns mangueiros caídos no manguezal, ele tem um tempo aproximado para que o turu esteja adequado para consumo.

“O mangueiro bom tem que cair sozinho, estar verde por dentro, daí é que tem os turus bons, do grosso, só dos graúdos. Às vezes leva uns dois a três anos pra um mangueiro caído ficar bom, às vezes até quatro anos quando tem o tronco muito grosso. Tem turu que dá em galho podre caído no mangal, mas esse não presta, é turu de macaco, turu fino e sem gosto. É chamado assim porque os macacos no mangal quebram esses paus pra comer o turu de dentro, como eles não tem machado nem força, só podem comer esses mesmos. O melhor turu é tirado no tempo do verão, que as águas tão bem salgadas, esse turu tem sabor. O turu tirado no tempo do inverno fica insosso, sem sal, sem gosto.” (Entrevista com Márcio Negrão, 2022).

Márcio Negrão explica que como é uma atividade desgastante: cortar os mangueiros para realizar a extração do turu, ele não é vendido para atravessadores e normalmente é tirado por encomenda, o seu preço pode variar de duas formas: o litro do turu sujo, com a madeira que consumiu, lama de mangal e cabeça por R\$ 15,00; e o turu limpo, somente a carne a R\$ 30 reais. É uma produção não sazonal, sujeita tanto ao acaso da natureza quanto à queda das árvores. Requer um deslocamento muito grande e muita força física para quem quer se aventurar no manguezal em busca de mangueiros

com colônias de turus. Por conta dessa dificuldade, o preço por vezes tende a subir também para R\$ 20,00 o litro do turu sujo, e R\$ 35,00 do turu limpo. Cada pescador/extrativista sabe da sua dificuldade e isso faz variar o preço. No inverno, o preço tende a ficar nos valores iniciais de R\$ 15,00 e R\$ 30,00 por conta da considerável perda de sabor.

2.7. A catação do caranguejo-uçá com o gancho

Para Bezerra (2018), refletir sobre um objeto não desenterrado diretamente do solo, mas das memórias constantes nele serve para entender as dinâmicas que envolvem quem os utiliza.

Não podemos sustentar a ideia de que a história de diversos povos, hoje barbaramente ameaçados na Amazônia, está enterrada nos sítios, porque sabemos que ela está vazando para a superfície; *não são povos do passado, eles estão presentes*. Então, na Amazônia, é necessário deixar que a prática arqueológica, assim como o machado, vaze para o presente e seja impregnada por esses modos de conhecer o passado presente na superfície (Bezerra 2018: 56).

Outra ferramenta de catação é o gancho, o instrumento usado para a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). Essa prática do gancho não é comum para boa parte dos pescadores, pois fazem uso da técnica de retirada com o braço utilizando as mãos para captura. A catação de caranguejo é usada como renda suplementar, uma alternativa para aqueles que trabalham com a pesca do pescado nas comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego.

Márcio Negrão relata que desde a adolescência pratica no manguezal da vila de Bacuriteua a pesca de linha-de-mão, a pesca de escora, de rabiadeira e faz a catação de caranguejos, “no braço”, que é a técnica de captura onde se introduz o braço diretamente nas tocas sem a ajuda de nenhum tipo de ferramenta. Normalmente, Negrão faz a catação do caranguejo-uçá por encomenda vendendo em média a R\$ 1,50 a unidade. Ele ressalta ainda que no passado, os caranguejos eram diferenciados do que se capturam hoje:

“A gente descia aqui atrás no mangal e coisa de uma hora já tinha tirado o caranguejo do almoço e ainda sobrava pra vender se quisesse e era só do *graudão*. Tirava na mão e não fazia força. Quando o caranguejo estava andando a gente não pegava, mas quando não tinha nada, pegava só o da boia mesmo. Não vou dizer que não tem, mas agora se tu passar uma hora de tempo no mangal, malmente vai trazer o da broca e ainda vai ser do miúdo.” (Sr. Márcio Negrão, informação verbal, 2024).

Um caranguejeiro também experiente da região do Salgado marapaniense é o sr. Santo, 53 anos de idade e morador da comunidade do Novo Horizonte, no Ramal do Paixão, às proximidades da vila de Bacuriteua. Ao contrário de muitos(as) interlocutores(as) desse estudo, ele tem como

atividade principal a catação de caranguejo e a captura de espécies de pescado com linha de mão como atividade alternativa, principalmente nos períodos do defeso do caranguejo.

Como apontado anteriormente, ele não é morador de nenhuma das localidades estudadas, porém desenvolve seus trabalhos de extração nos manguezais que ladeiam o rio Camará, nas proximidades das comunidades de Bacuriteua e Camará. Ele não é um interlocutor direto desse estudo, porém seu relato foi bastante pertinente no que diz respeito à catação de caranguejos na região do Salgado marapaniense.



Figura 37 - Sr. Santo e o gancho de captura do caranguejo-uçá. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

A técnica de captura do *ucides-cordatos* pelo sr. Santo se difere da maioria dos extrativistas da região do Salgado marapaniense, pois utiliza a técnica do gancho para a extração. Esses ganchos são confeccionados pelo próprio coletor e, para ele, essa técnica é mais benéfica por extrair o caranguejo adulto das tocas mais profundas, assim deixando que os jovens possam se reproduzir e tornem-se maiores. A técnica usada pelo sr. Santo é descrita por Martins e Machado (2023) no artigo

“Perspectivas sobre a captura do caranguejo-uçá (*ucides Cordatus*) em Marapanim/PA: técnica do gancho”:

Conforme o extrativista, a captura de caranguejo-uçá com o gancho é descrita da seguinte forma: em 1., representamos o extrativista localizando a entrada da toca de um caranguejo adulto, nela coloca-se o braço para afugentar o caranguejo até a parte final da toca. A parte final da toca tem um formato diagonal com uma curva no final, após a curva segue na posição vertical; no item 2., o catador comprime o solo com o pé para evitar que o caranguejo saia da parte vertical da toca; em 3., é cavado um buraco na direção da parte vertical para possibilitar a entrada do gancho; no item 4., o interlocutor 1 insere a vara com o gancho até tocar levemente no caranguejo, depois disso posiciona o gancho com cuidado por baixo do crustáceo puxando-o para fora (Tuma Martins & Machado 2023: 113).

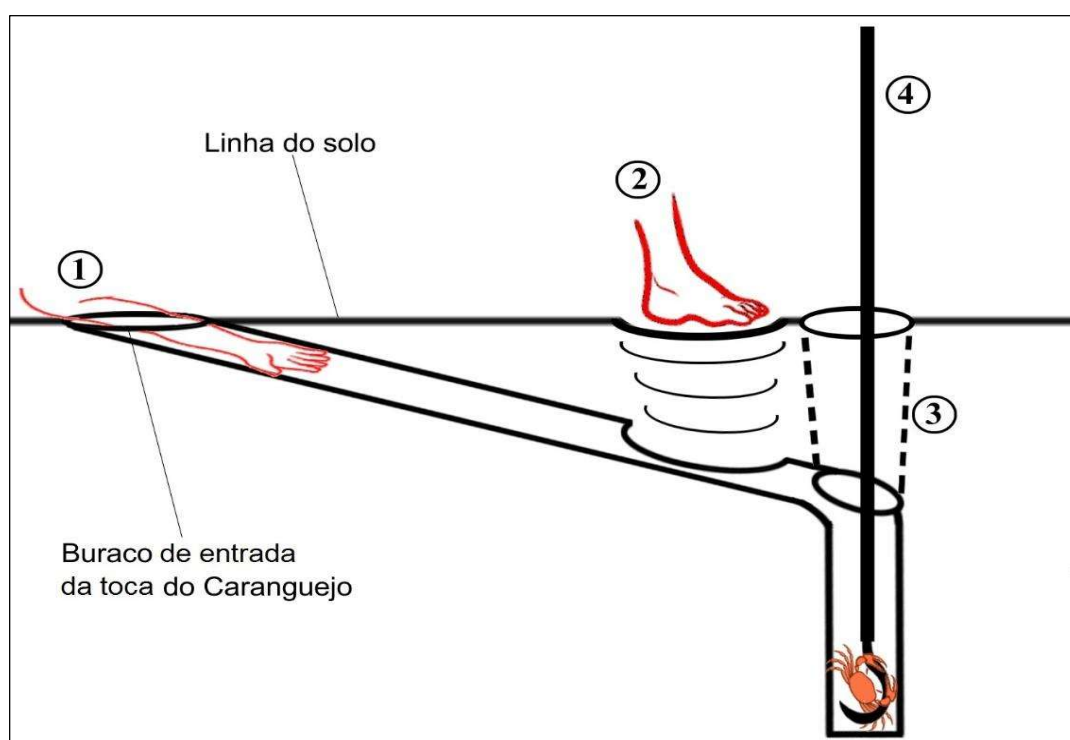


Figura 38 - Ilustração feita a partir dos relatos do sr. Santo. Elaboração: Ewerton Tuma Martins (2022).

Seu Santo também aponta que a década de 1990 como um marco no declínio na quantidade de caranguejos-uçá encontrados nos manguezais que trabalha. Ele atribui a redução dos estoques ao crescimento populacional desordenado e a muitos extrativistas que não se preocuparam com a renovação das espécies, catando os caranguejos jovens e também fazendo a captura durante o período do defeso para a venda. Preocupado com esse declínio, ele aposta na técnica do gancho, numa maior fiscalização e num trabalho educacional para conter essa redução.

Ele diz que nos dias de hoje, precisa sair de canoa, aportando em diversos lugares e passando até três dias e noites trabalhando para poder realizar uma boa catação tanto para consumo próprio

como para a venda. Venda que ele se orgulha em dizer que o seu preço de caranguejos por unidade é de R\$ 2,00, pois são caranguejos grandes, “graúdos”, que já lhe deram fama de caranguejeiro com produto de qualidade. Ele sai de bicicleta da sua casa no bairro do Novo Horizonte em direção ao centro do distrito de Marudá, uma distância aproximada de 3 km para vender seus caranguejos e mesmo antes de chegar ao seu destino, muitas vezes, já vendeu todos.

Foi verificado nesse estudo uma discordância quanto aos benefícios/mafeícios que as formas distintas de captura do caranguejo-uçá podem proporcionar, gerando entre os catadores que praticam a extração “no gancho” e quem faz a extração “no braço” um embate de opiniões. O catador do gancho sustenta a teoria de que seu método é mais eficaz por selecionar apenas os caranguejos adultos dando chance para que os mais jovens possam se reproduzir, quanto aos catadores do braço, cito Martins e Machado (2023):

O contraponto do uso da técnica do gancho dá-se por aqueles caranguejeiros que não fazem uso dela. Esses extrativistas realizam a tираção no braço e utilizam a mão para a captura do crustáceo. Conforme o extrativista de braço, em defesa do seu método de catação, destaca que a captura do caranguejo-uçá no gancho “acostuma o caranguejo a cavar mais fundo”, ficando impossibilitado de ser retirado no braço. Ressalta, ainda, que a tираção no braço é menos prejudicial quando comparadas às outras técnicas de extração, como o gancho e a redinha (Martins & Machado 2023: 116).

Demonstrar algumas mudanças nos estoques pesqueiros locais em um período de 30 anos, não só por meio de relatos orais, mas também pelo uso de objetos ligados diretamente às atividades dos pescadores/extrativistas locais é de fundamental importância para esse estudo no sentido de ampliar suas análises. Ideias opostas são necessárias para se discutir com maior profundidade os modos que os pescadores percebem suas atividades. Tanto a extração do caranguejo-uçá “no gancho” quanto “no braço”, são pontos que podem ser discutidos em reuniões do conselho gestor da RESEX-MAR Mestre Lucindo visando a troca de saberes entre os usuários/pescadores, objetivando propostas comuns de regulamentação da atividade com base nos saberes locais, buscando a colaboração dos gestores governamentais.

2.8. A pesca em embarcações no Sossego

A comunidade do Sossego fica localizada no distrito de Marudá, a aproximadamente 15 quilômetros da sede do município de Marapanim. Uma das características históricas dessa comunidade é a pesca artesanal, tendo sido essa a sua marca principal por muitas décadas. O sr.

Benedito Cunha de Melo, 61 anos, o seu Bené, é morador do Sossego desde seu nascimento até os dias de hoje. Ele conta que na região, “nos dias de hoje”, a pesca “está fraca” se comparada às décadas da sua juventude. Ao fazer tal afirmação, o sr. Benedito refere-se ao fato de atividade de pesca não mais representar a característica principal do lugar.

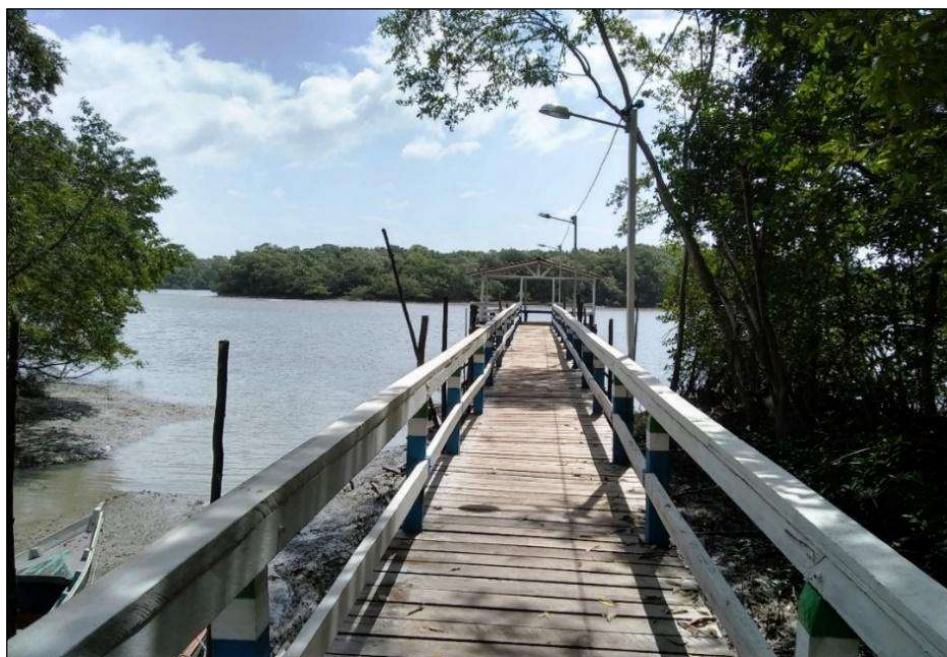


Figura 39 - Porto do Cuba – Sossego. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Atualmente, o Porto do Cuba ainda é um importante ponto da presença persistente da pesca artesanal na comunidade do Sossego. É de lá que pequenas rabetas, canoas descobertas motorizadas, e os botes, barcos cobertos a motor, saem para fazer o trabalho de pesca artesanal numa atividade que já foi muito rentável. As rabetas costumam voltar no mesmo dia após uma saída para a pescaria, enquanto os botes costumam transpassar a Baía de Marapanim e pescar no que o sr. Benedito chamou de “Canal do Navio”, quando contou um pouco da sua experiência nessa atividade e compartilhou as dinâmicas ainda remanescentes da pesca artesanal no Sossego.

“Eu comecei a pescar em 1980, 1981, e parei em 2018, era encarregado dos barcos que a gente saía para pescar, eu e mais três. No final, a gente dividia com o dono do barco. A gente ia lá fora no Canal do Navio que é onde passam os navios grandes para todo o lugar do mundo. Passava uns 8 dias no mar com 800 quilos, 1 tonelada de gelo para armazenar os peixes. A gente pegava gurijuba, cação, pescada branca e amarela e xaréu. A malha pra esses peixes grandes era de 18cm, rede grossa, *pescadeira*, rede que a gente carregava na mão e jogava no mar e depois puxava de volta. Se a gente ganhava uns 15 mil, tirava as despesas e dividia metade pro dono do barco que esperava em terra e a outra metade entre a tripulação. Eu, como era o encarregado, ganhava um pouquinho a mais pela minha responsabilidade.

Ainda é assim aqui no Sossego, só que hoje só tem uns três botes e umas rabetas dos colegas que ainda vão pra pesca no mesmo esquema, só o peixe que diminuiu muito. Tem muito barco de arrasto, a poluição dos rios, muita terra aterrando os igarapés, tudo isso diminui a quantidade dos peixes. Pescador hoje em dia tá em falta. Pra jogar uma bola tem muito homem, pra pescar não aparece um. Os meninos de hoje não querem saber, se os pais são aposentados ou os avós eles pegam uma pontinha e vão fazer outras coisas.” (Sr. Benedito Melo, informação verbal, 2024).



Figura 40 - Rabetas no Porto do Cuba. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).



Figura 41 - Bote no Porto do Cuba. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Sr. Benedito conta que em aproximadamente 35 anos, os botes também se modernizaram, pois segundo ele, “antigamente se jogava de 800 a mil braças de rede na mão”, mas que hoje os barcos usam suporte mecânico capaz de lançar ao mar até 10 mil braças de rede de um único bote (Informação verbal de Benedito Melo, 2024)³⁵. Tal descrição do sr. Benedito sobre o comprimento das redes de pesca lançadas ao mar manualmente corrobora com Barthem (1990), ao descrever o lançamento de redes de emalhar na pesca da piramutaba na “calha do rio Amazonas” na década de 1980 (Barthem 1990: 121).

O sr. Aldeni Ferreira informou em sua entrevista que existem classificações numéricas específicas para os diâmetros das malhas das redes de pesca usadas em botes e rabiadeiras, de acordo com as espécies de pescados. No período do inverno, para a captura de peixes como a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), pescada (*Cynoscion acoupa*) e dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), usam-se redes de nylon com malha n. 12, 18, 24 e 36. Para a captura de peixes no período do verão de junho a agosto, usam-se redes de nylon com malha n. 25, 30 e 40 para pegar gó (*Macrodon ancylodon*); e n. 50 e 60 para pegar corvina (*Micropogonias furnieri*) e serra (*Scomberomorus brasiliensis*).

Mesmo com a atividade de pesca artesanal na comunidade do Sossego sofrer com o crescente afastamento das pessoas de tais atividades, quem ainda trabalha na pesca nos botes e rabetas destina seu pescado para consumo próprio e atravessadores da própria comunidade e quando o inverno aumenta a quantidade das espécies de peixes, eles conseguem fazer uma venda maior no sentido de atender até mesmo a atravessadores de fora do município, conforme informação dada por Benedito Melo.

“O pessoal aí pesca mais pra comer mesmo, pra sobreviver, pesca pra broca deles. Quando eles têm um peixe a mais eles passam pros dois atravessadores daqui mesmo, o Mata Onça e o Japuca. Mas no forte da pesca mesmo, que é no inverno de janeiro até lá por abril, uns quatro meses de pesca boa, começa a dar a pescada, dourada, é que o pessoal daqui começa a distribuir pros marreteiros dos barcos que vêm de fora, do Marajó, Mosqueiro, esses barcos levam também pra Belém.” (Sr. Benedito Melo, informação verbal, 2024).

Tanto o sr. Aldeni Ferreira, quanto o sr. Benedito reafirmam que o Sossego já foi um importante ponto da prática da pesca artesanal executada por seus moradores na área do baixo estuário entre as Praias de Marudá e Crispim, no mar da costa e nos arredores da Ilha de Tamaruteua, mas que devido à redução e inconstância do pescado, as pessoas vêm se afastando da atividade há pelo menos

³⁵ Mil braças equivalem a 1.828,8 metros e 10 mil braças equivalem a 18.288 metros. Fonte: <https://convertlive.com/pt/u/converter/bra%C3%A7a/em/metros#600>.

três décadas. Tais dinâmicas que levam à redução constante do pescado e se assim continuar, até a sua extinção na região.

2.9. Mulheres antes, durante e depois da captura do recurso pesqueiro

Como foi mencionado no primeiro capítulo deste estudo, a Lei 11.959/2009, a partir das lutas dos movimentos sociais envolvidos, trouxe um novo texto que não limita a atividade de pesca somente à captura do pescado, mas também a todos os recursos que ela disponibiliza. Outro ponto fundamental dessa lei é que ela também abrange o trabalho desenvolvido em terra no beneficiamento dos recursos pesqueiros, trabalho esse que geralmente é desenvolvido por mulheres, assim as colocando na categoria justa de pescadoras e lhes concedendo direitos legais. Importante citar aqui que o trabalho das mulheres na pesca não está situado hierarquicamente abaixo do trabalho masculino, mas sim compondo uma cadeia produtiva horizontal não hierarquizada.

Quanto aos estudos científicos sobre as mulheres na pesca artesanal o trabalho de Edna Alencar é relevante, ele se inicia com a dissertação “Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na ilha dos Lençóis, MA”, mas inúmeros dos seus trabalhos até os dias atuais foram publicados sobre a pesca na região amazônica do baixo e médio Solimões.

Hodiernamente, Alencar atua como pesquisadora colaboradora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé/AM) sobre o manejo do pirarucu. Sua atuação é tão significativa para o projeto que o Instituto Mamirauá criou no ano de 2017 o “Prêmio Edna Alencar”, que valoriza o incentivo e a participação das mulheres na pesca artesanal. A antropóloga também está à frente da disciplina de Antropologia da Pesca no curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA-UFPA).

Destaco ainda os estudos de Denise Cardoso, que realizou pesquisa entre os anos de 1998 a 2000 em uma comunidade marapaniense, intitulado “Catadoras de caranguejo - uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo - Gurajubal/PA”. As demais produções da autora destacam a problemática ambiental, conservação, manejo e conhecimento de recursos ambientais com ênfase na pesca, além disso, focalizam a questão de gênero na pesca no litoral Norte da região amazônica. Os estudos da autora em Gurajubal, Marapanim, desvelam a divisão do trabalho dos extrativistas com membros de sexos diferentes nas famílias. Portanto, assim como as famílias de Gurajubal, a atividade de pesca em muitas comunidades de Marapanim envolve todos da família, tendo as mulheres participação importante na catação do sarnambi e no armazenamento e venda da polpa do caranguejo-uçá e de outros pescados.

Como ressaltou Freitas *et al.* (2015: 715) na pesca do caranguejo-uçá, que ocorre na Resex Maracanã³⁶, assim como ocorre no município de Marapanim, os homens dedicam-se à captura dos caranguejos, à “tiração” e as mulheres dedicam-se ao trabalho de “tiração” de turu e de sarnambi. Cabe também às mulheres a extração da massa do caranguejo, “um produto altamente comercializado em diversos municípios do estado e com maior demanda que o caranguejo inteiro” (Freitas *et al.* 2015:715). As mulheres auxiliam no trabalho dos maridos e ainda são contratadas por outros comerciantes para a produção de “massa de caranguejo”, sobretudo no período de veraneio, nas férias de julho, dentre outras funções, conforme será abordado neste estudo.

Acerca da dinâmica do comércio local do pescado e da farinha e a participação ativa das mulheres, dona Maria José Ferreira Assunção, 85 anos, ressalta que os(as) pescadores(as) de Bacuriteua antigamente se dividiam e atualmente, também, entre a captura do pescado, a fabricação de farinha e a venda dessa produção “em Marapanim”. Ela exemplifica citando meus avós paternos, Domingos Alves Martins e Bernardina Vilar Martins, popularmente conhecida como Bereca, ambos já falecidos:

“O tio Domingos pescava em muitos lugares, ele foi um dos primeiros, se não foi o primeiro a fazer barraca de pesca no Camará pra pescar, depois até morou lá um tempo com a tia Bereca e os 10 filhos, o mais novo depois até morreu afogado aí atrás no rio São José. No tempo que eles moravam aqui no Bacuriteua, a tia Bereca fazia farinha e salgava peixe e o tio Domingos ia pra praia pescar. Depois do peixe salgado e a farinha pronta, tia Bereca juntava tudo cedinho e saía por esse Ramal do Paixão andando com aquela ruma de menino na mão, uns doze quilômetros até Marapanim, deixava os meninos na escola e ia pra feira vender o peixe seco e a farinha no mercado.” (Entrevista com Maria José Ferreira Assunção, 2018).

A partir dessa narrativa posso notar a importante participação de mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal como membro de uma unidade de produção que é a família, o que, segundo a sra. Maria José, era uma das características marcantes de muitas famílias do Salgado marapaniense. O sr. Amado Negrão confirma essa característica ao se referir à sua esposa Orlandina Miranda Costa Negrão³⁷ como sendo seu apoio em terra enquanto estava na pesca e, principalmente, “apoio na vida toda”. O papel da mulher na pesca vai além de um simples “apoio”, o sr. Amado Negrão, ao usar o termo, teve a intenção de demonstrar o quão foi imprescindível e vital a participação da sua esposa ao longo de uma vida toda dedicada ao trabalho e à família.

³⁶ Localizada no estado do Pará, com território distribuído pelos municípios de Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas.

³⁷ Dona Orlandina Miranda Costa Negrão, “Tia Ciné”, como era conhecida popularmente na região, faleceu em 21 de julho de 2021 aos 89 anos.

Flor (2014: 31) em seu trabalho sobre as pescadoras do Sossego e a “fitoterapia popular”, destaca que a mudança da atividade de pesca para novas atividades, como a venda de artesanato e de remédios naturais, foi ocasionada pelo “declínio progressivo da pesca artesanal na região, buscaram na produção da comercialização de remédios artesanais, alternativas para cooperar com o sustento do lar”, pois, com a redução da atividade pesqueira pela falta de pescado, “as mulheres pescadoras passaram a conviver com vários problemas, entre eles: a queda da renda das famílias, a violência doméstica crescente decorrente do alcoolismo” (Flor 2014: 32).

Lidiane Galvão é professora de Geografia do ensino fundamental no distrito de Marudá, é moradora de Bacuriteua e esposa do sr. Adenilson Silva, conhecido como Bio. Seu marido é pescador tradicional na pesca do pescado, do siri, do camarão e do sarnambi. Juntos também são proprietários do bar/restaurante Ponto de Equilíbrio na comunidade de Bacuriteua. Sua visão é de que ela também é uma pescadora a partir do momento que ajuda o marido também no antes e depois da captura do pescado, inclusive quando ela também o acompanha na captura. Seu posicionamento corrobora inteiramente com a Lei 11.959/2009.

“Quanto à questão da pesca, a participação da mulher é um trabalho que não é visto pela sociedade. As pessoas associam a pesca ao homem, ao ato de ir lá na maré e pescar o peixe, só que a gente sabe que não é só ir lá, pescar e acabou, tem todo um trabalho antes, durante esse ato que é a pesca em si e tem todo um trabalho depois. Geralmente o trabalho do antes e depois quem realiza são as mulheres. Antes do Bio sair, na madrugada já tem uma garrafa de café pra ele levar pra barraca na praia que é nosso ponto de apoio, uma roupa adequada pra proteger ele, uma comida pra ele se alimentar, ao mesmo tempo já olhei se está tudo certo com a moto, porque a gente sabe que *rabiadeira* é um trabalho pesado, essa organização antes também é da mulher. Tem também os trabalhos depois que chega o peixe que é de limpeza e pesagem do pescado, limpeza do sarnambi. Quando é gó, corvina e dourada as mulheres fazem a filetagem desse peixe, fazem esse beneficiamento. Muitas mulheres até fazem a venda desse peixe, porque o marido tá de 6 em 6 horas ou de 12 em 12 horas na maré colocando rede, tirando rede, enquanto a rabiadeira tá pegando pescado ele tá aproveitando o tempo pra pegar camarão, siri. É uma rotina cansativa pro homem? É! Mas sem a ajuda da mulher ele sozinho não daria conta, o problema é que muitas vezes o trabalho da mulher não aparece, tem todo um trabalho por trás que não é visto e quem realiza são as mulheres.” (Entrevista com Lidiane Galvão, 2024).

Lidiane Galvão diz que o pescado que é vendido no seu restaurante é proveniente da pesca do marido e do seu beneficiamento e que nesse caso ela tem um trabalho a mais, pois tem que atuar no preparo das refeições, função mais ligada diretamente à questão culinária na feitura do peixe frito, da caldeirada e iscas. Ela demonstra que, muitas vezes, o trabalho do homem, que é o de captura de recursos pesqueiros, é o único que é visto pela sociedade. A eles é dada a função de captura, porém seu marido a ajuda também no beneficiamento.

Em períodos em que o pequeno restaurante não está funcionando por falta de turistas, fazem

a venda externa do pescado que normalmente é feita por seu marido, mas que ela também realiza, seja de moto pela sua comunidade e por comunidades próximas ou na sua própria casa, quando alguns compradores se dirigem até lá. Nesse caso, estamos falando de uma professora de Geografia que também tem turmas regulares na rede municipal de ensino e que também dedica tempo a esse trabalho dentro e fora da escola. Quanto ao papel diversificado das mulheres na pesca, ela comenta:

“Um exemplo são as meninas do Camará que eu conheço, elas vão pro curral com os maridos, elas vão pescar, elas fazem o trabalho com eles e ainda fazem o trabalho do beneficiamento quando chegam em casa, limpar, filetar, armazenar o peixe. Elas fazem isso porque na despesca deixam o mais pesado pros homens que quando chegam precisam descansar pra voltar pra maré enquanto elas já ficam em casa. Outro exemplo são os marreteiros, os atravessadores que antes quem fazia essa compra no Camará eram só homens, hoje já existem várias mulheres marreteiras, atravessadoras que comprem esse peixe no Camará e vão vender de moto em Marudá e em Marapanim, na Sede. As coisas estão mudando.” (Entrevista com Lidiane Galvão, 2024).

Alencar (1993: 78) em seu estudo sobre a comunidade de pescadores de Lençóis, situada na Ilha dos Lençóis, no litoral do estado do Maranhão, já evidenciava que essa fragmentação do tempo da mulher em relação às atividades de pesca é um tempo distribuído em várias partes do dia e aplicado no desenvolvimento de atividades diversas que se sobrepõem, se amontoam, se somam e se aglomeram, enquanto o homem possui seu tempo unicentrado somente para a captura dos recursos pesqueiros e alguma outra atividade relacionada.

Quando perguntada sobre a participação das mulheres na pesca hoje, Lidiane Galvão acredita que apesar da diversidade de atividades desempenhadas por elas na pesca artesanal, a quantidade em si de mulheres que atualmente trabalham com a pesca reduziu bastante no cenário das comunidades em questão, mas que ainda existe e é atuante. Ela atribui isso à ligação da mulher com os maridos que estão deixando a atividade de pesca de lado para exercer outras funções no comércio de produtos industrializados e/ou trabalhos ligados à Prefeitura de Marapanim. Ela acredita que “a pesca também requer um investimento alto pra se manter um curral, uma rabiadeira e por ser um trabalho pesado as pessoas estão migrando para outras funções” (Entrevista com Lidiane Galvão, 2024).

Logo, sob essa ótica, esse afastamento não se dá em caráter feminino somente, mas também masculino e que ocorre pela diversificação do comércio local e o crescimento populacional do município de Marapanim fazendo com que as demandas de serviços públicos da prefeitura aumentem.

Maneschy (1995: 146), diz que mesmo a mulher estando no “mar raso” mais próximo à terra, como “rios, lagos, manguezais e praias” ou executando tarefas em terra, elas estão tendo sua participação direta de forma estratégica para manter a sobrevivência do “grupo familiar”. Sendo assim, mesmo que estando em outras atividades ligadas ou não a pesca, essas mulheres não estariam

se distanciando da pesca “indiretamente, enquanto esposa de pescador, ela continua criando condições para a reprodução social dessa categoria. A seu modo, ela também assume riscos e oscilações da pesca” (Maneschy 1995: 168).

3. TÉCNICAS DE PESCA PREJUDICIAIS AO MEIO AMBIENTE

Uma das atividades amplamente estudada por seu grau de destruição do ambiente marinho é a pesca de arrasto de caráter industrial (Diegues 1983, 1995; Maldonado 1994; Cota 2017; Pinheiro e Frédou 2004) e sua atuação na costa marapaniense é aqui analisada. No entanto, o presente estudo considerou ainda, buscar por meio de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com seus(as) interlocutores(as), informações que levassem à explicitação de outras formas de execução de atividades no âmbito da pesca que fossem prejudiciais ao meio ambiente e a renovação das espécies de pescados que abastecem as comunidades estudadas. Em decorrência disso, este capítulo traz em seus subtópicos informações que podem ser somadas às pesquisas em torno da pesca.

A exemplo de tais informações, os interlocutores na comunidade de Bacuriteua acusam a existência de práticas de pesca predatória que dificultam a reprodução de pescados nos poços e/ou igarapés, que são áreas de reprodução no estuário, bem como os prejuízos causados pela pesca industrial de arrasto; na comunidade de Camará obtive a informação de retirada inadequada de madeira das margens dos rios e/ou muito próximo a elas, o que causa aterramento de canais importantes para o tráfego de peixes no rio Camará; na comunidade do Sossego, a mesma informação sobre deslocamento de terras é explicitado, porém, possivelmente acontecem em decorrência da urbanização da orla da praia do distrito de Marudá.

Quando Bruner (1986: 90) aponta a “narrativa dominante”, como ligada diretamente às estruturas de poder, demonstra que essa não tem interesse em mudar por conta da sua condição. Logo, a presente pesquisa enfatizou as narrativas locais de pessoas das pequenas comunidades para a evidenciação de problemas que possivelmente para as “narrativas dominantes” não existam.

3.1. Narrativas sobre a pesca de arrasto próximo ao litoral marapaniense

A pesca de arrasto foi notada nas narrativas de muitas pessoas entrevistadas nesse estudo que apontaram a presença ativa de barcos de grande porte que praticam o arrasto nas proximidades do litoral marapaniense. Segundo os interlocutores Márcio Negrão e Wilson Pinheiro, esses barcos são responsáveis pelo abastecimento de pescado de grandes redes de supermercados em Belém, prejudicando diretamente a pesca artesanal, seja nas áreas estuarinas ou praias oceânicas do município de Marapanim, sendo essa uma das causas da considerável redução do pescado na região que atende as comunidades estudadas.

Márcio Negrão, morador de Bacuriteua, já trabalhou embarcado em barcos industriais que

praticam a pesca de arrasto naquela região e segundo ele esse tipo de pesca é prejudicial para a renovação de muitas espécies de pescado. Ele conta que a quantidade de pescado capturado é muito grande. Depois que as redes de arrasto são retiradas da água, o pescado é despejado na embarcação e durante o processo de seleção, os peixes menores, que são tidos como fauna acompanhante - bem como outros organismos vivos - são desprezados sendo devolvidos mortos ao mar. Pusceddu *et al.* (2014) considera que além da morte das espécies não alvos do arrasto, essa pesca industrial também destrói a vegetação marinha provocando efeito desértico no fundo do mar.

Ao serem perguntados sobre os impactos da pesca industrial de arrasto, à exceção de um interlocutor dessa pesquisa que não soube responder, os demais interlocutores(as) acreditam que a pesca de arrastão faz com que os peixes de médio e grande porte não entrem mais nos rios que cortam os manguezais nem consigam mais trafegar na costa, pois são capturados ainda em alto mar e áreas próximas. Assim, também não conseguem se reproduzir nos poços e/ou igarapés e ainda não se desenvolvem por serem mortos ainda muito jovens no mar da costa, lá fora. Márcio Negrão diz que o fato de ficarem semanas no mar, faz com que congelem e façam uso do que para ele pareceu formol, dentre outros produtos químicos³⁸ para ajudar na preservação do pescado capturado.

Sobre o destino da produção da pesca industrial realizada por barcos de grande porte, alguns entrevistados foram de comum acordo de que de alguma forma esse pescado também chega a ser comercializado no distrito de Marudá, que fica na área praiana do município de Marapanim, e que no início do ano de 2022 algumas pessoas do distrito apresentaram problemas de saúde como diarreia, tendo como fator comum, o consumo do pescado advindo dessas embarcações pesqueiras de grande porte. Alguns especularam sobre o uso de formol nesse pescado ser o grande causador desses males, mas nenhum material foi mandado para análise e as pessoas ao se sentirem melhor não procuraram órgãos competentes.

A pesca a nível industrial na costa Norte brasileira configura-se como um fenômeno existente há algumas décadas. Em 2004 já se estimava que o estuário das Amazonas, situado entre os estados do Pará e Amapá, era responsável por, pelo menos, 40% da produção nacional de pescado, dada a sua riqueza de recursos pesqueiros. Isso fez com que a região se tornasse propícia para a exploração industrial (Pinheiro & Frédou 2004). Ainda como outro fator determinante para essa exploração,

³⁸ Quanto ao uso de formol e outros produtos químicos no pescado, após uma pesquisa na web encontrei a seguinte passagem: “Os tratamentos que se aplicam nos estabelecimentos aquícolas para combater as doenças infecciosas dos peixes são outro fator de risco para a saúde do meio ambiente e do consumo humano. Um exemplo são os banhos de formol, com uma função anti-parasitária, e a administração preventiva de antibióticos, que se acumulam nos órgãos internos do animal, e o seu uso sistemático facilita o aparecimento de patógenos resistentes”. Fonte: <https://ecossocioambiental.org.br/2014/03/17/pesca-extensiva-degrada-ecossistemas-marinhos/>.

Diegues (1999) aponta o deslocamento da pesca industrial diretamente do Sul do país para esse estuário:

A pesca industrial/empresarial teve seu auge na década de 70, passando por uma grave crise na década de 80, quando a maioria das indústrias fechou suas portas. Uma das causas principais dessa crise foi a rápida sobrepesca dos bancos de camarão e algumas espécies de peixes, além da recessão econômica que limitou o aporte dos recursos financeiros conseguidos facilmente pelas empresas. Uma parte das empresas pesqueiras do Sul acabaram se transferindo para o litoral amazônico, sobretudo entre Pará e Maranhão, onde continuam explorando os bancos de camarão (Diegues 1999: 363).

Estudos contemporâneos apontam que a ação devastadora de diversas práticas humanas que desrespeitam as condições naturais dos oceanos tem um alcance de aproximadamente 41% nesses ambientes e que no âmbito da pesca industrial de arrasto, a falta de estudos mais aprofundados sobre esse tema dificulta a “implementação de ações de abordagem de gestão ecossistêmica” (Cota 2017: 6). Assim, entendo que a complexidade dos danos causados pela pesca industrial de arrasto possivelmente pode converter-se em um prejuízo muito maior, que é o possível desaparecimento de espécies de pescados.

3.2. Pesca nos poços e/ou igarapés

Sobre a pesca nos rios que cortam os manguezais, eles constituem o que os moradores chamam de poços e/ou igarapés, são locais afastados dos veios de maior correnteza e maior tráfego dos peixes adultos, locais de desova onde os peixes menores se criam até atingir a idade adulta quando por si só passam a trafegar nas águas de domínios de predadores maiores.

Os poços e/ou igarapés são berçários importantes para a reprodução de várias espécies de peixes em ambiente estuarino na região do Salgado marapaniense como a “pescada, dourada, piaba, bagre, corvina e serra” (Ferreira 2022: 90). Entretanto, várias narrativas expuseram-me uma mesma situação, a pesca nesses berçários que em muitas vezes é praticada por pescadores que não se preocupam com a renovação das espécies e que desenvolvem basicamente dois tipos de pesca nesses ambientes: o cerco de rede com batidas de vara e/ou explosivos caseiros e a pesca com o uso de venenos que serão elucidados neste tópico.

Essas pessoas são em parte pescadores locais e outros que vêm “de fora” do município, costumeiramente dos municípios paraenses de Bragança e Vigia, em busca do pescado na região. A esse respeito, os interlocutores solicitaram que seus nomes não fossem divulgados para evitar possíveis problemas. Ao divulgarem que alguns pescadores locais também praticam a pesca nos poços e/ou igarapés, os interlocutores desse estudo acabam por desvelar o fato de que não se deve

romantizar a figura do pescador artesanal. Por esse viés, Cunha (2000) diz que:

[...] os pescadores artesanais são vistos, muitas vezes, romanticamente vivendo no reino da natureza, quase como se com ele se confundissem, numa relação mimética. Essa visão idílica do pescador artesanal, centrada numa concepção fixa e exterior da natureza, tende a congelá-lo no tempo, como se fosse ausente de movimento, ausente de desordens. (Cunha 2000:70).

Dessa forma, Cunha (2000) alerta ao fato de não cair na fórmula fantasiosa de classificar o pescador artesanal como um ser puro e inerte às alterações ao seu redor. Um exemplo disso são tais práticas de pesca nos poços e/ou igarapés. Segundo um dos interlocutores, uma dessas práticas de pesca consiste em cercar a área de determinado igarapé com rede de pesca composta por boias na parte de cima e pesos de chumbo e até pedras, na parte de baixo, dessa forma, a rede forma um grande círculo fechado, semelhante ao feito na “pesca de borqueio” (Estumano 2020:140).



Figura 42 - Entrada para área de reprodução em Sossego. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Um interlocutor desse estudo conta que pescadores de canoa chegam a um determinado poço, munidos de rede e varas. A rede com boias e pesos é colocada cuidadosamente na área do poço em formato circular, depois da rede fechada, que é quando as duas pontas da rede se encontram fechando o círculo, os pescadores batem com varas na água dentro do círculo para que os peixes assustados nadem para fora dele. É nesse momento que os peixes maiores ficam presos nas malhas da rede e os menores fogem por entre essas malhas, que para eles são muito grandes, facilitando assim sua fuga. Há relatos de que quando não usam varas para deslocar os cardumes, esses pescadores “de fora” usam

explosivos caseiros, causando assim um maior impacto negativo ao meio ambiente (Furtado 1990: 56).

Esse tipo de pesca com explosivos nos poços é uma prática insustentável para o processo de renovação das espécies de pescado, pois os peixes jovens que são capturados, tanto os machos quanto as fêmeas, apesar de terem um tamanho considerável, não tem a chance de chegar à idade de reprodução e os pequenos que fogem por entre as malhas das redes, vão para longe do abrigo dos poços e se tornam presas fáceis para os peixes maiores e outros predadores.

A comunidade do Sossego está situada em uma região estuarina rica em áreas de reprodução composto pelo rio do Retiro que desemboca na Baía de Marapanim e encontra o Oceano Atlântico e que segundo o interlocutor local, o sr. Aldeni Ferreira, além da pesca industrial de arrasto prejudicar a pesca local por matar a fauna acompanhante, a urbanização da orla da praia do distrito de Marudá agravou ainda mais a falta do pescado. Aldeni diz que essa obra contou com a construção de um muro de arrimo em toda sua extensão, o que desloca gradativamente as areias da praia diretamente para o estuário do rio do Retiro, aterrando os canais fazendo com que os peixes que vêm de fora não mais se arrisquem em águas rasas.

Sr. Aldeni frisa ainda que o Sossego já foi um importante ponto da prática da pesca artesanal executada por seus moradores na área do baixo estuário entre as praias de Marudá e Crispim, mas que devido à redução e inconstância do pescado, as pessoas vêm se afastando da atividade há pelo menos três décadas. Tais dinâmicas que levam à redução constante do pescado e se assim continuar, até a sua extinção na região.

Outra prática descrita pelo sr. Caíto, interlocutor deste estudo, é que na pesca nos poços/berçários feita tanto por pescadores de fora como alguns pescadores locais, é o uso de uma mistura feita com o sumo das plantas timbó, cunambi e cinza de carvão, para “embebedar” os peixes tornando-os presas fáceis na superfície por estarem imóveis e atordoados com o efeito do “veneno”.

“Depois que a mistura fica em infusão por alguns dias, eles levam pro rio em vários sacos plásticos com uns furinhos que vão espalhando o veneno, aí os peixes adultos ficam bêbados, parados boiando, os caras vêm só recolhendo. O problema é que mata os peixes que ainda estão em fase de crescimento até mesmo caranguejos filhotes. O veneno também enfraquece a vegetação das margens soltando as terras por onde vai passando.” (Entrevista com Caíto, 2022).

Segundo Heizer (1987: 95), a utilização dos “venenos de pesca” é uma prática antiga na América do Sul e de proveniência indígena sendo praticada com o uso de mais de 100 espécies de plantas (Heizer 1987) e seu uso indiscriminado possui aspectos amplamente negativos. Entre o povo

indígena Wapichana, de Roraima, existiu uma polêmica quanto ao uso do timbó durante a estruturação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena (TI) Jacamim em 2011 (Oliveira 2015).

Oliveira (2015) conta que a plenária do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Jacamim teve a participação do povo Wapichana, suas lideranças e dos técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Lideranças indígenas questionaram o uso indiscriminado do timbó na pesca, pois uma pessoa somente em um dia recolhe mais que o suficiente para si fazendo com que outros indígenas não consigam capturar nada naquele dia. Foi explicitado por essas lideranças, ainda, que a forma de aplicação dos venenos de pesca hoje não são como eram feitos pelos antepassados. Atualmente, não se considera a baixa na quantidade de peixes nos rios devido a poluição das águas e que essa poluição só soma com o veneno de pesca e nem a aplicação dele em locais com água corrente em abundância para que o veneno seja diluído e não cause maiores prejuízos após a captura do pescado terminar.

Oliveira (2015) alertou para as preocupações do sr. Francisco, um Agente Indígena de Saúde (AIS) que atua na comunidade Jacamim. Durante a plenária do PGTA, ele considerou o fato de que o uso do timbó faz parte da tradição do povo Wapichana, mas que sua utilização nos dias de hoje está trazendo muitos malefícios com a contaminação das águas do rio desde o envenenamento do gado, dos cavalos até o aparecimento de pessoas doentes intoxicadas pela água. Francisco ainda expôs outro aspecto negativo da pesca com o timbó: a geração de conflitos entre os próprios indígenas, e a exemplificou da seguinte forma:

Hoje você está pescando ali, aí vem um parente e bota o timbó onde você está pescando. Então ele vem e bota o timbó e mata aqueles peixes e ele pega os peixes, sozinho para ele. Então ele já deixou o outro parente sem; parente não, até seu filho, já deixou ele sem peixe, ali onde ele pescava, não é? (Oliveira 2015: 44).

Posso entender aqui que os usos dos venenos de pesca necessitam se adequar à realidade atual das condições dos estoques naturais de pescado e as condições dos rios poluídos pela ação antrópica. Na Amazônia, essa prática uma das mais antigas, como em toda a América do Sul. Nesse âmbito, Furtado (1981) diz que a ação de “narcotizar” os peixes é há séculos usada por indígenas na região, bem como as práticas de “tapagem de rio” e “palleta”, já desaparecida (Furtado 1981: 6). A autora revela ainda que a prática do uso de venenos de pesca era proibida em Marapanim já nos idos dos anos 1980:

A pesca com o timbó e com o cunambi por serem considerados de caráter predatório, atualmente é proibida pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), dado não selecionar as espécies a serem pescadas, consequentemente prejudicando os estoques jovens e reprodutores. Na fase do trabalho de campo no Município de Marapanim, foi constatada a repressão a essa modalidade de pescaria. O presidente da Colônia de Pescadores Z-6 mostrou um paneiro contendo folhas de cunambi esmigalhadas, que fora apreendido de um pescador que se preparava para realizar a pescaria, no momento em que aquele representante da Federação Paraense de Pescadores do Pará inspecionava sua área de jurisdição. (Furtado 1981:4).

Sobre as atividades relacionadas à pesca nos berçários, seja de rede com varas e/ou explosivos ou com o uso de venenos de pesca, o sr. Caíto conta que mesmo com a criação da RESEX-MAR Mestre Lucindo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o ICMBio e a AUREMLUC pouco tem feito no sentido de trabalhos de fiscalização e educação ambiental na região e que quando o sr. Gutemberg estava à frente da AUREMLUC, as ações eram mais efetivas, porém o mesmo faleceu durante a pandemia da covid-19.

3.3. A extração de mel de abelha nos manguezais

Antonio Carlos Pinto Marques é um biólogo e apicultor da vila de Bacuriteua, mudou-se para lá há aproximadamente 30 anos, não é um interlocutor direto deste estudo, porém contribuiu com uma informação importante sobre uma cadeia de ações que é altamente prejudicial ao ambiente de manguezal: a extração de mel de abelha inadequada. Ele diz que as colmeias localizadas nos manguezais são cortadas abruptamente por machados ou motosserra na busca dos favos causando a morte de muitas abelhas. Outra situação é a derrubada de uma árvore de mangue (*mangueiro*) inteira apenas para a subtração da parte onde está localizada a colmeia.

Em ambos os casos, as consequências são negativas para o ecossistema local, pois comprometem a flora dos mangues que em suas raízes aéreas retêm nutrientes que alimentam espécies marinhas em reprodução. O papel polinizador das abelhas também é ameaçado, pois em anos de evolução a relação entre animal e planta sofreram adaptações morfológicas, fisiológicas e comportamentais tão próximas e dependentes “que a extinção de um leva a extinção do outro”.³⁹ Esse tipo de extração é indicado neste estudo como tema para possíveis pesquisas futuras.

³⁹ <https://www.embrapa.br/meio-norte/polinizacao>.

4. ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE DA PESCA

A partir das comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego é abordado neste estudo mudanças nas atividades pesqueiras que apresentam aspectos danosos à vida marinha, que ameaçam consideravelmente a subsistência das famílias das comunidades piscatórias da região do Salgado marapaniense. Todavia, um outro aspecto também é identificado: o da não passividade dessas comunidades mediante tais mudanças. Atualmente, para muitas dessas pessoas, manter a pesca artesanal como seu modo de viver e estar no mundo faz parte de um processo de resistência como no caso da mobilização local para a criação da RESEX-MAR Mestre Lucindo, bem como desempenhar outras atividades não tradicionais buscando múltiplas ocupações que possam lhe servir como uma forma de se adaptar às mudanças impostas aos seus modos de vida.

4.1. A criação da RESEX-MAR Mestre Lucindo

Este tópico é referente às entrevistas para a estruturação do projeto de pesquisa deste estudo que foram realizadas entre os meses de novembro a dezembro de 2021 com a sra. Elizane Brito, atualmente com 38 anos de idade. Ela não é moradora de nenhuma das comunidades estudadas, não sendo uma interlocutora direta desse estudo, porém seu relato foi de fundamental importância para entender o processo de organização local que culminou na regulamentação da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (RESEX-MARML), no município de Marapanim no ano de 2014 por meio do decreto de 10 de outubro de 2014, o qual contempla também as comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego.



Figura 43 - Placa da RESEX-MARML, portinho do Sossego. Foto: Ewerton Tuma Martins (2022).

Para que pudesse obter informações sobre como se deu o processo inicial de estruturação da regulamentação da RESEX-MARML, após conversas com os interlocutores desse estudo, alguns indicaram Elizane Brito, da comunidade Livramento, que fica também na região do Salgado marapaniense próximo às comunidades estudadas. Além de ser uma pessoa atuante no processo inicial e atualmente participante da AUREMLUC, Elizane é viúva do principal responsável pela mobilização local para a criação da unidade de conservação no município de Marapanim, Luiz Gutemberg.

Segundo Elizane Brito, Luiz Gutemberg de Campo Silva, um marapaniense morador da região do Salgado, nascido em 20/05/1969 e falecido em 11/08/2021 aos 52 anos, era mecânico, pescador artesanal e sempre esteve envolvido com as associações de moradores, pois o bem coletivo sempre foi uma das suas maiores preocupações. Por volta do ano de 2001, ao perceber uma matança de sardinhas na região ficou intrigado e demasiadamente alarmado visto que as sardinhas, no conhecimento local, são responsáveis por atrair peixes maiores para os estuários marapanienses.

A partir dessa constatação, Gutemberg procurou as possíveis causas do ocorrido e foi quando se deparou com a permanência de barcos de pesca de arrasto muito próximos das áreas de pesca artesanal no litoral de Marapanim em áreas marítimas como na frente da Praia do Crispim até as proximidades da Ilha de Algodoal.

Além disso, a falta de espécies de peixes como a dourada e a gó, que eram abundantes nos meses de abril e maio e começaram a “ficar vasqueiro”, reduzindo drasticamente a quantidade desses pescados nos seus períodos de safra também lhe chamou a atenção. Também fatores como a exploração fundiária, o crescimento populacional e a pesca predatória foram percebidos por Gutemberg e mediante tais situações e sem ter apoio do poder público local, ele buscou informações no município vizinho, Curuçá, por meio de pessoas que estavam em processo de legalização da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá a qual concretizou-se no ano de 2002.

“Ele sempre foi muito preocupado com essas questões, quando ele percebeu que o peixe começou a faltar aqui pra gente, a falhar a gó naqueles meses que dava muito, ele procurou saber o que era que estava acontecendo. Aqui mesmo em Marapanim, não se tinha muito para quem recorrer na época, foi quando ele ouviu falar de RESEX lá pras bandas de Curuçá e foi atrás de ajuda por lá, de saber como era.” (Entrevista com Elizane Brito, 2021).

A criação de uma Unidade de Conservação (UC), por meio da legalização de uma Reserva Extrativista (Resex) pareceu para Gutemberg a saída mais viável para conter os avanços da degradação ambiental pela qual passava o município de Marapanim. Se for contabilizado desde o ano da primeira constatação de alterações ambientais por Gutemberg, a legalização da RESEX-MARML

demorou aproximadamente 13 anos, tendo seu início em 2001 e seu desfecho final, e legal, em 2014.

Após de estar de posse das informações que precisava para iniciar um diálogo com os órgãos responsáveis para a criação da RESEX-MARML, Gutemberg organizou reuniões nas várias associações de moradores da região do Salgado marapaniense e posteriormente na região de água doce de Marapanim. Essas reuniões consistiam num trabalho de esclarecimento das populações extrativistas locais e comunidades piscatórias sobre o que era uma Resex e sua função, bem como alertar sobre as alterações ambientais pelas quais o município vinha passando, assim solicitando a assinatura das pessoas em abaixo-assinado. Essas listas iriam servir para chamar a atenção dos órgãos federais pelo ICMBio para o interesse local de criação de uma unidade de conservação no município de Marapanim.

Essa coleta de assinaturas impulsionou diversos boatos na região sobre o que seriam essas reuniões, um desses boatos implicava em acreditar que casas populares seriam distribuídas para pessoas das comunidades mais carentes, fato que era esclarecido durante as reuniões. Segundo Elizane Brito, não se sabe a origem do boato, mas que ele acabou ajudando a trazer um quantitativo maior de pessoas para as reuniões. No entanto, uma parte dessas pessoas deixavam as reuniões no início ao saber do que se tratava acreditando ser algo relacionado a questões políticas e não queriam se envolver demonstrando desinteresse pela política local.

“As pessoas estavam pensando que era para ganhar casa do governo, aí vinha muita gente pras reuniões. De certa forma, o boato ajudou, porque acabava dando sempre bastante gente nas reuniões. Quando eles viam realmente o que era achavam que era coisa de politicagem e iam embora, mas mesmo assim muita gente ficava, a prova disso é que a RESEX Mestre Lucindo está aí.” (Entrevista com Elizane Brito, 2021).

Elizane Brito contou que o trabalho de coleta de assinaturas e conscientização foi muito importante para que as pessoas pudessem ter consciência daquilo com o que trabalhavam, seus direitos e suas dificuldades. Foi o despertar para a criticidade sobre as atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. Assim, em cada comunidade visitada por um grupo inicial liderado pelo sr. Gutemberg, era formado um comitê de aproximadamente cinco pessoas responsáveis por representar aquela comunidade.

Esses comitês eram independentes das associações de moradores, estando ligadas diretamente a questões específicas para a regulamentação da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo. Cada comitê fazia o levantamento dos problemas da sua comunidade e os compartilhava posteriormente com um comitê central que viria a se tornar depois a AUREMLUC. O modo organizacional adotado

por Gutenberg e outros companheiros que passaram a lhe acompanhar deu certo no sentido de ampliar a ajuda mútua entre os pescadores tradicionais, agricultores e demais extrativistas locais.

Elizane Brito contou que nos anos que se seguiram à tentativa de legalizar a RESEX-MARML não houve ajuda por parte de quem fazia a política do município de Marapanim, houve uma ausência do poder público nesse sentido e que Gutenberg foi alvo de perseguições. O que ficou indicado nas entrelinhas de nossas conversas foi que alguns políticos defendiam interesses particulares e direitos de explorar os recursos naturais sem fiscalização, principalmente por essa razão não queriam a implantação de uma Reserva Extrativista Marinha no município.

Por indicação de Elizane Brito tive acesso a uma das suas últimas entrevistas de Gutenberg ao Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias), em que ele contou que nos anos próximos da legalização da RESEX-MARML, a prefeitura, um grupo de políticos locais e um agente do Ibama se mobilizaram para que a legalização não acontecesse, alegando que Gutenberg teria fraudado 13.000 assinaturas para a criação dos comitês e que esses comitês não existiam na realidade. O interesse deles era a não legalização da reserva extrativista e se isso não fosse possível, iriam anular os comitês para assumir a coordenação da RESEX-MARML a fim de defender seus interesses particulares, como é narrado em entrevista em 2021:

“Foram 12 anos que Marapanim lutou e no 9º ano começou a vir já os estudos, a consulta pública, depois foi pra lá, o Ministério do Meio Ambiente acatou e veio a audiência pública e o Decreto. Só que nesse período a prefeitura nunca se uniu com esses comitês, esses comitês foram lutador. Quando se juntaram aí com um gestor do IBAMA que dizia que nós não existíamos, que aquilo tudo era fantasia, eu fiz uma surpresa pra ele, eu fui em Castanhal e consegui um caminhão e saí pegando todos os comitês e quando ele botou a palavra dele na Câmara de Vereadores eu estava escondido com o pessoal dentro do caminhão com cartaz, cada um com seu comitê. Eu mandei alguém filmar para mandar para o Ministério Público, foi o que nos salvou nessa época.” (Entrevista de Luiz Gutenberg de Campo Silva, em Do Canto 2022).

Gutenberg adentrou a sessão da Câmara em questão com todos os representantes dos 32 comitês na época e foi comprovada, durante esse ato, a existência real dos comitês, refutando a versão do grupo político e do gestor do Ibama. O ato foi filmado e encaminhado por ele ao Ministério Público e assim conseguiu dar andamento ao processo de regularização/criação da RESEX-MARML.

A tentativa por parte do poder público de excluir a legitimidade desses comitês, remete ao que Fassin (1999) classificou como um “homem sem direitos”, em que o Estado deliberadamente não inclui as minorias nas pautas políticas de fato, desvelando assim o paradoxo da globalização que beneficia os grandes empreendimentos em detrimento das pequenas comunidades tradicionais. Todavia, dessa vez, as minorias estavam de posse da sua legitimidade e se autoincluindo nas pautas

de mudança.

Durante o trâmite final para a legalização da RESEX-MARML o processo foi encaminhado para Brasília e Gutemberg acompanhou de perto levando sua cópia do processo. Foi então verificado que grande parte do processo original havia sido roubada como forma de enfraquecer os argumentos e provas dos comitês, mas a cópia foi anexada aos originais. Ao final do processo, o Gutemberg comentou que grandes políticos e demais pessoas influentes “vieram pesados, por que a gente é pequeno”, mas que, porém, “deram com a porta na cara” (Entrevista de Luiz Gutemberg de Campo Silva, em Do Canto 2022). A Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo estava devidamente legalizada a 10 de outubro de 2014 (DSN 14010 - DEC 10/10/2014).

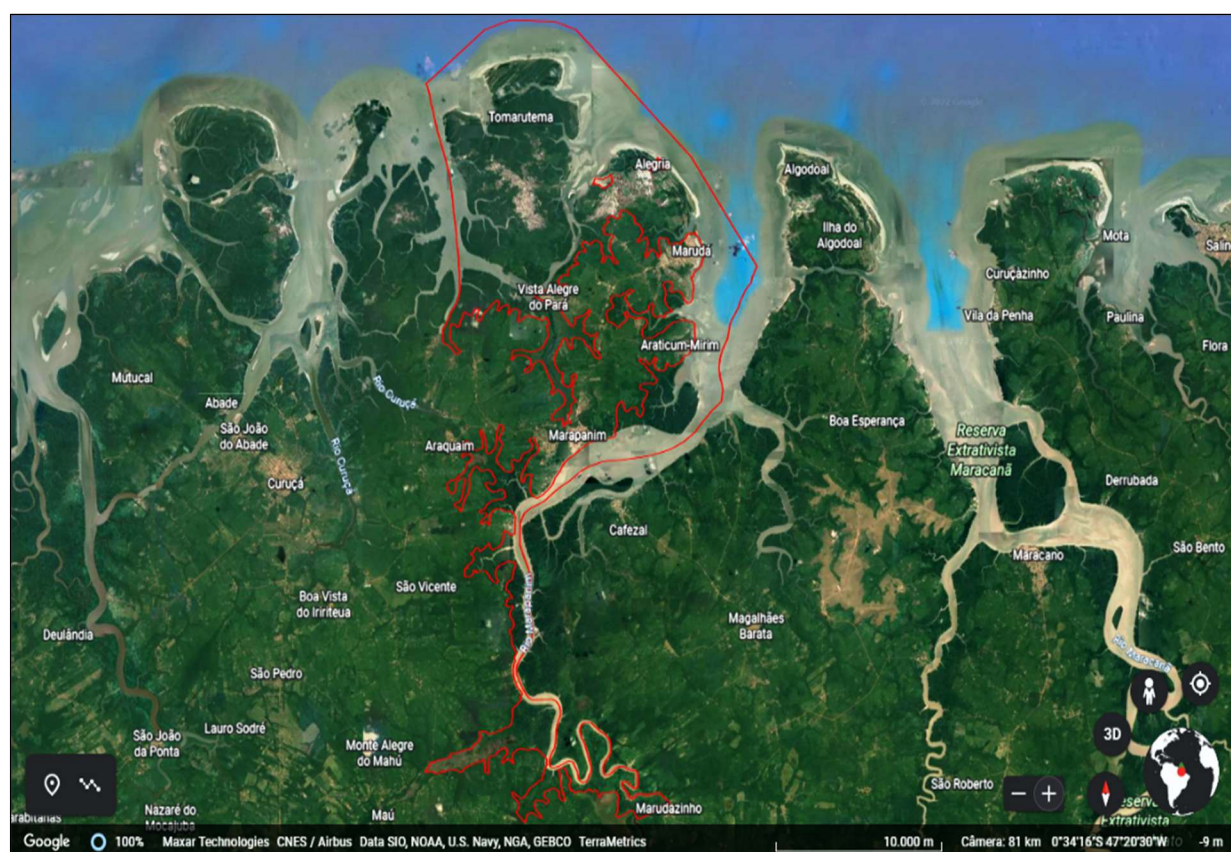


Figura 44 - Área da RESEX-MAR Mestre Lucindo – Marapanim/PA. Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor (2023).

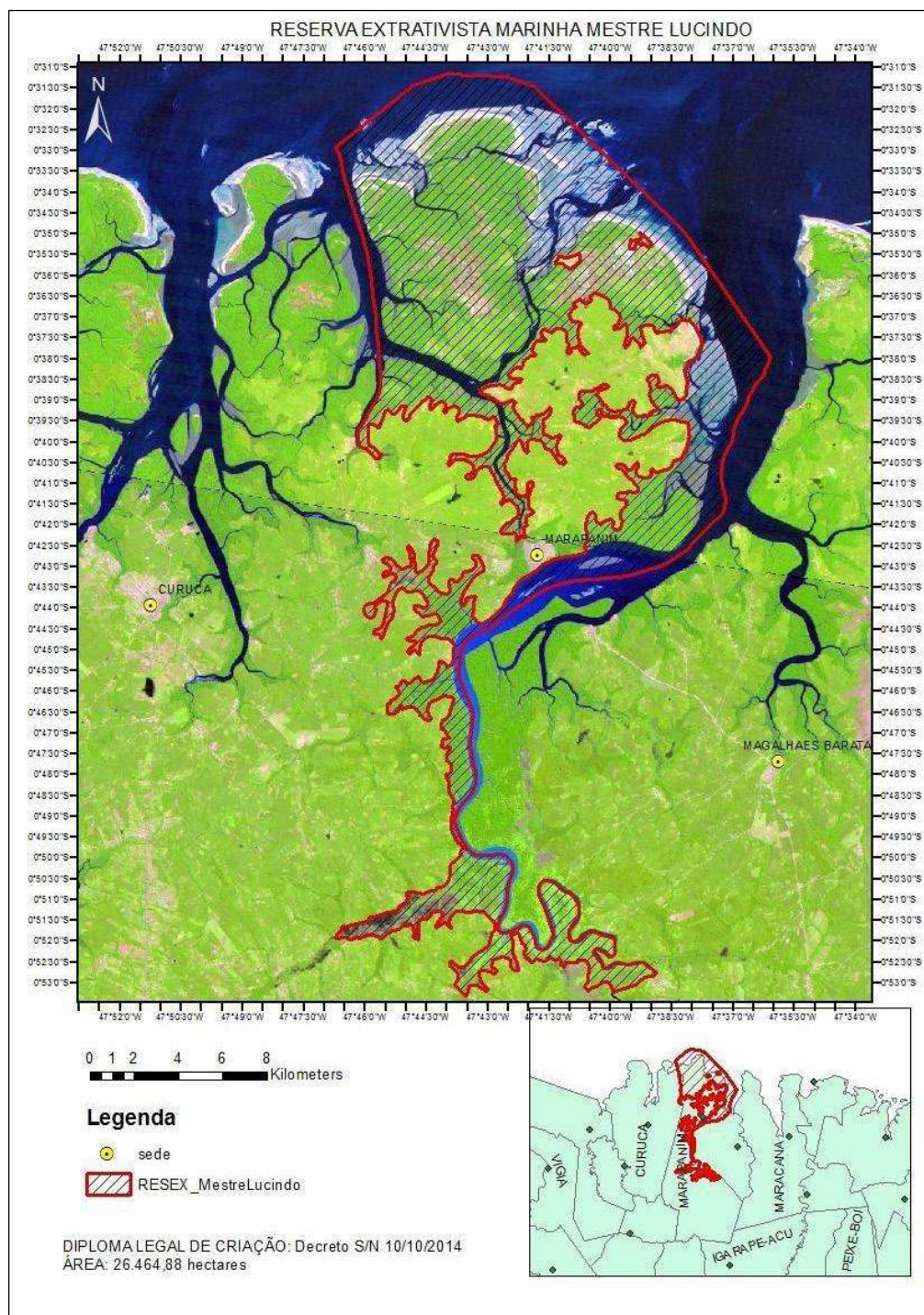


Figura 45 - Área da RESEX-MAR Mestre Lucindo - Marapanim/PA. Fonte: Ponte *et al.* (2020).

Para reforçar o entendimento sobre a relação de poder existente nesse episódio da história marapaniense, busco exemplificar com base nos estudos de Foucault (2009) sobre como as formas de dominação separam o indivíduo daquilo que ele mesmo produz para se apropriar dessa produção e ainda como essas tentativas de subjugar o outro vai gerar formas de resistência por meio de lutas onde, mesmo que em menor quantidade, as minorias tentam resistir e se tornar legítimas, como no caso exitoso da legalização da RESEX-MARML, mesmo ante a todas as suas dificuldades.

Para Gutemberg, os políticos locais e pessoas influentes que buscavam manter o controle sobre a administração da RESEX-MARML defendiam somente seus próprios interesses ligados à exploração sem controle de um órgão regulamentador, sem uma fiscalização mais rigorosa nos moldes da legalidade. Para isso alicerçavam-se no discurso de que a RESEX-MARML viria somente para atrapalhar a economia do município. Para Gutemberg, o objetivo geral da AUREMLUC, juntamente com os demais agregados ao conselho gestor da RESEX-MARML, era o de poder equilibrar a economia do município com a geração de emprego e renda e ainda a valorização dos extrativistas locais pela sociedade de modo geral (Entrevista de Luiz Gutemberg de Campo Silva, em Do Canto 2022).

O fato de um grupo influente que detém o poder político marapaniense tentar tomar por meio de manobras escusas o controle do que seria um conselho gestor da então prestes a se regulamentar RESEX-MARML, e ainda tentando subjugar os interesses dos pescadores artesanais e demais extrativistas, remete ao afastamento descrito por Asad (2008) entre o Estado e suas margens, onde a organização política em questão equipara-se ao Estado e o pescador artesanal e demais extrativistas marapanienses, às suas margens.

A tentativa de apagamento da existência dos comitês por parte do lado oposto aos interesses dos pescadores artesanais e demais extrativistas, corrobora com Ferreira (2009), quando a autora demonstra a ação de desinteresse do Estado em identificar seus moradores de rua mortos nas mais variadas circunstâncias e a preocupação desse mesmo Estado em rapidamente os rotular como indigentes, apagando sua história, os rebatizando como inexistentes.

Em seus estudos na Bahia, Cordell (1989) aponta um fenômeno que foi presente em muitas comunidades pesqueiras brasileiras ao longo dos seus processos de criação: o fortalecimento das comunidades a partir da característica comum de pobreza e convivência direta onde criaram vínculos de fortalecimento entre si em face de suas dinâmicas sociais motivadas pelo uso comum do meio ambiente e pelo afastamento geográfico das cidades. Essa coesão entre comunidades pesqueiras sofre hoje com as investidas da modernização para seu enfraquecimento e tomada de territórios.

Para conter os muitos problemas advindos dos fatores já citados, a RESEX-MARML com um conselho gestor formado pela AUREMLUC, pela Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinha do Litoral Paraense (CAUREM), pela Colônia de Pescadores, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA) e pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM) (Santos 2021). Atualmente, ações de monitoramento, ações educativas e de esclarecimento da população quanto às questões ambientais ainda são desenvolvidas pelo conselho que também busca parcerias com a Polícia Ambiental, com o Ibama e com o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - Salgado Paraense⁴⁰.



Figura 46 - Ação de monitoramento do pescado na Praia do Lembe – Camará. Fonte: Santos (2021).

Ainda que ações estejam sendo realizadas pelo conselho gestor, não se pode deixar de ressaltar o desânimo de muitos(as) interlocutores(as) que dizem que atualmente, mesmo com a implantação da RESEX-MARML no município de Marapanim, a atuação do órgão ligado à Resex se resume simplesmente à questão fiscalizatória “de tempos em tempos” com o intuito somente de aplicar

⁴⁰ O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Salgado Paraense constitui-se um arranjo organizacional que visa promover a gestão territorial integrada de sete Unidades de Conservação federais localizadas no Pará, e que juntas somam 131.600,00 hectares, a saber: Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba; Reserva Extrativista São João da Ponta; Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá; Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo; Reserva Extrativista Marinha Cuinarana; Reserva Extrativista Maracanã; e Reserva Extrativista Chocoaré Mato Grosso. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br>.

punições, principalmente sobre os pescadores tradicionais, não se observando assim a proteção dos meios de vida e a cultura das populações tradicionais.

A Colônia de Pescadores (Z-6) de Marapanim é uma das formas de “associativismo” e gestão na pesca artesanal que funciona “como um meio de organizar e fortalecer o setor pesqueiro” (Borcem *et al.* 2010: 40) mais antiga do município. Atualmente, não atua mais isoladamente como antes da legalização da RESEX-MARML, mas que ainda tem sua atuação questionada pelos(as) interlocutores(as) dessa pesquisa que dizem que muitos “só procuram a Colônia para se aposentar”, pois esse parece ser sua função principal. Uma situação atual de descrédito que não difere do levantamento de Borcem *et al.* (2010) há 14 anos quanto ao pagamento de mensalidades dos pescadores artesanais do seu estudo para a Colônia de Pescadores (Z-6) de Marapanim:

Muitos trabalhadores justificam o não pagamento dizendo que não há investimento por parte desse órgão nas comunidades, e quando cobrado do dirigente do órgão gestor a explicação é que os associados não cumprem com suas obrigações. De acordo com as informações fornecidas por eles os principais problemas enfrentados localmente em suas atividades são a falta de investimento e de infraestrutura (Borcem *et al.* 2010:40).

Juntamente com a Colônia de Pescadores (Z-6) de Marapanim, a AUREMLUC é a outra participante local do Conselho Gestor da RESEX-MARML. É formada especificamente por moradores do município de Marapanim. Esse contato mais próximo com as comunidades ajuda para que denúncias de queimadas, desmatamento, invasão de áreas protegidas entre outras situações sejam repassadas para a Associação, que então faz o encaminhamento, por meio de documento, ao ICMBio (Entrevista com Elizane Brito, 2024).

A AUREMLUC também busca parcerias com ONGs, como a Rare, que ao menos uma vez ao ano destina materiais de pesca, dentre outros materiais para ajudar na estruturação da associação, sem sede fixa para reuniões do conselho e outras ações e até o início deste ano de 2024 ainda utilizava o espaço cedido pela escola municipal da comunidade do Livramento, próximo à sede da cidade de Marapanim para realizar suas ações administrativas e organizacionais (Entrevista com Elizane Brito, 2024).

A partir de março de 2024, passou a ter sua sede própria, com ajuda da empresa Natura, que faz pesquisas na região e destinou ajuda financeira para a compra de uma residência para ser a sede do grupo, doando o valor total do imóvel. O autor deste estudo convidado para a inauguração da sede própria.

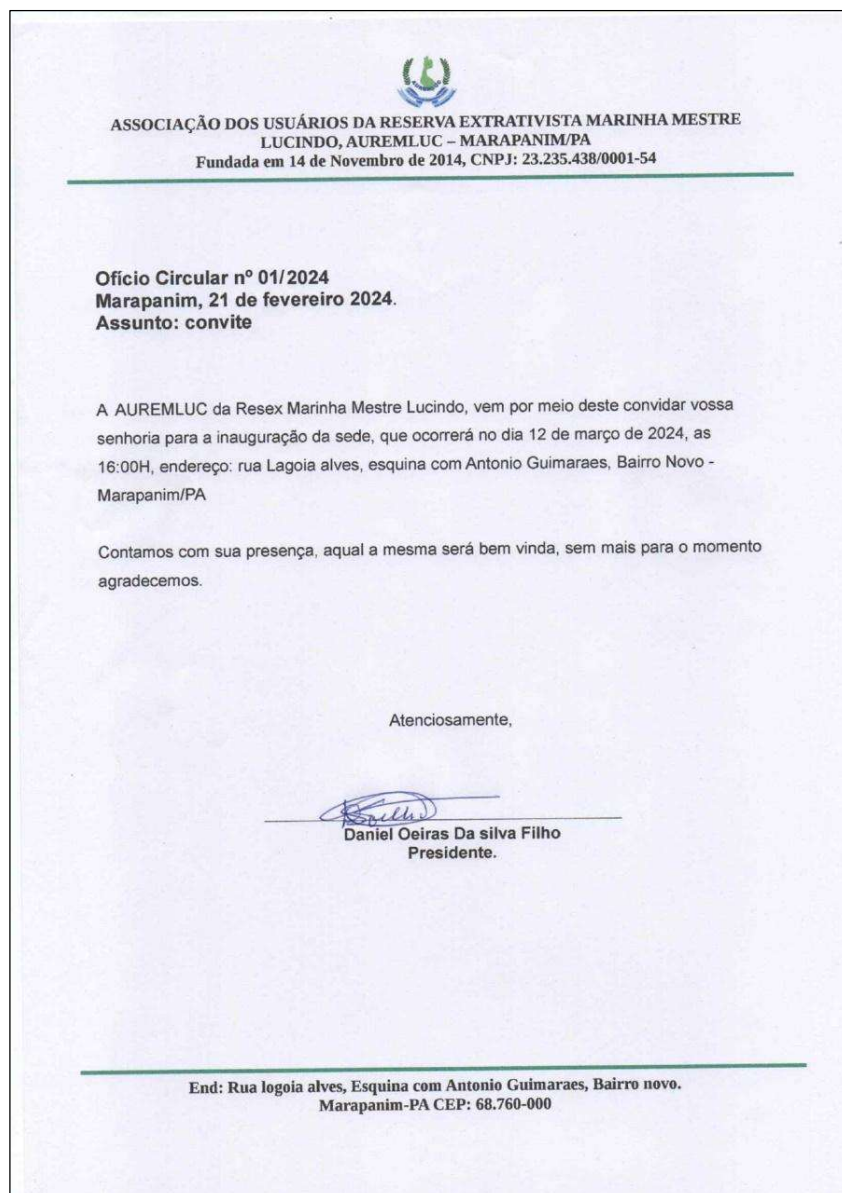


Figura 47 - Convite para inauguração da sede da AUREMLUC em 2024. Foto: Arquivo pessoal do autor (2024).

Mesmo com a gestão compartilhada por meio do conselho gestor da RESEX-MARML, muito ainda precisa ser feito no sentido de atuação de poderes públicos para fortalecer as ações dos órgãos responsáveis no sentido de ampliar a fiscalização e proteção das áreas da Resex, bem como promover ações integradas voltadas à educação ambiental.

A resistência das pequenas categorias frente a grandes projetos que tendem a desmerecer o espaço, lhes cerceando o acesso, matando seus recursos é inegável para as continuidades da pesca e das comunidades tradicionais. Alencar (2023) destacou que um dos desafios da pesca artesanal é a organização social, pois essa ainda se apresenta muito modesta no sentido de ter uma base coesa. Concluindo que a corroboração da classe é necessária para o enfrentamento dos dilemas diversos

vividos por eles para que possam avançar na luta pelos seus direitos.

4.2. Múltiplas ocupações para complementação de renda

Em relação aos aspectos econômicos, ressalto que as praias e manguezais ainda são uma importante fonte de renda para muitas comunidades da região do Salgado marapaniense, e é nesses espaços que se encontram muitas pessoas usuárias de conhecimentos diversos nas formas de executar seu trabalho. Sobre as dinâmicas de trabalho do marapaniense, Furtado (1978) ressalta o seguinte:

Nossas observações mostram que o caboclo de Marapanim não é vocacionado para esse ou aquele tipo de ocupação, ou seja, ele não é destinado só para a agricultura ou somente para a pesca, ou ainda, para qualquer tipo de atividade econômica, mas antes de tudo, ele se adapta ao ambiente natural, não é passivo ao habitat, mas cria e recria diante das inovações que lhe são apresentadas, de modo a tirar proveito dele e aumentar suas chances de vida. Ele vive em reciprocidade com o meio ambiente, aproveitando os recursos que o habitat oferece através de uma tecnologia simples revelando a herança aborígene que se faz presente em sua cultura e uma organização social adequada para o desempenho das tarefas básicas, que, com o decorrer dos anos, vem sofrendo modificações, o que demonstra sua capacidade de adaptação ao meio em que vive, mantendo dessa forma o equilíbrio bio-social (Furtado 1978: 13).

Hodiernamente, nas comunidades estudadas, atividades tradicionais resistem ao tempo através dos(as) interlocutores(as) desse estudo. Esses agentes sociais transitam por várias atividades, ligadas à pesca em diversos ambientes: na praia, nos rios que adentram o manguezal, na pesca do siri, na “tiração” do caranguejo, do sururu, do sarnambi, do turu, na extração do mel de abelhas e tudo mais que esse ecossistema possa lhes oferecer para a subsistência. Muitos de seus conhecimentos passados de geração em geração, por vezes alterados e/ou ressignificados e suas formas de interagir com o ambiente ainda os tornam mais satisfatórios para o convívio entre humanos e natureza.

Alguns desses marapanienses que possuem múltiplas variedades laborais, iniciaram suas práticas extrativistas ainda na adolescência, primeiramente em contato direto com o manguezal na extração de caranguejo-uçá, na extração do turu e sarnambi. Alguns se especializaram na pesca tanto no manguezal, nos rios São José e Camará, quanto na Praia do Crispim. Outros possuem também, pequenos comércios em suas vilas, onde comercializam produtos industrializados. Neste sentido, alguns marapanienses da região do Salgado dividem suas tarefas diárias com suas esposas, tarefas essas diversificadas entre comércio e extrativismo.

Na função de pescador e comerciante do seu próprio pescado, o sr. Caíto é uma referência na venda de seu pescado desde a sua vila até a sede do município e entre turistas que eventualmente visitam a região. Para se especializar na venda do pescado direto para os clientes, sem precisar de

atravessadores, ele se utilizou das outras formas extrativistas (antes citadas), para auxiliar na compra de seu material de pesca e outros materiais necessários. Conta ainda que a estruturação do seu esquema de venda do pescado advém desta lógica de poupar e investir a partir do extrativismo local.

“Meu peixe já tem comprador certo em Marapanim (Sede). Coloco no isopor, atraco a carroceria na moto e vou embora, não tem atravessador, não. Às vezes, o pessoal já vem aqui atrás de mim. Muito do que eu tenho hoje é por causa do caranguejo, do turu, do sarnambi, até eu chegar no peixe. Uma coisa vai vendendo e comprando outras. Daí já vinha uma rede pra pegar peixe, uma canoa, um motor. Uma coisa vai puxando a outra e assim a gente vai vivendo.” (Entrevista com Caíto, 2022).

Para o auxílio da comercialização do pescado, ele possui uma estrutura considerável contando com moto, reboque e caixas térmicas de isopor de grandes proporções para o transporte do pescado, que atualmente tem sua maior parte destinada para a venda na sede do município já tendo seus compradores fixos. Isso não o isenta do fato de vender ainda uma menor quantidade para a comunidade onde mora e aos turistas eventuais. Um dado importante é que ele não comercializa seu pescado com atravessadores, já tem seus consumidores finais como compradores.

Para conciliar as muitas tarefas nos dias atuais, a esposa de Caíto fica responsável por cuidar da casa, beneficiamento do pescado e ele pelas tarefas relacionadas à captura do pescado até a sua comercialização. Possui duas barracas simples de madeira e palha em pontos estratégicos (*ranchos*) que servem de apoio na atividade pesqueira para quando ele precisa dormir no trabalho, fato que ocorre ocasionalmente podendo levar de dois a três dias. Uma barraca fica na Praia do Crispim e outra as margens do manguezal no rio São José.

As demais atividades extrativistas do período da adolescência do sr. Caíto como a “tiração” de caranguejo, de sarnambi, de sururu e a pesca do siri tornaram-se atividades esporádicas. Para ele e sua esposa, atualmente, a pesca do pescado está dentre as suas maiores prioridades, pois lhe são mais rentáveis, lhes tomam bastante tempo e foi como optaram por viver.

4.2.1. Ocupações impulsionadas pela alta temporada

O mês de julho para os paraenses equivale ao mês de férias escolares e é coincidente com a estação do verão, logo, as praias, balneários e todo o tipo de localização fora da cidade ficam demasiadamente lotadas, pois durante todo esse mês o fluxo de pessoas é intenso e principalmente nos finais de semana. Mediante as observações desse estudo, pude notar que na região do Salgado marapaniense essa movimentação não é diferente.

A chegada dos “turistas de fim de semana”, como são geralmente conhecidos, tem o efeito de movimentar o comércio local. Muitas pessoas que trabalham diretamente na pesca artesanal deixam suas atividades principais de lado para realizar outras atividades tais como: garçons, barqueiros de passeio, pedreiros, limpadores de terreno e quaisquer outras atividades ligadas a essa dinâmica de contato com os turistas que possam lhes gerar pequenos lucros que ajudam na complementação da renda.

A comercialização da produção pesqueira para turistas é também uma estratégia de manter uma renda relacionada à pesca artesanal durante a alta temporada. Alguns pescadores, como Wilson Pinheiro, na Vila de Bacuriteua, além de visitar os turistas ao chegarem para comercializar seu produto, ainda, congelam seu pescado e/ou salgam aguardando a chegada dos compradores. Em algumas situações, os turistas fazem reserva do pescado antecipadamente, antes mesmo de chegarem às vilas, via chamada telefônica e/ou chat de bate-papo via internet. Esse é um exemplo de como a modernização pode ajudar a pesca artesanal a comercializar sua produção.

Na comunidade do Sossego, onde fica localizado o Porto do Cuba, um importante ponto de apoio à pesca artesanal, Aldeni Ferreira, conhecido como “Muruci”, conta que durante o mês de julho o afastamento temporário da atividade pesqueira também ocorre e que inclusive em, pelo menos, três décadas tem aumentado. A justificativa, segundo ele, seria o crescimento populacional tanto de residentes quanto de turistas na região e a baixa mais intensa do pescado durante o verão coincidindo com o mês de julho.

Muruci conta que a proximidade do Sossego com a Praia do Bora favorece a prática de pescadores locais se tornarem barqueiros de travessia de Marudá para essa praia saindo do Porto (ou Trapiche) do Sossego, ainda chamado por alguns como Portinho do Sossego, antigo nome de quando sua estrutura ainda era de madeira. Segundo ele, esses trabalhadores, dizem conseguir lucrar na alta temporada com a travessia para a Praia do Bora, dizem ainda não conseguir bons resultados na pesca pelo fato da água estar muito salgada, não entrando assim muitos peixes no estuário. A escassez do pescado no verão e o fomento ao comércio das “férias” mudam drasticamente a rotina menos acelerada das pessoas da região que aproveitam a temporada para poder complementar a renda familiar.

Muruci atualmente trabalha com o conserto e manutenção de roçadeiras e motores de barcos de pesca de pequeno porte. Sua mãe é dona de casa e também faz parte de uma cooperativa de mulheres que trabalha com ervas medicinais, mas que hoje sofre com o abandono, falta de verbas e evasão das demais senhoras cooperadas. Sua irmã graduou-se em Matemática tornando-se professora

no distrito de Marudá. Seu pai foi pescador, hoje aposentado pela “colônia”, pratica a pesca de forma esporádica.

Este estudo busca não desprezar o fato de que o desmerecimento das atividades artesanais é uma tática muito utilizada por grandes grupos exploradores que objetivam o afastamento das comunidades tradicionais do seu trabalho e que essa ideia é difundida no imaginário local. Assim podem explorar os territórios dessas comunidades sem resistência num processo de roubo dos recursos naturais, que segundo Diegues (1999), iniciou-se no Brasil em grande escala na década de 1970.

No entanto, existe uma contraposição à ideia comum de que a pesca artesanal não gera renda. Mesmo com a tão comentada redução gradativa dos recursos pesqueiros ao longo desse estudo é inegável que a aquisição de bens materiais e a geração de renda provenientes da pesca artesanal é uma realidade incontestável na vida a seus pescadores.

O sr. Wilson Pinheiro, além de morador da Vila de Bacuriteua, já possuiu uma casa na vila de Camará e outra no município de Castanhal, que fica a uma distância de aproximadamente 80 km de Marapanim⁴¹. Atualmente está construindo uma casa na vila vizinha, vila do Retiro, o fato de ter uma moto como veículo de deslocamento para trabalho e demais funções facilita a sua mobilidade. É uma casa espaçosa, toda em alvenaria, já com espaço reservado para garagem e espaço de manuseio do pescado após a captura, tudo pensado meticulosamente.

A futura morada reflete uma realidade muito diferente da sua morada atual que é de um cômodo de pouco menos que 4m² com paredes de madeira, coberto por telhas de barro onde moram ele, a esposa e cinco filhos. A parte de trás dessa construção existe uma cozinha sem paredes composta por uma armação de madeira de 3m² coberta por telhas de fibrocimento onde estão a pia, jirau, armário, mesa, cadeiras, geladeira e freezer. Ali é um espaço de multifunções que variam desde área de estudo e alimentação até área de tratamento do pescado após sua captura. O bom andamento das obras da casa nova, segundo Wilson, deve-se à ótima safra na inauguração do seu curral de pesca em 2018 que gerou seus maiores lucros. Wilson não obteve nenhum financiamento do governo por se isentar de questões burocráticas que, segundo ele, são muito desgastantes. Quando perguntado sobre questões de fiscalização da Vigilância Sanitária ele conta que nunca foram “incomodados” nesse sentido.

Já Caíto iniciou sua jornada de construção dos seus bens também por meio da pesca. Já teve momentos difíceis de moradia, tendo que morar temporariamente com sua esposa em sua barraca de

⁴¹ <http://setran.pa.gov.br/site/distancia>

pesca à beira do manguezal no rio São José. Uma barraca feita de madeira tirada da mata com piso e coberta com palha de aproximadamente 2m², alta o suficiente para se proteger das cheias da maré e de possíveis ataques de animais.

Atualmente, Caíto e sua esposa possuem um patrimônio muito bem estruturado composto por dois barcos a motor que trabalham principalmente na pesca, uma residência de alvenaria. Possui ainda redes de pesca e demais materiais neste âmbito que estão sempre em dia com suas manutenções e a motocicleta como veículo de passeio e principalmente trabalho.

O pescado que o sr. Caíto captura na Praia do Crispim e nos rios São José e Camará são devidamente armazenados na sua residência na vila de Bacuriteua. Por ter seus clientes fixos na sede do município de Marapanim que fica a aproximadamente 15 km de distância, ele se desloca com sua moto levando seu pescado para realizar a venda diretamente a esses clientes, assim ele evita a venda a atravessadores e a alta demasiada nos preços e ao mesmo tempo consegue manter um lucro satisfatório para si.

De modo abrangente, todos os(as) interlocutores(as) desta pesquisa possuem ótimas condições de habitações, todas em alvenaria, possuindo vários cômodos para abrigar toda a família como filhos e muitas vezes os netos e demais parentes. Possuem seus veículos para trabalho e lazer que por vezes podem variar entre bicicletas e motos. Um contraponto ao que preconiza a modernização e aos modelos industriais de exploração que classificam as comunidades tradicionais como incapazes de se autogerir e de terem condição dignas de trabalho e qualidade de vida.

Atualmente, fatores como o crescimento populacional, o aumento das atividades turísticas e a implementação de grandes comércios com a venda de produtos industrializados, leva muitas pessoas a se dedicarem a trabalhos que se distanciam das práticas artesanais. Esses fatores se assemelham aos estudos de Silva (2017) sobre os pescadores artesanais de Itaipu:

Observa-se entre os filhos de pescadores uma quase que total preferência por outras carreiras que não a pesca. É comum colher relatos de pescadores que se orgulham de conseguirem colocar seus filhos em universidades com os ganhos da pesca para que não sejam pescadores, o que nos traz uma compreensão da situação da pesca no sistema de prestígio social relativo à profissão por parte dos próprios pescadores, além é claro da questão econômica; da vida na pesca não comportar mais o padrão de consumo desses sujeitos, que se eleva mediante às configurações sociais contemporâneas e a um território reconstituído como um balneário que inflaciona o custo de vida, ao passo que a piscosidade da região que garante os ganhos na pesca diminui (Silva 2017: 14).

No caso das comunidades estudadas, pude ouvir relatos sobre filhos de pescadores que deixaram de acompanhar seus pais na pesca de curral, pois conseguiram empregos em lojas, açougues

e mercadinhos ou passaram a desenvolver outros negócios relacionados às dinâmicas do comércio de produtos industrializados. Para essas pessoas, as atividades tradicionais se transformaram em atividades secundárias e dispensáveis. Contudo, ainda há famílias que repassam as técnicas de pesca artesanal de forma geracional e são essas famílias que tenho buscado a fim de entender quais as mudanças nas suas formas tradicionais de manejo e qual suas estratégias de resiliência na região do Salgado marapaniense. Por outro lado, outro aspecto da situação econômica de muitas famílias ligadas à atividade pesqueira é de que ainda não conseguiram ascender a uma posição dita economicamente tranquila, por motivos variados e que incluem, principalmente, a lógica de desmerecimento do capitalismo, pela base da pirâmide social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades estudadas nesta dissertação originaram-se ao longo dos manguezais e praias. Em minhas incursões a campo pude observar alguns dos problemas relatados por meus interlocutores e interlocutoras, tais como: a construção de casas à beira dos mangais, o desmatamento ilegal, o problema do lixo residencial e a extração inadequada de recursos naturais.

Sobre práticas que não favorecem a renovação dos recursos naturais realizada por alguns extrativistas, pude conhecer formas de pesca como a pesca com uso de venenos, a pesca em áreas estuarinas de reprodução, entre outras. A extração de sarnambi feita nas formações rochosas conhecidas como pedras com enxadas e enxadecos, desprezando assim o uso dos gadanhos. Nesse tipo de extração, os extrativistas cavam muito mais fundo, atingindo áreas de reprodução do molusco, essas coletas são consideradas inapropriadas por extrativistas que utilizam outros métodos menos agressivos.

A região do Salgado marapaniense é um espaço de visível crescimento populacional com intrínsecas transformações socioambientais. Dessa forma, conflitos gerados pelo crescimento desorganizado e a falta de orientações quanto ao manejo sustentável têm afetado a configuração do ecossistema local e levou algumas pessoas a se afastarem das dinâmicas tradicionais de manejo. As divergências entre os extrativistas foram intensificadas e os motivos são variados: na catação de crustáceos, os embates ocorrem entre quem faz a extração do caranguejo-uçá diretamente com as mãos e braços e quem faz a extração com gancho de ferro; a oposição entre quem faz a pesca longe das áreas de reprodução e os que fazem nessas áreas; quem retira madeira próximo das margens dos rios e quem retira madeira na terra seca das matas.

A maioria das pessoas que vive da pesca artesanal com as quais pude conversar, concorda que em um período aproximadamente de 30 a 50 anos houve uma baixa considerável na quantidade de recursos naturais da região. De modo geral, essa redução ocorre pelo aumento populacional, bem como a ocupação humana desordenada avançando sobre áreas de manguezal e praias, a especulação imobiliária e a degradação do meio ambiente realizada por empreendimentos turísticos, a pesca irregular praticada durante o defeso, além da constante pesca industrial de arrasto e a falta de educação ambiental e o desprezo pelos conhecimentos tradicionais.

A pesquisa sobre a atual questão da sazonalidade do pescado nas áreas estuarinas correspondentes a este estudo em comparação com os estudos de Furtado (1987) leva a considerar a possível redução e/ou desaparecimento de, pelo menos, 13 espécies de pescados. Todavia, faz importante ressaltar que são pesquisas em modos de captura, número de interlocutores e área estuarina

que se diferenciam, dificultando uma exatidão nos dados obtidos desta comparação, ficando assim o tema em aberto para futuras pesquisas. Para os(as) interlocutores(as) deste estudo deveria haver alguma forma de inibir o crescimento da pesca industrial de arrasto e um trabalho educativo mais efetivo junto às comunidades para poder preservar a renovação dos recursos naturais e evitar o provável desaparecimento de muitas espécies.

O presente estudo buscou desvelar aspectos das atividades pesqueiras na região do Salgado marapaniense, bem como elucidar mudanças nas dinâmicas de execução dessas atividades, principalmente no que diz respeito às práticas que não prejudiquem a renovação das espécies e contribua para a conservação ambiental, como as técnicas de alguns pescadores(as) preocupadas em ter recursos naturais infindáveis.

Esterci *et al.* (2014) aponta que a comercialização dos recursos naturais é uma disputa de condições muito díspares entre o pequeno e o grande comerciante, no caso da pesca na região do Salgado marapaniense, essa disputa ainda tem o agravante de que existem também pescadores de pequeno porte, que atuando nos berçários, prejudicam a reprodução das espécies, piorando ainda mais os impactos causados pela pesca industrial de arrasto que já são sentidos na região.

Apesar das mudanças nas práticas pesqueiras tradicionais com a modernização de barcos e a mercantilização da pesca, consegui encontrar algumas pessoas que continuam trabalhando de forma tradicional no ecossistema costeiro. Esses agentes transitam por várias atividades anteriormente descritas desde a pesca na praia, na costa e em ambientes do baixo estuário. Além do extrativismo preservam em seu cotidiano as relações de reciprocidade que tendem a melhorar o convívio social.

Mauss (2003), ao conceituar a dádiva, destaca as relações de confiança, partilhas e trocas. De maneira análoga, no contexto das comunidades, posso também citar o trabalho de construção de curral de pesca em que os companheiros trocam sua força de trabalho por peixe e ajudam o dono do curral.

Quanto aos saberes tradicionais tratados nesse estudo, tomo como exemplo a história de Wilson Pinheiro que desenvolveu várias atividades ligadas ao extrativismo vegetal e animal, desde o roçado até a pesca. Seus pais não são extrativistas, mas sempre praticavam a pesca esporadicamente. Sua mãe, dona Nenca, trabalha como servente em uma escola municipal na vila onde moram e seu pai, Nazareno, trabalhou por muitos anos no terminal rodoviário de Marudá, é um exímio tecedor de paneiros artesanais. O tio de Wilson, conhecido na região como “Bagre”, é um dos pescadores artesanais mais respeitados por sua experiência e sabedoria na pesca do pescado e no conserto e entralha de redes.

Como formas de resiliência consegui identificar as várias ocupações de pescadores e pescadoras artesanais em meio às variações nas safras de pescado e períodos de defeso das espécies.

De modo geral, além da pesca, realizam atividades alternativas para sobreviver ou complementar a renda. Apesar das mudanças socioambientais e econômicas retratadas neste estudo, a pesca artesanal permanece viva.

Ainda como forma de resiliência aponto a organização das comunidades marapanienses em forma de comitês para a estruturação e legalização da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (RESEX-MARML) e que apesar da legalização e a garantia de direitos legais sobre os territórios pertencentes a essa Unidade de Conservação e a formação de um conselho gestor como representantes locais, como a Colônia de Pescadores (Z-6) de Marapanim e a AUREMLUC, ainda paira a vulnerabilidade sobre esse território pela falta de políticas públicas, de ações de gestores públicos, pela omissão do Estado no sentido de promover suporte para conter os avanços da degradação sobre o meio ambiente.

A participação das mulheres no processo da cadeia produtiva da pesca foi abordada neste estudo, sobretudo nas comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego. Essa participação é identificada como fundamental e indispensável para a manutenção dos núcleos familiares, pois nesse âmbito as mulheres estão presentes em muitos momentos distintos, desenvolvendo uma variabilidade de atividades que ligadas ao antes, durante e depois da captura do recurso pesqueiro.

Os aspectos tratados neste estudo, como o debate da gestão pesqueira na região do Salgado marapaniense, o papel das mulheres na pesca local, meios sustentáveis de extrativismo animal e vegetal, territórios pesqueiros entre outros, serão aprofundados nos meus futuros estudos que objetivarão a ampliação da discussão sobre tais aspectos da pesca artesanal para a caracterização dessa atividade sob parâmetros socioantropológicos, ainda ampliando a abordagem qualitativa para o uso de dados quantificados.

Ingold (2002), em sua abordagem sobre a ecologia da vida, diz que ao estudar as dinâmicas que envolvem sociedades e meio ambiente, nos debruçamos sobre a questão de pensar qual ótica os seres humanos estariam vendo o mundo; salientando ainda que a percepção ambiental é uma construção cultural. Dito isso, o etnoconhecimento precisa ser valorizado, pois traduz a relação do homem com o meio ambiente nas suas mais variadas manifestações.

A pesca está no dia a dia dessas comunidades, pois “pescar, como os pescadores dizem, é muito mais do que só pegar o peixe, é uma forma de vida, uma forma de estar no mundo” (Alencar 2023: 9). Em linhas finais, refiro-me ao pescador artesanal de Marapanim como aquele que preza

pela renovação dos recursos pesqueiros dos seus territórios, portanto, os saberes dessas pessoas que habitam as pequenas comunidades e sobrevivem principalmente da pesca nos estuários da região do Salgado marapaniense e no seu mar da costa, é imprescindível para diminuir e/ou sanar o problema do extrativismo animal predatório tão nocivo ao meio ambiente e a própria existência dessas comunidades, mas que concomitantemente, clama por uma gestão mais abrangente e que possa lhes atender em suas necessidades.

REFERÊNCIAS

- Abreu, W. L. 2011. *Território e gestão da pesca em coletividades locais no Nordeste paraense: estudo de caso no município de Marapanim-PA*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Adams, C. 2000. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia* 43 (2).
- Adomilli, G. K. 2009. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. *Métis: história & cultura* 8 (16) 97-119.
- Adomilli, G. K. 2010. Territorialidade e conflito na pesca embarcada: um estudo de caso sobre os pescadores de São José do Norte - RS e suas analogias sobre animais marinhos, in *Comunidades Pesqueiras: desafios e perspectivas antropológicas*. Organizado por Adomilli, G. et al. pp. 213-233. Rio Grande: Editora FURG.
- Alencar, E. F.; Celestino, E. A. & Abreu, A. G. 2022. Social Conflicts and Fishery Governance Systems in the Estuary and Coast of Pará, Amazonia, Brazil, in *Justiça Azul: Pesca em pequena escala numa economia oceânica sustentável*. Berlim: Editora Springer. pp. 233-247.
- Alencar, E. F. 1993. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras, in *Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia*. Organizado por Furtado, Lourdes, Leitão, Wilma e Mello, Alex Fiuza de. Belém: MPEG. pp. 63-81.
- Alencar, E. F. 2023. Gestão Social de atividades agroecológicas e pesqueiras, in *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PVWLOwI0G0k>>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- Alencar, E. F. 2018. Prefácio, in *Populações Tradicionais, Ambientes, Transformações*. Organizado por Segata, J. et al. Rio Grande do Norte: EDUFRN. pp. 5-16.
- Alencar, E. F. 2004. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM). *Boletim Rede Amazônia* 3 (1): 67-75.
- Alves, R. et al. 2018. Uso e Ocupação do Solo no Município de Marapanim/PA, com Base nos Dados do Projeto Terraclass para os Anos de 2008 e 2010. *HOLOS* 1 81-90.
- Anjos, N. F.; Tomita, R. Y. 2016. Estudo do valor nutricional do pescado visando agregação de valor e estímulo ao seu consumo, in *VII Simpósio de Controle de Qualidade do Pescado*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311793865_Estudo_do_Valor_Nutricional_do_Pescado_Visando_Agregacao_de_Valor_e_Estimulo_ao_seu_Consumo>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- Asad, T. 2008. Donde están las margens del estado? *Cuadernos de Antropología Social* 27 pp. 53-62.
- Assunção, Maria José Ferreira. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 9 de dezembro de 2018.

- Barbosa, J. A. *et al.* 2007. Características comportamentais do consumidor de peixe no Mercado de Belém. *Boletim Técnico-Científico do Cepnor* 7(1). Disponível em: <<https://periodicos.ufra.edu.br/index.php/CEPNOR/article/view/143>>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- Barroso, L. O. M. 2017. O processo de ocupação e uso das margens do rio Maú, Marapanim-PA, na comunidade de Vila Monte Alegre do Maú. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Universidade de Taubaté, Taubaté.
- Barthem, R. B. 1990. Descrição da pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma Vaillantii*, *Pimelodidae*) no estuário e na calha do rio Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 6 (1) 117-130.
- Batista, V. da S.; Freitas, V. S. 2003. O descarte de pescado na pesca com rede de cerco no baixo rio Solimões, Amazônia Central. *Acta Amazônica* 33:127-143.
- Behar, R. 2022. Anthropology That Breaks Your Heart, in *The vulnerable observer: Anthropology that breaks your heart*. Boston: Beacon Press. pp. 161-177.
- Berkes, F. 2005. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais, in *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Organizado por Vieira, P.F., Berkes, F., e C. S. Seixas. Florianópolis: APED e Secco, 2005. pp. 47-72.
- Bezerra, M. 2018. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 12 (92) 52-58.
- Bourdieu, Pierre. 2003. L'objectivation participante. *Actes de la recherche en sciences sociales* 150 (5): 43-58.
- Borcem, E. R. *et al.* 2015. Análise socioeconômica e esforço de pesca na captura do caranguejo-uçá - *Ucides cordatus* (Crustacea: Ucididae) - na Reserva Extrativista Maracanã - costa amazônica do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 10: 711-722.
- Borcem, E. R. *et al.* 2011. A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil. *Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences* 54 (3) 189-201.
- Brasil. 2021. *Manual de preenchimento para emissão de guia de trânsito animal de animais e matéria-prima de animais aquáticos de cultivo*. Brasília. Disponível em: <https://www.adepara.pa.gov.br/sites/default/files/manual-gta-animais-aquaticos_v-9.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2014. *Estudo Socioambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará*. Brasília.
- Brasil. 2009. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro*

de 1967, e dá outras providências. Brasília.

Brasil. 2007. *Portaria nº 42, de 19 de setembro de 2007. Prorroga, por um período de cinco anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a proibição da captura da espécie Epinephelus itajara*. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2007/p_ibama_42_2007_defeso_mero_altera_p_ibama_121_2002.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Brasil. 2000. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SINUC) e dá outras providências*. Brasília.

Brito, Elizane. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 23 de novembro de 2021.

Brasil. Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Meio Ambiente. *Portaria Interministerial nº 13, de 02 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de oito anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (Epinephelus itajara)*. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2015/p_mpa_mma_13_2015_proibe_pesca_mero.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. *Normas Regulamentadoras*. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. 2022. *NR 04 – Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho*. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-04-atualizada-2022-2-1.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. 2022. *NR 30 – Segurança e saúde no trabalho aquaviário*. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-30-atualizada-2022.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Brito, Elizane. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 29 de fevereiro de 2024.

Bruner, E. 1986. Ethnography as narrative, in *The anthropology of experience*. Organizado por Turner, V. W.; Bruner, E. Chicago: University of Illinois Press. pp. 139-158.

Caíto. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 15 de julho de 2022.

Casarini, L. M. 2011. As medidas de comprimento e arqueação das embarcações de pesca. *Série Relatórios Técnicos* 1-9.

Castro, J. A. 1998. *Noções da história de Marapanim*. Belém: Gráf. e Ed. Sagrada Família.

- Ciacchi, A. 2007. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. *Revista de Antropologia* 50 (1).
- Coelho-Ferreira, M. 2009. Medicinal Knowledge and plant utilization in an Amazonian coastal community of Marudá, Pará State (Brazil). *Journal of Ethnopharmacology* 126:159-175.
- Conceição, A. A. 1995. *Marapanim - Reconstituição Histórica Cultural Mística e Chistosa*. Belém: Grafinorte.
- Cordell, J. 1989. Social marginality and sea tenure in Bahia. *Maritime Anthropology in Brazil*.
- Cordell, J. 2000. *Remapeando as águas: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo*. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/2019-11/TERRIT%C3%93RIOS%20DE%20PESCA%20LOCALMENTE%20MANEJADOS%20NO%20BRASIL%2025.11.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- Corrêa, C. G.; Simões, M. F. 1971. Pesquisas arqueológicas na região do Salgado (Pará): a fase Areão do litoral de Marapanim. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi - Antropologia* 48.
- Costa, E. P. B. 2017. *Do não-lugar ao lugar: a toponímia marapaniense do estado do Pará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança.
- Costa, R. S. da et al. *O modo de vida de extrativistas na Comunidade Camará, Município de Marapanim, Pará*. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/200901312.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- Cota, T. S. 2017. Rede de arrasto: caracterização da pesca e impactos ambientais. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/rede-de-arrasto-caracterizacao-da-pesca-e-impactos-ambientais>>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- Cunha, L. H. O. 2000. Significados múltiplos das águas, in *Imagem das águas*. Organizado por Diegues, A. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. pp. 15-25.
- Cunha, L. H. de O. 2003. Saberes Patrimoniais Pesqueiros. *Desenvolvimento e meio ambiente* 7: 69-76.
- DaMatta, R. 1985 [2000]. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues, in *A aventura sociológica. objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, in *Imagem das águas*. Organizado por Diegues, A. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. pp. 23-35.
- Diegues, A.C.S. 2008. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP/Hucitec.
- Diegues, A.C.S. 2000. Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte - Brasil. in *Imagem das águas*. Organizado por Diegues, A. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. pp. 69-83.
- Diegues, A.C.S. 1999. A Socioantropológica das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica* 3 (2): 361-375.

- Diegues, A. C. S. 1995. *Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima*. São Paulo: Nupaub-USP.
- Diegues, A. C. S. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática.
- Diegues, A. C. Sant'Ana; Pereira, B. E. 2010. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e meio ambiente* 22: 37-57.
- Do Canto, O. Luiz Gutemberg: uma história de luta na RESEX Mestre Lucindo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0a_OM7Yo2GY>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Do Canto, O. *et al.* 2017. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e gestão do território na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, in: *Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia*. Organizado por Silva, C. N. da; Lima, R. A. P.; Silva, J. M. P. Belém: GAPTA/UFGPA.
- Douglas, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DSN 14010. 2014. *Decreto 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/dsn/Dsn14010.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- Evans-Pritchard, E. 1976. *Bruxaria, Oráculo e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 298-314.
- Elias, N. 1952. Problems of Involvement and Detachment. *The British Journal of Sociology* 7 (3): 226-252. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/587994>>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- El-Robrini, M. *et al.* 1992. Deposição e assoreamento das rias do nordeste do Estado do Pará /Brasil, in *Congresso Brasileiro de Geologia* 37. São Paulo, pp. 79-80.
- Escobar, A. 2007. *A invenção do terceiro mundo: construção e desconstrução do desenvolvimento*.
- Esterci, N. *et al.* 2014. *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Estumano, E. M. 2020. *O borqueio: um estudo antropológico sobre a pesca na Amazônia*. Curitiba: CRV.
- Fairbridge, R. W. 1980. *The Estuary: its Definition and Geodynamic Cycle, in Chemistry and Biogeochemistry of Estuaries*. Organizado por Olausson, E.; Cato, I. pp.1-35. New York: Interscience Publication, John Wiley and Sons.
- Fassin, D. 1999. El hombre sin derechos. Una figura de antropología de la globalización. *Maguaré* 14: 179-190.
- Favret-Saada, J. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo* 13: 155-161.

Ferreira, Aldeni. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 02 de agosto de 2022.

Ferreira, L. C. de M. 2009. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: LACED Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/CnzrkFfXJT4MxJKxS5MC9RN/>>. Acesso em: 26 set. 2022.

Figueiredo, Napoleão. 1994. Os "bichos" que curam: os animais e a medicina de "folk" em Belém do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: série antropologia* 10 (1): 75-91.

Flor, A. S. S.de O. 2014. *Fitoterapia Popular do Bairro do Sossego - Distrito de Marudá-(PA)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém.

Foucault, M. 1984 [1995]. O sujeito e o poder, in *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Organizado por Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Freitas, A. de C.; Furtado Júnior, I.; Tavares, M. C. da S.; Borcem, E. R. 2015. Análise socioeconômica e esforço de pesca na captura do caranguejo-uçá - *Ucides cordatus* (Crustacea: Ucridae) - na Reserva Extrativista Maracanã - costa amazônica do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 10:711-722.

Furtado, D. C. 2019. Entre pesca e turismo balnear: Alternativos engajamentos dos moradores de Marudá (Amazônia Atlântica) ao trabalho. *Revista Brasileira de Ecoturismo* 12 (4).

Furtado, L. G. 1978. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim – Nordeste Paraense. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia* 67.

Furtado, L. G. 1990. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia* 6 (1).

Furtado, L. G. 1987. *Currallistas e reideiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq.

Furtado, L.G. *et al.* 2006. Formas de utilização dos manguezais no litoral do estado do Pará: caso de Marapanim e São Caetano de Odivelas. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento* 1 (2): 113-127.

Furtado, L.G. 2006. Origens pluritécnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 1 (2): 159-172.

Furtado, L.G. 1981. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia* 79.

Furtado, L. G. 1982. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia* 82.

Galvão, Lidiane. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, Belém/PA, 26

de fevereiro de 2024.

Geertz, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 13-41.

Gow, P. 2006. Da etnografia à história. *Cadernos de campo* 14/15:1-382.

Goularti Filho, A. 2021. Da SUDEPE à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 49. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8244/1/ppp_n49_Sudepe.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024.

Heizer, R.F. 1987. Venenos de pesca. *Suma etnológica brasileira* 1: 189-233.

Hine, C.; Parreiras, C.; Lins, B. A. 2020. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos de Campo* 29 (2): e181370. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

Ibge. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marapanim/historico>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Igawa, T.; Maciel, M. 2018. Vulnerabilidade natural à perda de solo na Bacia Hidrográfica do rio Marapanim, Nordeste Paraense. *Enciclopédia Biosfera* 15 (27).

Ingold, T. 2002. *Perceptions of the environment*. Manchester: Routledge. pp.13-27.

Interlocutor 1. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 17 de julho de 2022.

Júnior, W. da R. N. *et al.* 2021. Mapeamento das planícies de maré no estuário do rio Marapanim, Pará, a partir da percepção ambiental dos nativos (barqueiros e pescadores). *Brazilian Journal of Development* 7 (12): 121611-121631.

Lima, R. K. 1997. *A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós*. Niterói: EdUFF. (Antropologia e ciência política).

Lima, Sebastião. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 13 de julho de 2022.

Lima, Sebastião. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 01 de março de 2024.

Lira, L.; Zapata, M. C.; Fonseca, V. G. da. 1979. Aspectos da dinâmica do estuário do Rio Formoso, PE. *Cadernos Ômega* 3 (1-2): 133-156.

Little, P. E. 2018. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. *Anuário Antropológico* 28 (1): 251-90.

Lucena, C. T.; Campos, M. C.; Demartini, Z. de B. 2008. Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de

- Maria Isaura P. de Queiroz. *Textos Ceru* 2 (10) 7-14 e 35-98.
- Maldonado, S. C. 1994. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume.
- Maldonado, S. C. 2000. Caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. in *Imagem das águas*. Organizado por Diegues, A. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP.
- Maldonado, S. C. No mar: conhecimento e produção. in *Imagem das águas*. Organizado por Diegues, A. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. pp. 95-100.
- Maneschy, M. C. 1993. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA, CFCH.
- Maneschy, M. C. 1993. Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Revista Brasileira de História da Ciência* 10: 53-73.
- Maneschy, M. C. 1995. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: série antropologia* 11 (2): 145-166.
- Marçal, A. S. 2019. *Os desafios para a gestão das reservas extrativistas marinha da Amazônia: Estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Marinho, R. O.; Silva-Oliveira, G. C. 2023. Conectando saberes para educação ambiental: o caso do peixe mero. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 8 (7):70-83. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15157/11328>>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- Mauss, Marcel. 2003. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. pp. 183-314.
- Mcgrath, David Gibbs. 1999. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA* 2 (2): 57-72. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/163>>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- Melo, Benedito Cunha de. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA-Belém/PA, 25 de janeiro de 2024.
- Mello, Clara F. et al. 1999. *Estudo bioecológico, manejo e industrialização, com reciclagem de resíduos de crustáceos e moluscos, oriundos de manguezais da microrregião de Marapanim, PA*. Belém. 80p. (Relatório Técnico do Projeto Convênio FUNTEC/SECTAM/FADESP/UFPA).
- Mello, Clara. F. et al. 2006. Perfil socioeconômico dos tiradores de caranguejo-uçá nos manguezais de Marapanim, Pará-Brasil. *Revista de Ciências Agrárias* 45: 223-233.
- Monteiro, M. J. S. 2011. *Papel das plantas medicinais na questão de gênero dentre as mulheres pescadoras - erveiras do Espaço Erva Vida Sossego/Marudá/Marapanim*. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém.

Nascimento, I. 2006. Tempo de fatura e tempo de famitura no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 1 (2): 23-33.

Nascimento, T. P.; Nascimento, J. R. do. 2020. Social participation in the creation and management processes of the Marine Extractive Reserve of Tracuateua - PA, Brazil. *Novos Cadernos NAEA* 23 (1): 129-154.

Negrão, Amado Pinheiro. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 23 de novembro de 2018.

Negrão, Márcio. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 08 de julho de 2022.

Nery, Arian da Costa. 1995. Traços da tecnologia pesqueira de uma área tradicional na Amazônia – Zona do Salgado - Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia* 11 (2): 199-293.

Neves, F. G. R. C. *et al.* 2020. Ecologia e estruturas de sistemas estuarinos. *Bióicos Biologia Marinha*. Disponível em: <<https://www.bioicos.org.br/post/ecologia-estrutura-de-sistemas-estuarinos>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Nogueira, C. S. 2005. *Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/9917/1/DIS_TerritorioPescaEstuario.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

O'Dwyer, Eliane Cantarino; Silva, Katiane. 2020. Anthropological practices, inter-group conflicts and shared colonial experiences in a regional context of the Lower Amazon. *Vibrant* 17. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vb/a/9h8zvTDmdkVf5mZWkpHpx6F/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Oliveira, A. R. 2015. De plantas, peixes e parentes: técnica e cosmologia no debate sobre a pesca com timbó entre os wapichana na região serra da lua, Roraima. *Amazônica-Revista de Antropologia* 7 (1): 28-49.

Paixão, Pedro. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 24 de julho de 2022.

Paixão, Pedro. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 29 de fevereiro de 2024.

Peirano, Mariza. 2014. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, vol. 20, n. 42, Porto Alegre: PPGAS-UFRGS. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2023.

Pinheiro, Ludmila Assunção; Frédou, Flávia Lucena. 2004. Caracterização geral da pesca industrial desembarcada no estado do Pará. *Revista Científica da UFPA* 4.

- Pinheiro, Wilson. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 22, 23, 25 de julho de 2022.
- Ponte, Edson L. *et al.* 2020. O modo de vida de extrativistas na comunidade Camará, Município de Marapanim, Pará. *A educação ambiental em uma perspectiva interdisciplinar* 1 (1): 283-301.
- Prefeitura Municipal de Marapanim. 2019. *Documento Curricular Municipal (DCM)*. Marapanim.
- Pusceddu, A. *et al.* 2014. Chronic and intensive bottom trawling impairs deep-sea biodiversity and ecosystem functioning. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111 (24): 8861-8866. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.1405454111>>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- Queiroz, M. I. P.; Simson, Olga de Moraes Von. 1988. Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’, in Queiroz, Maria Isaura Pereira de; Simson, Olga de Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice. pp. 14-43.
- Radcliffe-Brown, A. R. 2013 [1952]. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes.
- Ramalho, C. Lourdes Furtado e o mundo da pesca artesanal na Amazônia. *Mosqueiro Ambiental*. <https://mosqueiroambiental.blogspot.com/2012/10/lourdes-furtado-e-o-mundo-da-pesca.html>.
- Ramires, M.; Molina, S. M. Guerra; Hanazaki, N. 2007. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. *Biotemas* 20 (1): 101-113.
- Rosa. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 14 de outubro de 2019.
- Santo. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 10 de julho de 2022.
- Santos, C. 2009. Aquicultura e pesca: a mudança do modelo exploratório, in Tavares-Dias, M. (Org.). *Manejo e sanidade de peixes em cultivo*. Macapá: Embrapa. pp. 13-32.
- Santos, Geraldo Mendes dos; Santos, Ana Carolina Mendes dos. 2005. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados* 19 (54): 165-182. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Ng4SsFTVqL6WwfHkJ4pGmwp/#>>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- Santos, M. C. *et al.* 2022. A expansão urbana sobre manguezais e a geração de conflitos, riscos e vulnerabilidades em Marapanim e Maracanã: uma revisão da legislação. *Universidade e Meio Ambiente* 7 (1): 1-15.
- Santos, M. C. *et al.* 2021. Gestão compartilhada e conflito socioambiental em unidades de conservação: o caso da RESEX Marinha Mestre Lucindo, Marapanim-PA. *Revista Agroecossistemas* 13 (2): 35-58.
- Santos, M. C. *et al.* 2020. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, reserva extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim-Pará-Amazônia-Brasil. *Brazilian Journal of Development* 6 (3): 15607-15617.

Silva, G. O. 2000. Tudo que tem na terra tem no mar: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro, in *Imagem das águas*. Organizado por Diegues, A. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. pp. 85-93.

Silva, M. C. 2000. Estuários - Critérios para uma classificação ambiental. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos* 5: 25-35.

Santos, M. M. F. 2023. *Narrativas orais: vestígios da história da Comunidade da Praia do Crispim-PA*. Dissertação de Mestrado.

Saraiva. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 30 de julho de 2022.

Saraiva. [Entrevista concedida a] Ewerton D. Tuma Martins. Marapanim/PA, 28 de fevereiro de 2024.

Silva, Adriana Batista Cecim da. 2022. “*Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe: considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança – Pará*”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém.

Silva, G. A. 2017. Tradição e atualização: a luta dos pescadores artesanais de Itaipu-RJ, in *Anais do XXXI Congresso ALAS*.

Souza Filho, P.W.M. 2005. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. *Revista Brasileira de Geofísica* 23: 427-435.

Sudepe. 1985. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República*. Brasília: Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1985_I_plano_nacional_desenvolvimento__nova_republica.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

Thursh, S. *et al.* 1998. Disturbance of the marine benthic habitat by commercial fishing: impacts at the scale of the fishery. *Ecological Application* 8: 866-879.

Tuma Martins, Ewerton Domingos. 2021. Desafios da implementação da Lei 10.639/2003 em escolas públicas no município de Marapanim/PA. *Em favor de igualdade racial* 4 (2): 97-111. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4054>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Tuma Martins, Ewerton Domingos.; Machado, Michelly Silva. 2023. Perspectivas sobre a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) em Marapanim/PA: técnica do gancho: Perspectives on the capture of the uçá crab (*Ucides cordatus*). *Desenvolvimento Social* 29 (1): 104-125. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/6844>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO I - Questionário aplicado a pescadores e pescadoras

1	Qual nome e/ou forma como é conhecido localmente?
2	Qual o meio utilizado para obtenção de renda?
3	Qual a idade?
4	Em que local desenvolve suas atividades? (específico para Bacuriteua)
5	Que tipo de pesca pratica?
6	Se tem família, eles ajudam na pesca?
7	Os mais novos, filhos, sobrinhos, tem vergonha de pescar?
8	Sua esposa também pesca? (específico para homens)
9	Qual sua função na pesca? (específico para mulheres)
10	Quais as dificuldades encontradas para a prática da pesca artesanal atualmente?
11	Percebe diferença entre as safras do pescado de 3 a 4 décadas para os dias de hoje?
12	Como se dá a pesca nos ambientes de manguezal (estuarino)?
13	Existe fiscalização de órgão legais?
14	O que mudou com a implantação da RESEX MESTRE LUCINDO? (antes e depois)
15	Consegue se manter só da pesca?
16	Como era a renda da pesca de 3 a 4 décadas para os dias de hoje?
17	O que acha da Colônia de pescadores de Marapanim?
18	Já participou de alguma reunião do conselho gestor da RESEX?
19	O ICMBio faz algum trabalho de conscientização em sua comunidade?
20	Já foi multado pelo ICMBio? Se sim, por quê?
21	Percebe mudanças na forma de se executar a pesca nos dias de hoje?

ANEXO II - Questionário aplicado à participante da AUREMLUC

1	Qual seu nome e sobrenome, idade e qual sua função na AUREMLUC?
2	O que é a AUREMLUC?
3	Que tipo de serviços a AUREMLUC desempenha?
4	Como é composta a AUREMLUC? Diretores, secretários etc...
5	Como se formou a AUREMLUC, a história? Conte um pouco.
6	Quantos associados a AUREMLUC tem atualmente?
7	Quantos associados são homens e quantas são mulheres?
8	As pessoas procuram a AUREMLUC para fazer denúncias ambientais?
9	As pessoas procuram a AUREMLUC para se associar?
10	Associados a AUREMLUC pagam alguma taxa mensal em dinheiro?
11	A AUREMLUC está ativa no conselho gestor da RESEX Mestre Lucindo?
12	A AUREMLUC promove ações educativas para conscientizar as pessoas quanto a importância da preservação do meio ambiente?
13	A AUREMLUC promove ações de fiscalização do meio ambiente?
14	A AUREMLUC tem reconhecido o trabalho das mulheres na pesca? “Tratagem”, filetagem, beneficiamento do pescado, sarnambi etc...
15	Desde a sua fundação até os dias atuais, as mulheres procuram mais a AUREMLUC para se associar? Essa pergunta busca saber se mais mulheres se associam a AUREMLUC hoje em dia que antigamente.
16	A AUREMLUC tem conhecimento de redução de algumas espécies de peixes que estejam sumindo na região do salgado Marapaniense por conta da degradação ambiental?
17	A AUREMLUC tem conhecimento da pesca industrial de arrasto que muitas pessoas dizem acontecer próximo ao litoral marapaniense?
18	O que a AUREMLUC acha da pesca industrial de arrasto?